



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JANIELLY CARNEIRO DE ANDRADE

A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A
ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO/A NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB

SOUSA-PB
JULHO-2018

JANIELLY CARNEIRO DE ANDRADE

**A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A
ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO/A NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Mestre André de Menezes Gonçalves

**SOUSA-PB
JULHO-2018**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

A553d Andrade, Janielly Carneiro de.
A dimensão ético-política no trabalho profissional do/a assistente social inserido/a no âmbito da política de assistência social no Município de Sousa - PB. / Janielly Carneiro de Andrade. - Sousa: [s.n], 2018.

124 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2018.

Orientador: Prof. Me. André de Menezes Gonçalves.

1. Serviço Social. 2. Projeto ético-político. 3. Assistência Social.
I. Título.

JANIELLY CARNEIRO DE ANDRADE

**A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA NO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A
ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO/A NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 26/07/2018

BANCA EXAMINADORA

————— **Prof. Me. André de Menezes Gonçalves** —————

Orientador

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

————— **Prof.^a. Ma. Tatiana Raulino de Sousa** —————

1^a Examinadora

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

————— **Prof.^a. Ma. Suamy Rafaely Soares** —————

2^a Examinadora

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

“E não vos conformeis com este mundo, mas
transformai-vos pela renovação do vosso
entendimento[...]”.

Romanos 12-2

AGRADECIMENTOS

Recorde-me daquela menina que levava consigo todos os sonhos do mundo, pensando aliviar os sofrimentos reais. A mesma menina que fez de seu primeiro caderno asas para voar alto e longe. Àquela que aos poucos aprendeu a transformar o longínquo caminho da escola em degraus que precisavam ser ultrapassados diariamente. Àquela que não sabia se quer o significado da palavra agradecer, mesmo assim, falava continuamente. Ela cresceu, mudou e apesar de todos os sonhos nunca imaginou que conseguiria ingressar no âmbito acadêmico. É natural que ao final deste estudo, muitas lembranças e pessoas passem como um *flashback* em nossa memória e agradecer à Deus pela existência de cada uma delas é uma tarefa substancial.

Inicialmente agradeço a Deus pela concretização da palavra amor em minha vida. Todos os desafios superados graças a tua presença; o consolo necessário nos momentos angustiantes em que teu Evangelho foi fundamental; o carinho, o cuidado, a proteção e as bênçãos sem medidas que fomentaram todo o enredo da minha história constataam não só tua existência mais tua fidelidade, tremendo e inquestionável Deus!

Agradeço a Deus pela vida da minha mãe Joselene e do meu pai José que fizeram sempre o possível para realizar os meus sonhos. Estes que não mediram esforços para me manter segura e principalmente feliz. Os mesmos que muitas vezes abdicaram de seus sonhos para realizarem os meus, por isso sou e sempre serei eternamente grata por me ensinarem o verdadeiro significado da palavra família.

Obrigada Deus pela vida da minha irmã Jéssica e do meu irmão Jefferson que trouxeram alegria nos dias tristes e inquietude nos momentos de tranquilidade, buscando reafirmar que nunca estarei sozinha e que eternamente seremos o poderoso “trio mágico”. Sem esquecer dos meus amados avós: Zilmar, Maria e Tereza que sempre apoiaram minhas escolhas, reconhecendo meus esforços com muito carinho e um colo surpreendentemente milagroso. Obrigada Deus, pelos meus inúmeros tios e tias que assumiram a missão de colocar-me continuamente no Templo do Senhor, através de suas orações, meu sincero, obrigada!

Agradeço à Deus pelos/as meus irmãos/as na fé que de joelhos travaram batalhas e conseguiram levar minhas petições ao trono do Altíssimo, trazendo paz para minha alma e sossego para o meu coração. Aos anjos que Deus colocou na minha vida em forma de amigos/as, dentre eles: Lívia, que consegue tornar nossas conversas em risadas, Ana Paula, que trouxe consigo o vislumbre do zelo de Deus, Vinícius, um amigo que nasceu através de nossas partilhas de fé, Fernanda e Márcia, que abrilhantaram os dias difíceis no espaço acadêmico.

Agradeço a Deus por todos/as professores/as que cruzaram o meu percurso acadêmico, ensinando-me a observar a realidade de um modo diferente. Em particular quero agradecer ao meu orientador: André, muito obrigada, pelo tempo disponível, pelas explicações necessárias e fundamentais na construção deste estudo, pelo riquíssimo conhecimento compartilhado, pela enorme paciência diante de minha ansiedade. Enfim, muito obrigada por todo trabalho investido durante as correções.

Obrigada Deus pela banca examinadora que constituiu este trabalho, as professoras convidadas Tatiana e Suamy que marcaram minha história acadêmica, apesar do pouco tempo de convivência. Estas que simplificaram a ideia de que somos responsáveis por quem cativamos. Obrigada por cultivarem um dos melhores sentimentos: admiração!

Apreendi que os últimos serão os primeiros, diante disso quero agradecer à Deus por todo carinho e afeto encontrado no seu abraço. Obrigada João Paulo, pela paciência investida, pelos créditos cedidos ao nosso amor e pela tremenda loucura de tornar-me tua esposa.

Meus agradecimentos a todos/as que de maneira direta ou indiretamente propiciaram a materialização do meu sonho. Muito obrigada! Reconheço, cada um de vocês enquanto parte integrante dos desígnios e cuidados do meu Deus, por isso sou grata exclusivamente à Ele pela variedade de pessoas especiais que ingressam cotidianamente em minha história.

Obrigada, Senhor dos Exércitos!

RESUMO:

O presente trabalho versa sobre o projeto ético-político do Serviço Social e os principais desafios postos à sua materialização no cotidiano do trabalho profissional do/a assistente social inserido/a no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB. É uma proposta de estudo que emergiu de discussões suscitadas pelas disciplinas de fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, somado à inserção no estágio supervisionado no âmbito da política de Assistência Social no referido município. Tais fatores, aguçaram o interesse pela temática e fortaleceram a construção deste estudo investigativo, em que partimos inicialmente da construção do objeto de estudo e resgatamos sua constituição sócio histórica. O projeto profissional foi gestado a partir das transformações societárias engendradas pelas particularidades econômicas, políticas, sociais e culturais que perpassaram à realidade brasileira, imprimindo singularidades ao processo de Renovação do Serviço Social no país, ressaltado o compromisso com a construção de uma nova ordem societária, igualitária, democrática e pautada na liberdade enquanto valor ético central. O estudo em pauta se deu a partir de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, cujos sujeitos entrevistados/as foram oito assistentes sociais que atuam na política de Assistência Social do município de Sousa- PB, objetivando apreender e problematizar como estas compreendem e materializam o projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano de seu trabalho profissional. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas de caráter estruturado, utilizando como método: o crítico-dialético, tendo em vista o desvendamento do real em suas múltiplas determinações, transcendendo os seus aspectos fenomênicos. O resultado da pesquisa revelou que há uma relativa compreensão do projeto profissional do Serviço Social pela maioria das assistentes sociais entrevistadas e pontuou os principais desafios postos à sua materialização no cotidiano do exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVES: Serviço Social. Projeto Ético-Político. Assistência Social.

ABSTRACT:

The present study deals with the ethical-political project of Social Work and the main challenges posed to its materialization in the daily work of the social worker inserted within the Social Assistance policy in the municipality of Sousa. It is a study proposal that emerged from discussions raised by the disciplines of historical and theoretical-methodological foundations of Social Work, added to the insertion in the supervised stage within the ambit of Social Assistance policy in said municipality. These factors sharpened interest in the subject and strengthened the construction of this investigative study, in which we started from the construction of the object of study and rescued its socio-historical constitution. The professional project was born out of the societal transformations engendered by the economic, political, social and cultural peculiarities that permeated the Brazilian reality, imprinting singularities to the process of Renewal of Social Service in the country, emphasized the commitment to the construction of a new corporate order, egalitarian, democratic and freedom-oriented as the central ethical value. The study was based on qualitative research of an exploratory nature, whose interviewees were eight social workers who work in the Social Assistance policy of the city of Sousa, Brazil, aiming at apprehending and problematizing how they understand and materialize the ethical project -policy of Social Service in the daily life of their professional work. The data collection was done through interviews of a structured nature, using as method: the critic-dialectic, in view of the unveiling of the real in its multiple determinations, transcending its phenomenal aspects. The result of the research revealed that there is a relative understanding of the professional project of Social Work by most of the social workers interviewed and pointed out the main challenges put to its materialization in the daily practice of the professional practice.

KEY WORDS: Social Work. Ethical-Political Project. Social assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;

ABESS- Associação Brasileira de Serviço Social;

BH- Belo Horizonte;

BPC- Benefício de Prestação Continuada;

CA-PS- Comitê de Assessoramento em Pesquisa;

CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais;

CBCISS- Estatuto do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais;

CEAS- Centro de Estudos e Ação Social;

CEDEPSS- Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais;

CEPs- Comitês de Ética em Pesquisa;

CFAS- Conselho Federal de Assistentes Sociais;

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social;

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas;

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa;

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social;

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

GRESS- Conselho Regional de Serviço Social;

EAD- Ensino à Distância;

ENESSO- Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social;

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IDEME- Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual;

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social;

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social;

MEC- Ministério de Educação e Cultura;

MG- Minas Gerais;

NOB/SUAS- Norma Operacional Básica do SUAS;

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;

PB- Paraíba;

PEPSS- Projeto ético-político do Serviço Social;

PNAS- Política Nacional de Assistência Social;

PSF- Programa Saúde da Família;

PUC- Pontifícia Universidade Católica;

RJ- Rio de Janeiro;

SUAS- Sistema Único de Assistência Social;

UFCG- Universidade Federal de Campina Grande.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - EM VITRINE: OBJETO DE PESQUISA, PERCURSOS METODOLÓGICOS E A RELEVÂNCIA DA PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL	15
1.1 Construção, Delimitação e Problematização do Objeto.....	16
1.2 Percursos Metodológicos da Investigação.....	23
1.3 Pesquisa e Serviço Social: aproximações necessárias	31
CAPÍTULO II - “CONHECE-TE A TI MESMO”: A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	40
2.1 A Natureza do Serviço Social: duas teses sobre o surgimento da profissão.....	41
2.2 O Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho: legitimação e institucionalização da profissão no Brasil.....	50
2.3 “Decifra-me ou te devoro”: considerações sobre o processo de renovação e a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social	58
CAPÍTULO III - O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO/A NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS POSTOS À MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....	76
3.1 Um debate sobre Serviço Social e Trabalho.....	77
3.2 O trabalho do/a assistente social inserido/a na política de Assistência Social no município de Sousa- PB.....	86
3.3 A materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social: desafios e estratégias profissionais no exercício efetivo da profissão.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
APÊNDICES.....	120

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar o processo de compreensão e as estratégias utilizadas à materialização do projeto ético-político do Serviço Social no trabalho do/a assistente social inserido/a no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB. A pesquisa estabelece os seguintes objetivos específicos: a) Problematizar os desafios postos à materialização do projeto ético-político no cotidiano do trabalho profissional do/a assistente social na contemporaneidade; b) Compreender como as condições éticas e técnicas da política de Assistência Social local determinam o trabalho do/a assistente social; c) Desvendar os elementos constitutivos do trabalho profissional do/a assistente social na política de Assistência Social. E reconhece que o trabalho profissional desenvolvido pelos/as assistentes sociais é condição essencial à inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.

Sabemos que o projeto profissional do Serviço Social foi construído como reflexo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, no final da década de 1960, em sintonia com as transformações societárias que se processavam no país. Esse projeto é apreendido enquanto referencial ético-político norteador de uma atuação crítica, comprometida com os interesses da classe trabalhadora, tendo em vista que o mesmo é calcado na defesa intransigente dos direitos humanos, bem como valores como a liberdade, a democracia, a ampliação da cidadania e a construção de uma nova ordem societária.

O interesse pela temática foi suscitado a partir das discussões advindas das disciplinas dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, com destaque a Ética Profissional e Serviço Social IV que foram, sem sombra de dúvidas, responsáveis pelas leituras mais prazerosas provenientes do âmbito acadêmico. O contato com a tese de Yamamoto (2014), também foi basilar nesse processo, à medida que afirma que nenhum trabalhador assalariado possui autonomia plena em seu espaço sócio-ocupacional, pois depende dos meios e instrumentos fornecidos por seu contratante para a realização do seu trabalho. Entretanto, no caso do/a assistente social, a relativa autonomia se garante pela formação acadêmica de nível superior e pelo aparato legal, normativo e organizativo da profissão, como o seu Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares de 1996 e o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS.

Nitidamente, estamos diante de um verdadeiro dilema entre o projeto ético-político do Serviço Social e a condição de trabalhador/a assalariado/a do/a assistente social, enquanto

profissional formado e requisitado para atuar no campo das políticas sociais. Por excelência, insere-se no mercado de trabalho sob a condição do assalariamento, que aliena, cerceia direitos e explora os/as trabalhadores/as, de modo geral. A temática foi ganhando cada vez mais esmero à medida que esta tensão é acrescida a necessidade de apreender a natureza do projeto ético-político e de como este é materializado no exercício profissional. O momento de inserção no estágio supervisionado, mais precisamente na Secretaria de Assistência Social no município de Sousa-PB, reiterou à necessidade de problematizarmos os desafios no âmbito da política de Assistência Social, considerando o processo de regressão dos direitos sociais, decorrente da focalização e da seletividade que perpassam as políticas sociais na contemporaneidade.

As reflexões desencadeadas na construção deste trabalho expressam uma interlocução contundente com autores/as expoentes do Serviço Social, como Iamamoto (2009), Netto (1999), Braz (2009), Guerra (2010), Barroco (2003), Cardoso (2013), dentre outros/as teóricos/as. As análises desenvolvidas por tais autores/as foram imprescindíveis para que este estudo estivesse bases concretas de sustentação, tendo em vista a magnitude das obras que apresentam e as informações cruciais que descortinam acerca do objeto de estudo estabelecido nesta pesquisa e, conseqüentemente à realidade social que o submerge.

Em relação ao arcabouço teórico deste trabalho, iniciamos as discussões trazendo à tona, o processo de delimitação temática e a problematização do objeto de estudo. No primeiro capítulo intitulado: “**EM VITRINE**: objeto de pesquisa, percursos metodológicos e a relevância da pesquisa em Serviço Social”, apontamos dados pertinentes à realidade local do município de Sousa-PB; revelamos o método escolhido para a apreensão do objeto em suas múltiplas dimensões e a relevância do objeto de estudo para o Serviço Social, imprimindo as análises à dimensão ética, que deve perpassar o processo construção de conhecimento.

No segundo capítulo, “**CONHECE-TE A TI MESMO**”: a constituição histórica do Serviço Social no cenário brasileiro, realizamos um resgate histórico da emergência do Serviço Social no Brasil, a partir de duas teses: a perspectiva endogenista e a histórico-crítica. Analisamos os determinantes históricos que propiciaram a institucionalização da profissão no cenário brasileiro, considerando esta como um tipo de especialização sociotécnica e partícipe do processo de reprodução das relações sociais. Tecemos considerações acerca do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, tomando como referência o movimento de reconceitualização latino-americano e suas inflexões para as vertentes renovadas do Serviço Social. Recuperamos algumas considerações sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e traçamos os aspectos histórico-metodológicos de construção do projeto ético-político, bem como às perspectivas à sua materialização.

No terceiro e último capítulo, **“O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO/A NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: desafios postos à materialização do projeto ético-político do serviço social”**, apontamos a conexão existente entre a categoria trabalho e o Serviço Social, ressaltando o processo de materialização do projeto ético-político no exercício cotidiano da profissão, pontuando alguns desafios postos à sua efetivação na realidade contemporânea, mediante o trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB, bem como as estratégias profissionais desenvolvidas no exercício efetivo da profissão. É válido ressaltar que, neste capítulo, buscamos descortinar os dados obtidos a partir das entrevistas. Por isso, respaldamos em subsídios teóricos que pudessem compreender as falas das profissionais, suas concepções e demais elementos implícitos no processo investigativo.

Finalizamos o trabalho com as considerações finais estabelecendo uma análise com os achados da pesquisa. A intenção deste estudo consiste em contribuir com o processo de formação profissional e reforçar a necessidade de apreender esse projeto profissional em suas múltiplas dimensões, bem como a importância de sua materialização no trabalho cotidiano do/a assistente social inserido/a no âmbito das políticas sociais, buscando ultrapassar os desafios postos à sua efetivação na contemporaneidade.

CAPÍTULO I - EM VITRINE: objeto de pesquisa, percursos metodológicos e a relevância da pesquisa em Serviço Social

“Confuso amanhecer, de alma ofertante
e angústias soffreadas,
injustiças e fomes e contrastes
e lutas e achados rutilantes
de riquezas da mente e do trabalho,
meu passo vai seguindo
no ziguezague de equívocos,
de esperanças que malogram mas renascem
de sua cinza morna.
Vai comigo meu projeto
entre sombras, minha luz
de bolso me orienta
ou sou eu mesmo o caminho a procurar-se?”
(Carlos Drummond de Andrade)

Neste capítulo, como o próprio título esclarece, traremos explicitações sobre o objeto de investigação desta pesquisa, bem como o percurso metodológico escolhido para a realização da mesma.

No primeiro tópico, “Construção, delimitação e problematização do objeto”, abordaremos o processo de delimitação temática e a problematização do objeto de estudo, apontando a relevância social de discutir essa temática, tendo em vista, as particularidades da realidade local. Sem esquecer de expressar a relação do/a discente pesquisador/a com o objeto escolhido. No segundo, “Percursos metodológicos da investigação”, discutiremos a metodologia utilizada na realização dessa pesquisa, afim de estruturar a relação existente entre o objeto de estudo, os sujeitos da pesquisa, a realidade social problematizada e o método escolhido para a apreensão do objeto em suas múltiplas dimensões. No terceiro, “Pesquisa e Serviço Social: aproximações necessárias”, trataremos da relevância do objeto de estudo para o Serviço Social, ressaltando a importância da pesquisa na construção de conhecimento e situando a dimensão ética da pesquisa em Serviço Social.

1.1 CONSTRUÇÃO, DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

De repente tudo escureceu, apesar do sol raiar fortemente pela janela entre aberta do quarto. Como em um piscar de olhos as ideias simplesmente sumiram. A letra parecia não se habituar ao papel e cada pequena linha escrita precisava ser aprofundada, melhorada. Nada funcionava em minha busca por um objeto de estudo. Primeiro observei o campo de estágio, no qual estava inserida, porém o objeto escolhido tornou-se totalmente inviável para a realização da pesquisa. Então, passei a caminhar pelas ruas da pequena cidade de Sousa, localizada no interior do estado paraibano, afim de vislumbrar algo novo e desafiador capaz de articular o Serviço Social as particularidades expressas no cotidiano das relações sociais.

O olhar atento, regido por um teor crítico só conseguia enxergar como a intitulada cidade “Sorriso”, parecia não conseguir apresentar seu carisma peculiar, arreigado as suas tradições. Pelo contrário: o seu ar de riso apresentava-se cada vez mais estético. Um cenário tão amedrontador, quanto a minha dificuldade de vislumbrar um objeto de pesquisa relevante não apenas para a construção teórica do Serviço Social brasileiro, mais também importante na esfera social.

E foi rodeada por livros e em meio as lágrimas que pensei em desistir. Nesse exato momento, comecei a recordar-me do que mais me motivava no Serviço Social, o ponto que tinha me fisdado à priori por esse curso capaz de particularizá-lo diante dos demais, se tornou o objeto de estudo estabelecido em minha pesquisa. Seguindo as “instruções” de Marx (1974), é mais importante contribuir para transformar o mundo do que tão somente interpretá-lo; são com essas palavras, que inicio a construção teórica do objeto de estudo escolhido, sabendo que a maioria dos/as leitores desta monografia vivenciaram dificuldades parecidas com as minhas, e também as superaram.

Sem mais delongas, o objeto de estudo desta pesquisa centra-se no processo de construção e materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB. O referido projeto é resultado de um intenso processo de mobilização do Serviço Social no cenário brasileiro. Deve ser compreendido como um referencial ético e político norteador de uma atuação profissional crítica, pautada em uma perspectiva emancipatória. Entretanto, a materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional se encontra permeado por desafios, oriundos principalmente da condição de trabalhador assalariado que permeia a sociedade capitalista.

Considerando a tensão existente entre o projeto profissional do Serviço Social e a condição de trabalhador/a assalariado/a que circunscreve a realidade contemporânea da sociabilidade burguesa, e conseqüentemente os/as assistentes sociais, a realização de pesquisas nessa área se revela como um verdadeiro desafio para a construção de conhecimento, à medida que, requer desvendar as implicações da institucionalização do Serviço Social e a condução de análises e discussões no plano do significado social da profissão, ressaltando os desafios e limites postos à materialização desse projeto no cotidiano do exercício profissional.

É mediante essa consideração e o desafio atual de “tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva” (IAMAMOTO, 2009, p. 29), que a referida pesquisa apresenta como objeto de estudo à materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB, visto que, os espaços sócio-ocupacionais onde os/as assistentes sociais atuam, com destaque naqueles vinculados às políticas sociais, que além de serem perpassados por tensões entre os princípios e valores éticos-políticos profissionais, ainda apresentam determinações institucionais que influenciam diretamente na atuação profissional.

Entendendo a centralidade da pesquisa na materialização do projeto profissional do Serviço Social, vale ressaltar, que o direcionamento teórico-político que norteia a categoria profissional, imprime ao seu projeto coletivo valores e princípios singulares a profissão, requisitando, “ser pensado em relação a um projeto de maior envergadura: o projeto societário” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 04).

O projeto ético-político do Serviço Social (PEPSS) foi construído historicamente e representa o compromisso com as competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, inerentes à formação profissional, bem como revela a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora e expressa uma construção coletiva da categoria profissional que repercutiu na obtenção de um direcionamento ético e político para a atuação do/a assistente social nas mais variadas manifestações da “questão social”, definida “como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

São levados em conta os avanços provenientes da discussão e construção coletiva do respectivo projeto, apreendido enquanto base para o fazer profissional crítico, que a reflexão se torna uma forma indispensável de estímulo a investigação se esse projeto realmente tem subsidiado o trabalho profissional. Procurei responder ao seguinte problema de pesquisa através deste estudo: Como os/as assistentes sociais compreendem e materializam a dimensão ético-

política no cotidiano do seu trabalho profissional inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB?

Para responder esse questionamento, estabeleci como objetivo geral da pesquisa: Analisar as compreensões e as estratégias de materialização do projeto ético-político do Serviço Social a partir do trabalho profissional de assistentes sociais inseridos/as na política de Assistência Social do referido município.

Elaborei ainda, um conjunto de objetivos específicos com o intuito de alcançar o objetivo geral da pesquisa, contribuindo para definir delimitações e categorias de análise. O primeiro deles, corresponde a problematização dos desafios postos à materialização do projeto ético-político no cotidiano do trabalho profissional do/a assistente social na contemporaneidade. O segundo, visa compreender como as condições éticas e técnicas da política de Assistência Social local determinam o trabalho do/a assistente social. O terceiro e último, objetiva desvendar os elementos constitutivos do trabalho profissional do/a assistente social na política de Assistência Social.

Com o objeto de estudo previamente delimitado, sabendo que sua escolha não partiu de uma ação aleatória, mas se encontra pautada em aspectos concretos da realidade local, resolvi traçar as características que particularizam o lócus de realização da pesquisa e as contribuições desse estudo para a curso de Serviço Social e a sociedade, de maneira geral.

A pesquisa apresentou como recorte a realidade do município de Sousa, localizado no interior do Estado da Paraíba, com aproximadamente 842 km² e cerca de 69.196 habitantes, segundo projeções do IBGE/2010. Essa cidade, outrora nomeada como Jardim do Rio do Peixe, na condição de pequeno povoado, trazia como principal característica a fertilidade de suas terras que motivou o crescimento populacional, sendo importante frisar, que somente foi elevada à categoria de cidade em 1954, através da Lei Providencial de nº 28, na qual, passou a ser denominada Sousa, atualmente conhecida como cidade Sorriso. Vale ressaltar, alguns dados baseados nessa realidade que contribuíram para a construção e problematização desse objeto de estudo.

O primeiro deles, corresponde aos dados apresentados no boletim do Ministério de Desenvolvimento Social- MDS, tendo por base o Censo realizado pelo IBGE em 2010, que constatou cerca de 6.825 pessoas residentes no município vivendo em situação de extrema pobreza, apresentando uma renda domiciliar abaixo de 70,00 reais, sendo que desse total 2.397 estão na zona rural e 4.428 estão na zona urbana.

A concepção de extrema pobreza se relaciona ao não atendimento das necessidades mínimas para a reprodução biológica dos indivíduos. O principal indicador de pobreza consiste

em aspectos voltados a renda monetária, como constata o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA/2010a), que considera em extrema pobreza os indivíduos com um rendimento médio domiciliar de até um quarto do salário mínimo mensal. Entretanto, “um indicador de pobreza, definido a partir de rendimentos monetários, negligência o conjunto de bens que não passam pelo mercado e que afetam o bem-estar ou o mal-estar dos indivíduos” (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 49). Essa negligência fornece apenas uma medida indireta da pobreza, privilegiando o mercado e ocultando a dimensão subjetiva que a fomenta.

Os dados apontados se relacionam com o objeto de estudo, no passo que se transformam em demandas sociais vislumbradas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais de atuação dos/as assistentes sociais, principalmente no âmbito da política de Assistência Social, à medida que se destina à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privações objetivas e subjetivas e, ou, fragilização de vínculos afetivos. Cabe salientar que, “as demandas de grupos e classes sociais prefiguram direitos que só são satisfeitos quando assumidos nas e pelas instituições do Estado, que asseguram uma legalidade positiva, atribuindo-lhe uma dimensão de universalidade” (IAMAMOTO, 2009, p. 25).

Estes dados revelam como a política de Assistência Social local foi estruturada estrategicamente para atender as demandas provenientes dessa realidade específica, promovendo a instalação de suas unidades nos bairros com maior índice de vulnerabilidade social. Sousa contém atualmente 02 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), tais equipamentos são coordenados pela Secretaria de Assistência Social do referido município, como estabelece a Lei Complementar Municipal de nº 141, de 2015. Dentre os equipamentos sociais públicos em que a política de Assistência Social local desenvolve suas ações, optei por demarcar a centralidade da pesquisa na materialização do projeto ético-político pelos/as assistentes sociais que atuam nos CRAS, CREAS, Casa Lar e Secretaria Municipal de Assistência Social no município de Sousa.

O segundo dado que subsidia a realização desta pesquisa, consiste nos índices de vulnerabilidade social presentes no município de Sousa, divulgados pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME/PB/2013), em que constataram uma redução de 70,42% nos anos 2000 para 51,61% na década seguinte. Vale ressaltar, que a definição do IDEME/PB acerca de vulnerabilidade social se restringe a aspectos econômicos, tendo em vista, o levantamento de dados restritos a renda, condições de moradia, trabalho e educação. Todavia, apesar do termo vulnerabilidade não apresentar um sentido unívoco, sua concepção deve ultrapassar a dimensão da precariedade material, na perspectiva de necessidades insatisfeitas e

contemplar relações sociais fragilizadas e aspectos psicossociais negativos, como resignação, fatalismo e baixo protagonismo social.

a vulnerabilidade pode ser uma condição dos atores frente a acontecimentos adversos de variadas naturezas: ambientais, econômicas, fisiológicas, psicológicas, legais e sociais, ao mesmo tempo em que pode ser uma abordagem para a análise de diferentes tipos de riscos e de respostas, de ofertas de assistência, ocorridas em sua materialização (MDS, 2017, p.38).

A drástica redução nos índices de vulnerabilidade social em 2010, pode ser associada “a expansão de políticas compensatórias direcionadas às parcelas mais pobres da população” (ROS; BRANT, 2011, p. 05), tal expansão repercutiu diretamente na ampliação do mercado de trabalho dos/as assistentes sociais.

É nessa perspectiva de ampliação do mercado de trabalho no âmbito da política de Assistência Social e pressupondo a importância da materialização dos princípios e valores éticos-políticos no cotidiano do exercício profissional dos/as assistentes sociais que atuam diretamente nas expressões da “questão social”, metamorfoseadas em demandas específicas que exigem uma intervenção profissional pautada no compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, que a pesquisa ganha contornos de relevância social. Vale ressaltar, que pontuaremos também as dificuldades enfrentadas pelos/as assistentes sociais no cotidiano do exercício profissional, com intuito de reter análises superficiais, geralmente voltadas a culpabilização desses profissionais e totalmente deslocada da realidade institucional que os/as cercam.

A relevância social desta pesquisa se encontra vinculada a dois elementos: o caráter ético-político do projeto profissional e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. Como aponta Iamamoto (2009), um ponto que merece destaque acerca do projeto profissional é a ressalva de que sua construção não se deu em uma “perspectiva meramente corporativa”, voltada à autodefesa dos interesses específicos da categoria profissional, ainda que embarque nas defesas das prerrogativas profissionais este projeto ultrapassa esse grupo, visto que, encontra-se munido de caráter ético-político (p. 27).

Esse caráter eleva o projeto a uma dimensão de “universalidade”¹, pois estabelece uma direção quanto à forma de atuação no cotidiano do exercício profissional, delimitando princípios e valores éticos-políticos para a categoria profissional, por exemplo, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população estabelecido no Código de Ética profissional.

¹ Segundo Iamamoto (2009) a dimensão de universalidade do projeto profissional do Serviço Social se relaciona diretamente aos interesses da coletividade, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social.

Para o Serviço Social a importância dessa discussão consiste em desvendar as condições em que se vem materializando o projeto ético-político nos espaços socioinstitucionais, através da atuação dos/as assistentes sociais, objetivando reconhecer elementos que possam contribuir consideravelmente para o fortalecimento do projeto profissional e a qualificação das mediações desenvolvidas pelos profissionais no exercício efetivo da profissão. A importância desta pesquisa versa também na possibilidade de resguardar e potencializar a relativa autonomia no exercício profissional, por meio da materialização desse projeto no cotidiano das relações sociais, mediante o trabalho profissional. Como assinala Iamamoto (2009, p. 35),

Resguardar a relativa autonomia na condução o exercício profissional supõe potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo, com sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade. Esse é um desafio intelectual e histórico de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais e as lutas contra as mesmas; e para projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, germinadas no presente, por parte da ação de homens e mulheres, jovens e idosos, índios, brancos, negros, trabalhadores e trabalhadoras que lutam com bravura pela sua subsistência que apontam para novas formas de sociabilidade (IAMAMOTO, 2009, p. 35).

O processo de aproximação com o objeto se deu bem antes desses dados acima elencados, tendo em vista os diferentes momentos do curso em que se foi possível vislumbrá-lo por meio de diversas leituras.

Na disciplina de Ética Profissional do curso de Serviço Social da UFCG- Campus Sousa, por exemplo, conseguimos não só apreender acerca do Código de Ética da categoria profissional, como também identificar a característica que particulariza e diferencia este de todos os demais, a primazia por uma nova ordem societária. Essa disciplina permitiu, através do texto de Barroco (2003), “A trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro” tocar mesmo que minimamente em alguns elementos constitutivos do projeto profissional do Serviço Social.

O interesse pela temática aumentou significativamente atrelado ao “caráter relativamente novo desta discussão” (NETTO, 1999), somado ao interesse particular já aguçado, mediante as aproximações anteriores, através de discussões desencadeadas pela disciplina de Serviço Social IV acerca da construção do projeto ético-político no interior do Serviço Social. Resolvi participar de um processo seletivo de monitoria, no qual, acabei sendo monitora da referida disciplina que me presenteou com o tão esperado objeto de estudo: à materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB.

A escolha da política social abordada pela pesquisa também não foi uma tarefa fácil, por sua vez, se encontra ligada à experiência e proximidade adquirida através das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II, que promoveram um contato maior com o exercício profissional do/a assistente social inserido no contexto institucional da política de Assistência Social em Sousa-PB, mediante as particularidades que a mesma assume na realidade local.

Outro fator que contribui no processo de escolha por essa política pode ser vinculado a uma palestra realizada na XI Conferência Municipal de Assistência Social, em que dentre os pontos abordados, o letreiro exposto na Secretaria Municipal de Assistência Social foi questionado, por estar escrito: Secretaria de Ação Social, nome este disponível em todos os sites voltados para o acesso de informações acerca dessa política atualmente no município de Sousa. Pode parecer apenas um simples letreiro, mas na realidade essa compreensão de “Ação Social” encerra os avanços alcançados pela Assistência Social enquanto política pública e firma uma ideia de assistencialismo, em que os profissionais tornam-se meros amadores. Vale ressaltar, que dias depois da realização da palestra o letreiro foi alterado, porém os sites permanecem desatualizados acerca dessa informação. E como isso se relaciona com meu objeto?

O objeto que determinamos como alvo desta investigação não está isento das relações travadas em sociedade, visto que, as demandas sociais emergem das contradições existentes no tecido social, conseqüentemente, a maneira como essa política se estrutura nessa realidade específica, desencadeia aspectos que determinam a atuação profissional do/a assistente social. É nesse sentido, que o letreiro mencionado perpassa o conteúdo de um simples erro para demarcar em linhas gerais possíveis fragilidades profissionais relacionadas ao desconhecimento dessa política e de suas diretrizes.

Constatando o peso significativo da realidade social em que se estabelece essa pesquisa, reconhecendo que suas contradições e antagonismos remetem em implicações capazes de “mascarar” as múltiplas dimensões assumidas pelo objeto na sociedade capitalista, que traçar o caminho de enxergá-lo em sua totalidade se estabelece como substancial para apreensão do mesmo. Com essa finalidade, no tópico seguinte abordaremos o percurso metodológico empregado nessa pesquisa.

1.2 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

O presente estudo buscou apreender como os/as assistentes sociais compreendem e materializam a dimensão ético-política no cotidiano do seu trabalho profissional inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB.

Tomando como referência a Secretaria Municipal de Assistência Social de Sousa e as principais unidades da política de Assistência Social, que fazem parte da rede de proteção social e desempenham papéis diferenciados, sendo eles: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Casa Lar.

Todavia, a pesquisa parte do seguinte pressuposto: o projeto profissional tem existência objetiva, ou seja, sua existência não depende do sujeito que o pesquisa. Nesse processo, o sujeito pesquisador parte de sua aparência fenomênica, imediata e empírica visando alcançar sua essência através do processo de construção do conhecimento. Essa existência objetiva do objeto, torna crucial a análise da realidade, na qual, o mesmo se encontra inserido.

O conhecimento da realidade objetiva demanda sempre árduos esforços investigativos. Marx que o diga, afinal sua elaboração teórica perdurou por décadas. O problema central de suas análises era justamente a gênese, a consolidação e o desenvolvimento da sociedade burguesa.

Ao se debruçar sobre essa realidade estabeleceu categorias de análises, que se tornaram imprescindíveis para a realização do percurso metodológico empregado nesse estudo. Inicialmente, a análise parte da compreensão de que,

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada (MARX, 2011, p. 28).

A investigação acerca da materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB, deve repercutir na elucidação dos fios invisíveis que perpassam a sociedade contemporânea e rebatem diretamente nas condições objetivas do trabalho assalariado, conferindo “significações a partir das condições e relações de trabalho do assistente social” (SILVA, 2010, p. 103). Tais determinantes sociais implicam em limites e desafios postos a efetivação desse projeto nos mais variados espaços sócio-ocupacionais de atuação dos/as assistentes sociais. É o processo de construção do conhecimento

acerca dessa realidade social que torna consciente os seus fundamentos, seus limites e condicionantes, considerando que “o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 1983, p. 20). É nesse sentido que a teoria

Para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p. 05).

A teoria assume a condição de uma modalidade peculiar do conhecimento (NETTO, 2011), que parte da realidade aparente, sendo que esta não pode ser menosprezada, porque é através dela que se inicia o processo de construção do conhecimento, o objeto de pesquisa não se encontra isento de suas implicações, tendo em vista, que nenhuma construção teórica parte do vazio. Pelo contrário, revela-se como um recorte sistemático da própria realidade concreta. Mas nela, o objeto não pode se encerrar. Antes é papel do pesquisador/a descobrir a essência do fato, sua estrutura e a dinâmica que assumem na sociedade. Toda conclusão, nesse processo de construção do conhecimento teórico é provisória, comprovável e verificável, por meio da própria realidade social.

É mediante esta breve discussão, que a utilização de um método se torna crucial para a realização de qualquer pesquisa, isso porque o método de pesquisa propicia o conhecimento teórico do objeto que parte de sua aparência, visando alcançar sua essência.

Alcançando a essência do objeto isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no campo do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz no plano ideal a essência do objeto que investigou (NETTO, 2009, p. 05).

Para desvendar o movimento do real e adquirir conhecimentos teóricos acerca do projeto profissional do Serviço Social, o método funcionou como um caminho munido de relações entre o sujeito da pesquisa e o objeto estudado. Nessa relação o sujeito que pesquisa está sempre ativo, à medida que se torna capaz de mobilizar o máximo de conhecimento possível acerca do objeto, que “deve ser dotado de imaginação e criatividade” (NETTO, 2009, p. 675).

Essa pesquisa estabeleceu como método de análise o histórico dialético, o qual proporciona a observação e apreensão da dinâmica social, por meio da articulação de categorias como, a totalidade, a contradição e a mediação. Esse método de apreensão da realidade é bastante empregado nas pesquisas em Serviço Social, nas palavras de Deslandes (2012), remete-se à “valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre a parte e o todo e interioridade

e exterioridade dos fenômenos” (p. 24), empregando uma análise crítica acerca da realidade materialista. A realidade social se apresenta materialista, à medida que articula realidade histórica e material, o homem e a formação do pensamento humano.

Como bom materialista, Marx separa claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se ‘pelo real e pelo concreto’, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. Este foi o caminho ou, se se quiser, o método (NETTO, 2009, p. 684).

O método em Marx começa pelo real, pelo concreto, pelo o que está posto na realidade aparente do fenômeno apresentado na pesquisa. Para sua análise, os elementos são abstraídos. É nesse momento em que o concreto se torna “concreto pensado”, isso porque o sujeito da pesquisa extrai o elemento de seu contexto, isola-o e examina-o, construindo abstrações acerca do real. Vale ressaltar, que o método não deve ser compreendido enquanto “um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe” (NETTO, 2011, p. 52).

A escolha desse método para subsidiar a realização da pesquisa, parte da compreensão de que os princípios e valores éticos-políticos estabelecidos no projeto profissional do Serviço Social são totalmente antagônicos aos estabelecidos pela sociedade capitalista, demarcada atualmente pela privatização, o sucateamento dos serviços públicos, elevados índices de desemprego, somados ao quadro geral de desproteção social, oriundos principalmente da ofensiva neoliberal. Conseqüentemente, a materialização desse projeto no exercício efetivo da profissão se encontra permeado por limites e desafios, impostos pela própria lógica da sociedade capitalista.

Para descobrir a lógica do objeto, necessariamente se deve conhecer minimamente a lógica do capital e como destaca Lênin (1989, p. 284), “Marx não deixou uma lógica, deixou a lógica de O Capital”. Visto isso, nada mais adequado do que empregar tal método. O método histórico-dialético articula três dimensões, “a totalidade, a contradição e a mediação²” (NETTO, 2011, p. 18), que permitem ao pesquisador desvendar os processos ocorrentes em sua totalidade constitutiva, sendo estes mediados por distintos níveis de complexidade.

Como a pesquisa apresenta centralidade na materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as

² Segundo Marx (2014), totalidade é uma categoria ontológica que representa o concreto, síntese de determinações. As contradições dão vida às totalidades que compõe a totalidade macroscópica, à medida que geram transformações. A mediação articula tais totalidades constitutivas tomadas em sua diversidade.

no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB, optamos por estabelecer na pesquisa um caráter analítico de base qualitativa.

O desenvolvimento de um estudo demarcado pelo caráter analítico de base qualitativa, pode ser caracterizado como uma busca pela compreensão da realidade e dos fenômenos vivenciados pelos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa. Essa abordagem, intitulada como qualitativa tem como objetivo principal a apreensão dos significados sociohistóricos e das especificidades dos fenômenos. Martinelli (2005) aponta que a pesquisa qualitativa permite conhecer os significados atribuídos pelo grupo pesquisado às experiências vivenciadas por eles. Nesse sentido,

trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é outro elemento muito importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa (MARTINELLI, 1999, p. 24).

O ambiente funciona como fonte de dados e o pesquisador como instrumento fundamental para a realização da pesquisa, enfatizando os significados que são atribuídos pelos sujeitos sociais às coisas e à vida. Esta opção se justifica visto que esse tipo de pesquisa permite a interpretação e análise das informações coletadas durante o processo de construção do conhecimento. Ao interpretar, o/a pesquisador/a desenvolve uma visão mais complexa acerca do objeto estudado, obtendo assim maior aprofundamento e esclarecimento sobre a temática discutida.

Corroborando com a percepção de Minayo (2012, p. 26), que demarca a pesquisa qualitativa enquanto “ciclo da pesquisa”, optei por utilizar as três etapas classificatórias da pesquisa qualitativa sugeridas pela autora: (1) fase exploratória; (2) fase de campo e a (3) fase de análise e tratamento do material empírico e documental. Vale destacar que a pesquisa bibliográfica foi realizada durante todo processo de elaboração deste estudo.

A primeira fase da pesquisa qualitativa equivale a fase exploratória. Nas palavras de Minayo (2012, p. 26), “consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo.” O tempo foi dedicado para definição do objeto, a realização da delimitação temática da proposta investigativa, o desenvolvimento do objeto metodologicamente e teoricamente, a definição dos instrumentos empregados e a construção de um cronograma para a realização da ação e delimitação do espaço e da amostra contemplados pela pesquisa.

Os primeiros passos desenvolvidos na elaboração da pesquisa foram provenientes da delimitação temática do objeto, em que estabeleci o objetivo geral dessa pesquisa e os

objetivos específicos pontuados no tópico anterior. Com os objetivos previamente delimitados, a elaboração foi voltada para a construção do percurso metodológico, objetivando apreender respostas significativas ao que a investigação se propôs a verificar, no caso, à materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB.

A delimitação de um marco temporal é essencial no processo de elaboração da pesquisa, tendo em vista que as ações são delimitadas de acordo com o tempo definido para a realização do estudo. O marco temporal para a aplicação da pesquisa de campo correspondeu ao intermédio de tempo entre os meses de dezembro de 2017 a maio de 2018.

A segunda fase da pesquisa, a chamada fase de campo, foi responsável pelo cunho empírico empregado na pesquisa qualitativa, por meio de técnicas e instrumentos de pesquisa. Para apreender o projeto ético-político do Serviço Social em sua totalidade, com intuito de desvendar os fios invisíveis que perpassam a construção desse projeto, seu desenvolvimento, consolidação e efetivação no cotidiano do exercício profissional na realidade contemporânea, coloca como necessário para essa pesquisa caracterizá-la como pesquisa de campo.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com recursos de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa ação, pesquisa participante etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa de campo caracteriza-se por investigações que ultrapassam a pesquisa bibliográfica e realiza a coleta de dados junto aos indivíduos. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Outra característica importante acerca da pesquisa de campo corresponde ao deslocamento para onde está o objeto “e usar de métodos e técnicas variados conforme o interesse do pesquisador” (GOMES, 2010, p. 58). Diante dessa flexibilidade e partindo do pressuposto de que os objetivos do estudo devem ser alcançados, priorizei nessa pesquisa um estudo exploratório, no qual “explora-se a realidade em busca de maior conhecimento” (ALMEIDA, 2014, p. 25).

Esse tipo de pesquisa, como aponta Gil (2008, p. 46), “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis”. A pesquisa exploratória ao esclarecer ideias, modificar conceitos e desenvolver formulações mais precisas acerca do objeto estudado em sua totalidade, observando o movimento do real e suas determinações impostas ao objeto,

fornece uma visão panorâmica do projeto profissional do Serviço Social e o esclarecimento dos valores éticos-políticos que o compõe.

A presente pesquisa parte de um universo de 10 (dez) assistentes sociais que exercem suas atribuições e competências profissionais nos seguintes espaços socioinstitucionais: Secretaria de Assistência Social do referido município, CRAS- Mutirão, CRAS- André Gadelha, CREAS e Casa Lar, estes foram os espaços institucionais empregados pela pesquisa para obtenção de dados e a construção de conhecimento científico. Dessa quantidade de profissionais, a pesquisa conseguiu contemplar 80% dos/as assistentes sociais que estão inseridos/as na política de Assistência Social no município de Sousa-PB, atualmente.

No tocante a escolha dos sujeitos que forneceram as informações necessárias para a realização desta pesquisa, vale ressaltar a compreensão de Martinelli (1999, p. 26), “não é o número de pessoas que vão prestar as informações, mas o significado que os sujeitos tem em função dos objetivos da pesquisa.”

A escolha de tais sujeitos pela referida pesquisa firma-se pontualmente na relevância da materialização do projeto ético-político no cotidiano profissional desses/as assistentes sociais inseridos/as na política de Assistência Social local, uma política que se encontra em constante construção. Além disso, são esses os equipamentos dispostos na Lei Complementar de nº 137, de 2015 que estabelece a organização estrutural da política de Assistência Social no município Souseense. A Lei Complementar de nº 137, de 2015 expressa ainda, a composição da equipe de referência para a prestação de serviços e execuções de ações no âmbito da Proteção Básica, a Proteção Social Especial de Média Complexidade e a Proteção Especial de Alta Complexidade.

Nas particularidades souseense, temos 02 CRAS destinados a proteção básica, que deve ser composto por 01 coordenador(a), 02 assistentes sociais, 01 psicólogo (a), 01 pedagogo, 04 técnicos de nível médio do SUAS e 04 orientadores sociais. Sobre a Proteção Social Especial de Média Complexidade realizado pelo CREAS, a referida lei municipal estabelece uma equipe de referência composta por 01 coordenador(a), 01 assistente social, 01 psicólogo(a), 01 advogado e 04 educadores sociais. No que se refere a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o município dispõe da Casa Lar, que deve apresentar 01 coordenador(a), 01 assistente social, 01 psicólogo, 04 cuidadores sociais e 04 auxiliares de cuidadores sociais. Vale ressaltar, que a Lei Municipal Complementar/2015 foi indispensável no processo de recorte previamente estabelecido no lócus da pesquisa, em que optamos por equipamentos constituintes dos três níveis de proteção social previamente estabelecidos e apresentados nessa lei.

Quanto ao procedimento de coleta de dados, um dos materiais utilizados na pesquisa qualitativa corresponde as falas dos sujeitos informantes da pesquisa. A análise dessas falas é crucial para a apreensão do conteúdo da mensagem, visando conhecer seus significados. Foi realizada uma entrevista aberta estruturada, na qual, se desenvolve “a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados” (GIL, 2008, p. 113). Essa técnica de pesquisa possibilita ao pesquisador sistematizar e levantar dados pertinentes ao estudo, tendo em vista, que os/as entrevistados/as responderão ao mesmo leque de perguntas voltadas exclusivamente para o objeto de estudo em questão.

O que torna o trabalho interacional um instrumento privilegiado de coleta de informações para as Ciências Sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO, 2010, p. 204).

As 08 (oito) entrevistas realizadas com as assistentes sociais, afim de elucidar como se tem dado o processo de materialização do projeto ético-político do Serviço Social no exercício profissional, foram gravadas, transcritas e analisadas para o levantamento de dados. O uso de um gravador e um formulário, respeitando sempre o sigilo ético científico exigido no processo de pesquisa, subsidiaram a realização das entrevistas. No momento, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido³, foi assinado pelas entrevistadas. Vale reforçar, que tais procedimentos empregados visam corroborar no processo de apreensão e fidelidade no registro das falas das entrevistadas; apesar deste estudo não ter sido submetido ao Comitê de Ética mediante empecilhos burocráticos.

Em relação aos instrumentos de pesquisa, optamos por construir e aplicar um formulário, visando colher informações diretamente com os/as entrevistados/as durante a realização da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 100), “o formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”.

É indubitável que o processo de coleta de dados, vinculado à obtenção de informações diretamente das entrevistadas é permeado por dificuldades que demarcam a maioria das pesquisas de campo. No caso deste estudo, podemos situar algumas dificuldades que se colocaram como verdadeiros desafios para a obtenção de informações das entrevistadas, como por exemplo, a disponibilidade de tempo das assistentes sociais para a realização das

³ Consiste em um termo disponibilizado para os/as entrevistados/as contendo os respectivos objetivos da pesquisa e como a mesma será utilizada.

entrevistas, em que por várias vezes, as datas foram remarcadas para dias posteriores, tendo em vista, as inúmeras visitas domiciliares que precisavam realizar.

Considerando de suma importância obter as informações diretamente das entrevistadas, a realização da pesquisa prosseguiu superando os desafios apresentados e tendo o formulário como o instrumento mais viável para obtenção dos dados. O formulário foi constituído por uma “coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa” (SELLTIZ, 1965, p. 172). E como a pesquisa prioriza analisar o processo de materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB, o formulário se torna uma ferramenta contributiva para adquirir as informações diretamente dos/as profissionais que atuam nesse contexto institucional.

Ao final das entrevistas, foi realizado um procedimento de análise dos dados, a partir das falas dos sujeitos entrevistados/as. Essa é a terceira e última fase do ciclo da pesquisa, consiste na fase de análise empírica dos dados levantados no processo de construção teórica do objeto de estudo. Consoante Guerra (2009, p. 708) destaca que “os procedimentos de sistematização que se realizam sobre o material empírico são de maior relevância para a construção teórica”.

Em relação aos procedimentos metodológicos estabelecidos nesse estudo, priorizamos inicialmente a sistematização dos dados levantados através da realização das entrevistas. A transcrição das gravações e a organização dos relatos dos/as entrevistados/as que foram cruciais para o processo de análise das falas e a classificação dos dados em conjuntos de categorias estabelecidas antes e durante o trabalho de campo, por meio de uma fundamentação teórica. Na análise final, procurei estabelecer articulações entre os dados e o arcabouço teórico da pesquisa, com o intuito de alcançar os objetivos propostos pela mesma.

A sistematização dos dados possibilitou o vislumbre de alguns aspectos relevantes acerca das profissionais entrevistadas. Primeiramente, em relação às informações pessoais e profissionais levantadas pela pesquisa, em que optei por garantir o anonimato das assistentes sociais, bem como os demais aspectos éticos que devem direcionar o processo investigativo. Por isso utilizei os números: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, e 08 para referir as entrevistadas.

Um dado relevante corresponde ao sexo das entrevistadas, isso porque confirma a tendência histórica da profissão de que a categoria dos/as assistentes sociais continua sendo predominantemente feminina, a pesquisa realizada no âmbito da política de Assistência social no município de Sousa-PB foi feita com oito profissionais do sexo feminino. Isso denota a

expressiva presença de mulheres na profissão, conforme pontua o CFESS (2005), que aproximadamente 97% dos/as profissionais são do sexo feminino, e apesar da inserção de assistentes sociais do sexo masculino, a escala é bem inferior se comparada com a anterior. Cerca de 3% apenas, sendo que a região Sudeste é a que apresenta o maior percentual desses profissionais⁴.

Com base nestas reflexões, é perceptível a relação existente entre a pesquisa e a dinâmica do real. Sabendo que sua elaboração parte da compreensão de que a análise da realidade se dá através de técnicas e não podem ser reduzidas a mera classificação de olhares individuais ou opiniões isoladas. “É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações” (MINAYO, 2012, p. 27).

É nesse sentido, em que considero importante frisar que a pesquisa social, bem como define Gil (2008, p. 45) se estrutura “como o processo, que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”, mediante tal consideração, se torna obrigatório compreender como a pesquisa em Serviço Social tem contribuído no processo de construção de conhecimento teórico-metodológico e ético-político no interior dessa profissão.

1.3 PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL: Aproximações Necessárias

Tratar a pesquisa em qualquer área do saber requer relacioná-la a esfera da produção de conhecimento e acúmulo científico. Como o objeto de estudo dessa pesquisa centra sua análise na materialização do projeto ético-político do Serviço social no cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB, conseqüentemente a discussão foi voltada para delimitar a importância da pesquisa no âmbito do Serviço Social. “É possível afirmar que a pesquisa e a produção de conhecimentos delas decorrentes constituíram um verdadeiro divisor de águas no processo de

⁴ É interessante atentarmos à faixa salarial dessas assistentes sociais que independentemente da posição que ocupam dentro da instituição e a forma de contratação, seja concursada (03) ou cargo comissionado (05), ganham em torno de 01 a 02 salários mínimos, trabalhando 30 horas semanais como estabelece a Lei nº 12.317/2010, portaria do CFESS. Dentre as oito, apenas uma assistente social revelou receber em média 02 a 03 salários mínimos e diferentemente das demais foi a única que apresentou vínculo empregatício em outra instituição. Essa questão do pluriemprego tem se tornado cada vez mais recorrente no mercado de trabalho, sendo “resultante dos vínculos instáveis e dos baixos salários, além da intensificação e extensão de carga horária por ter que cumprir, pelo menos, duas jornadas de trabalho” (GUERRA, 2014, p. 50).

consolidação do acúmulo simbólico do Serviço Social nos últimos quarenta anos” (PRATES, 2013, p. 213). Com a criação dos programas de pós-graduação em Serviço Social se amplia a produção de conhecimentos e a profissão ganha novo estatuto.

Na contemporaneidade o Serviço Social “responde por uma significativa produção de conhecimento nas mais diversas áreas e subáreas das ciências sociais” (LARA, 2013, p. 74). Essa afirmação só tornou-se possível a partir da década de 1980, quando o Serviço Social começou a operar sua acumulação teórica, dando seus primeiros passos na construção do conhecimento científico, promovendo maior destaque frente à pesquisa acadêmica.

Esse salto qualitativo, pode ser diagnosticado como resultado de um diálogo hegemônico com a teoria social crítica, através do “processo de renovação do Serviço Social” brasileiro, vislumbrado na perspectiva de “intenção de ruptura” (NETTO, 2011). O processo de renovação do Serviço Social brasileiro, oriundo do Movimento de Reconceituação Latino-Americano de 1960, promoveu revisões fecundas no conteúdo profissional do Serviço Social que ao longo de seu desenvolvimento, repercutiram significativamente no amadurecimento profissional e construção do projeto ético-político da categoria.

A pesquisa se tornou a forma mais viável de adquirir novos conceitos e apreender elementos relativos à profissão, seja referente ao trabalho profissional no espaço socioinstitucional ou a dimensão teórico-metodológica debatida no âmbito acadêmico. O processo de pesquisa se qualifica na intervenção profissional na complexa realidade burguesa, tendo em vista, que para transformar qualquer realidade antes de tudo, é necessário conhecê-la.

A pesquisa que, necessariamente, gera a produção do conhecimento tornou-se pré-requisito ao assistente social, sendo que por meio da investigação científica, que na verdade é a sistematização de uma determinada realidade social, o profissional consegue apreender as intrincadas conexões do real e, assim, construir um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas tão almejadas nas suas intervenções (LARA, 2013, p. 74).

Os debates acerca da relação existente entre a pesquisa e a intervenção profissional fomentaram sua relevância no processo de formação profissional do Serviço Social, em que é proposta como princípio e condição para a formação profissional. Isso significa que o Serviço Social, por meio de sua formação acadêmico-política tem se preocupado em formar profissionais capazes de realizar pesquisas que subsidiem a formulações de políticas e ações profissionais. A compreensão da pesquisa no âmbito do Serviço Social é consoante a definição de Gil (2008) como um processo a partir do qual um método científico é empregado na obtenção de maiores conhecimentos acerca da realidade social e suas complexidades, promovendo a elucidação da realidade contemporânea, à medida que se torna essencial no processo de produção de conhecimento nas ciências de forma geral.

No caso das Ciências Sociais, identifica “uma proposta que tem suas premissas no pensamento crítico, o qual põe em cheque o ‘metabolismo social’ (LARA, 2007, p. 75). A sistematização da realidade social precisa necessariamente passar pelo crivo da crítica, diagnosticando as especificidades e contradições que perpassam a sociedade burguesa.

Ao analisar a pesquisa como uma fonte primordial na produção de conhecimento científico, cabe ressaltar que por conhecimento “estamos concebendo o processo de elucidação da realidade” (GUERRA, 2009, p. 05), tendo em vista, que o cotidiano se revela como um saber imediato, divergindo da lógica constitutiva, estrutural e do núcleo essencial do objeto pesquisado.

A pesquisa se tornou extremamente importante na produção de conhecimentos no âmbito do Serviço Social ao longo dos últimos anos, materializando sua relevância na formação profissional e, também no exercício cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos em seus respectivos espaços socioinstitucionais.

Netto (2011) afirma que o Serviço Social desconheceu a pesquisa, enquanto parte constitutiva do perfil profissional até o final da década de 1960. Porém, ressalta que isso não significa dizer que os/as assistentes sociais, em seus respectivos ambientes de trabalho não tenham desenvolvido atividades investigativas. Pelo contrário, sua afirmação consiste em expressar que “a pesquisa não se punha como elemento substantivo nos papéis atribuídos e incorporados pela profissão” (p. 18).

Conforme Guerra; Backx e Repetti (2013) esse destaque é importante para demonstrar que a pesquisa, estabelecida enquanto uma dimensão constitutiva da formação e do exercício profissional do Serviço Social não é uma novidade trazida pela reconceituação e nem pela implementação das Diretrizes Curriculares de 1996.

A produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social agilizou-se a partir da década de 1970, atrelado principalmente a emersão dos primeiros cursos de pós-graduação na área das ciências sociais.

A partir dos finais dos anos de 1970, a pesquisa veio se consolidando nos espaços da formação pós-graduada e é hoje um elemento significativo no Serviço Social brasileiro, atestando a sua maioria intelectual e as suas condições para participar da interlocução com as ciências sociais (NETTO, 2011, p. 19).

Desde então, a produção bibliográfica apresentou um aumento significativo atribuído por Lara (2007), as dissertações de mestrado e as teses de doutorado em Serviço Social, sendo somente na década posterior que a categoria profissional começou a contribuir e a responder pela produção de conhecimento que possibilita sustentação ao trabalho profissional desempenhado pelos/as assistentes sociais inseridos/as no mercado de trabalho. O

desenvolvimento da pesquisa no interior do Serviço Social encontra-se vinculada a alguns aspectos conjunturais.

O primeiro deles consiste na aproximação do Serviço Social com a tradição marxista na década de 1980, que à priori se deu atrelado a uma perspectiva “enviesada”, ou seja, um marxismo pautado na interpretação de terceiros, repleto de equívocos que acabava deturpando a verdadeira essência da teoria social. Nessa década, como aponta Netto (2011), é empregada pela primeira vez a matriz teórica marxista, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, mais precisamente em Belo Horizonte, o chamado método de BH, proporcionou uma nova roupagem para o trabalho profissional juntamente com uma metodologia do Serviço Social, condensando aspectos como o formalismo, epistemologismo, metodologismo, cientificismo, ecletismo e sincretismo, que denotam os equívocos pertinentes a essa aproximação.

O reconhecimento dos equívocos e a adesão a fonte marxiana, imprimiu uma nova qualidade no processo de renovação da profissão, além de subsidiar os avanços na produção de conhecimento e o rompimento com o conservadorismo profissional. Mota (2013) afirma que “ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social” (p. 19).

O fato que sumariamente deve ser colocado consiste na inserção do pensamento de Marx que “contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro”, fomentando nele “uma nova geração de pesquisadores/as” (NETTO, 2011, p. 19).

Outro elemento que favoreceu a pesquisa no âmbito do Serviço Social refere-se ao “reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma área específica de pesquisa” (LARA, 2007, p. 76). Essa inserção do Serviço Social no CNPq é relativamente recente e demarcada por fragilidades.

Conforme Mendes; Almeida (2014), essa inserção corresponde a aproximadamente trinta anos, identificado como um programa que juntamente com a Psicologia compõe o Comitê de Assessoramento (CA-PS), com representantes respectivos dessas duas áreas do saber. A lógica desigual, na qual, as propostas são submetidas nesse Comitê, tem ocasionando fragilidades na área do Serviço Social, tendo em vista, que a definição de recursos encontra-se atrelada a quantidade de demandas encaminhadas aos programas, como o Serviço Social apresenta um número reduzido de pesquisadores existentes e um número inferior de demandas se comparado com a área da psicologia, logo é o que recebe menos recursos financeiros.

Apesar das fragilidades, Sposati (2007) analisa esse reconhecimento como uma verdadeira conquista que abriu possibilidades para o financiamento da pesquisa em Serviço Social, como também favoreceu a introdução de pesquisadores do Serviço Social no quadro geral do CNPq.

A pesquisa pode ser considerada indispensável ao Serviço Social se a profissão almejar se manter com o estatuto efetivamente universitário, tendo em vista a impossibilidade de uma categoria profissional se desenvolver, ou ganhar maturidade teórico-metodológico se não existir em seu interior um segmento dedicado à pesquisa, e tal segmento corresponde a universidade. Bourguignon (2005) afirma que a universidade é a grande protagonista do amadurecimento da produção teórica profissional. Vale ressaltar, que a pesquisa não se restringe ao âmbito universitário de formação acadêmica, a mesma transcende os muros da universidade e se estabelece enquanto modo de qualificação profissional na atuação cotidiana dos/as assistentes sociais.

É preciso dizer, também claramente, que todo/a assistente social, no seu campo de trabalho e intervenção, deve desenvolver uma atitude investigativa: o fato de não ser um/a pesquisador/a em tempo integral não o/a exime quer de acompanhar os avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu campo de trabalho, quer de procurar conhecer concretamente a realidade da sua área particular de trabalho. Este é o principal modo para qualificar seu exercício profissional (NETTO, 2011, p. 20).

Cabe pontuar, a existência de uma clara distinção entre o exercício investigativo desencadeado no processo de inserção do/a assistente social nos mais diferentes espaços socioinstitucionais e o/a pesquisador/a acadêmico/a, que se dedica em tempo integral ao exercício de investigação. No primeiro caso, a pesquisa é realizada para subsidiar a intervenção profissional e no segundo é destinada a produção de conhecimento.

Conforme Guerra (2009), a formação profissional dos/as assistentes sociais brasileiros/as desde meados dos anos de 1990 apresenta um projeto profissional fomentado por diretrizes, princípios e valores que delimitam e contemplam um perfil profissional, que prima pelas competências de base técnica, crítica, teórica e de compromisso ético-político. Sabendo, que os/as assistentes sociais intervêm de maneira direta na dinâmica da sociedade burguesa, tendo em vista, sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, cabe ressaltar a existência da necessidade de formar profissionais,

capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, afim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional (GUERRA, 2009, p. 01).

A pobreza, a desigualdade, a precarização das condições de trabalho, o desmonte das políticas de proteção social, são alguns dos traços que caracterizam a realidade contemporânea. A conjuntura social apresenta condições que exigem um novo perfil profissional que tenha por base competência crítica. Esse profissional deve ser capaz de pensar, analisar e decifrar a realidade contemporânea. Netto (1996) define o/a assistente social como intelectual habilitado para atuar em uma área específica, compreender o sentido social da operação, assim como a significância da área no conjunto da problemática social.

A pesquisa tornar-se crucial na compreensão de tais processos, haja vista, que para intervir sobre uma realidade é necessário conhecê-la, afim de que se utilize procedimentos adequados. Constata-se que “a pesquisa garante o estatuto de maioria intelectual para a profissão: além de possibilitar aos seus protagonistas uma contribuição efetiva às diversas áreas do conhecimento” (GUERRA, 2009, p. 02).

Ao conceber a pesquisa como uma ferramenta importante para o conhecimento da realidade social, de forma profunda, crítica e para além da aparência fenomênica, consequentemente diagnosticamos uma atitude investigativa como parte constitutiva do exercício profissional do/a assistente social.

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (GUERRA, 2009, p. 13).

As Diretrizes Curriculares definem claramente que as dimensões investigativa e interventiva devem estar articuladas entre si, perpassando todo o processo de formação profissional, por isso, a pesquisa deve ser desenvolvida nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Sem esquecer, que a Lei n. 8662/1993, exige do/a assistente social tornar a pesquisa um elemento constitutivo do seu exercício profissional como uma das condições indispensáveis para a formação de profissionais “críticos, combativos, competentes e compromissados” (GUERRA; BACKX; REPETTI; 2013, p. 230).

As Diretrizes Curriculares situam o Serviço Social inserido no conjunto das relações sociais. Partindo desta constatação, em que a profissão encontra-se inserida no processo de produção e reprodução da vida material em sociedade, tendo apreendido que a dimensão investigativa ganha o estatuto de elemento constitutivo da dimensão interventiva da profissão no exercício profissional, cabe ressaltar a importância da dialética marxiana, no sentido do conhecimento totalizante.

O referente objeto de estudo norteador da pesquisa em curso, é concedido por Sposati (2007, p. 18), como fomentador de outro “tom de qualidade na produção do conhecimento em Serviço Social”, tendo em vista, a direção social e estratégica que fornece para a prática profissional.

Nessa perspectiva, “o conhecimento produzido deve ter uma direção estratégica para uma intervenção profissional, comprometida com processos concretos que garantam materialidade ao seu projeto ético-político” (BOURGUINON, 2005, p. 52). Esse aspecto, permite que a pesquisa ultrapasse a esfera da produção de conhecimento e alcance valoração de ação política.

O levantamento de informações em torno da realidade social, como também dos/as usuários/as através da materialização da dimensão investigativa pelos/as assistentes sociais no exercício profissional deve pautar-se na problematização dos dados levantados pela pesquisa.

É certo que tais informações são relevantes para a condução das atividades profissionais, no entanto, há necessidade de problematizá-las (articulando suas dimensões singulares/particulares ao universo), buscando compreender suas causas e possíveis significados, ancorados na busca de alternativas à realidade dos mesmos pautadas no projeto ético-político profissional (MORAES, 2013, p. 257)

Isso significa que não se trata apenas de um processo pautado no levantamento de informações direcionadas apenas a construção do conhecimento de determinada área do saber, antes é um fenômeno político capaz de desenvolver o protagonismo dos sujeitos, pesquisadores e pesquisados, à medida que estabelece alternativas voltadas a realidade específica dos/as usuários/as. A pesquisa se estabelece nessas condições enquanto instrumento estratégico na atuação profissional, que pode garantir a unidade entre o saber e o fazer, ancorada em que tipo de sociedade se almeja construir, imprimindo uma ação politizada de acordo com os princípios e os valores éticos-políticos norteadores da profissão.

A pesquisa em Serviço Social além de uma dimensão política apresenta também uma dimensão ética que precisa basilar qualquer procedimento investigativo que envolva seres humanos. No Brasil essa dimensão foi normatizada em 1990, através da institucionalização das Diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos, por meio da Resolução 196/1996 que criou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

A ampliação das demandas para todas as áreas de conhecimento envolvidas na ética em pesquisa, promoveram o acompanhamento de todas as pesquisas realizadas com seres humanos pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). No que tangencia o Serviço Social, os parâmetros éticos estabelecidos se encontram normatizados no Código de Ética Profissional de

1993, sendo importante pontuar que a resolução 510/2016 apesar das questões contraditórias atinge todas as áreas da pesquisa, independente das profissões e Código de Ética.

Dentre os princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética profissional, vale ressaltar, “o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1993, p. 23).

É pertinente compreender as particularidades que a ética na pesquisa assume no interior do Serviço Social, tendo em vista, os princípios e valores que perpassam à profissão. No âmbito da atividade investigativa, a objetivação de tais valores exige a garantia do acesso do sujeito às informações necessárias à sua participação na pesquisa, especialmente quanto ao uso de seus resultados, ao sigilo profissional relativo as diversas etapas realizadas na pesquisa; ao posicionamento e respeito aos valores, hábitos e costumes dos/as usuários/as; o estabelecimento de relações democráticas, não discriminatórias, não autoritárias, entre outros.

O Código de Ética é bem claro ao afirmar que é dever do/a assistente social, garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos envolvidos, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento de seus interesses e informar sobre a utilização de materiais de registro audiovisual no momento de realização da pesquisa (CEFSS, 1993). Esses são sumariamente alguns dos parâmetros estabelecidos no Código de Ética profissional que devem direcionar a realização de pesquisas no âmbito do Serviço Social. Nessa perspectiva, a ética na pesquisa envolve,

relações humanas valorizadoras da reciprocidade, do respeito, da autonomia e do acesso à informação por parte dos seus sujeitos, expressa uma ética que se opõe a mercantilização das relações humanas; pertence pois a uma concepção de mundo que tem como suporte um projeto societário emancipador (BARROCO, 2005, p. 08).

O traço emancipatório que particulariza o Serviço Social juntamente com os princípios e valores éticos-políticos que norteiam a atuação do/a assistente social na atualidade, nem sempre estiveram consolidados no interior dessa profissão, pelo contrário, são oriundos de uma conquista literalmente recente da categoria profissional, em um contexto demarcado por lutas pela democracia e pela justiça social. É nesse contexto que é gestado o projeto ético-político do Serviço Social, alvo principal dessa pesquisa e norteador das análises.

No capítulo seguinte pontuaremos discursões pertinentes acerca da emergência do Serviço Social, bem como o processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro e a construção do projeto ético-político que norteia a categoria profissional, ressaltando os desafios postos a sua materialização no exercício profissional.

CAPÍTULO II - “CONHECE-TE A TI MESMO”: a constituição histórica do Serviço Social no cenário brasileiro

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança,
Todo mundo é composto de mudança
Tomando sempre novas qualidades.”
(Luís Vaz de Camões)

O aforismo grego empregado no título deste capítulo ressalta a importância do autoconhecimento acerca dos processos que fomentaram a emergência, legitimação e institucionalização do Serviço Social no Brasil. Neste capítulo apontaremos os traços que demarcaram a emergência do Serviço Social no cenário brasileiro através de um breve resgate histórico sobre a natureza e o processo de legitimação dessa profissão, considerando as duas principais perspectivas que marcaram sua gênese: a endogenista e a histórico- crítica. Tais vertentes que se comportam como verdadeiras teses são claramente opostas e apresentam questões de ênfase díspares acerca das “causas” que promoveram a emergência do Serviço Social, apontando aspectos teórico-metodológicos completamente distintos que conduzem a conclusões radicalmente diferentes sobre a natureza, legitimação e funcionalidade do Serviço Social.

Na análise pontuaremos a emergência do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho; o processo de renovação do Serviço Social no cenário brasileiro e a construção do projeto ético-político do Serviço Social, objeto de estudo estabelecido nesta pesquisa.

Para facilitar o processo de construção e apreensão de conhecimento acerca da temática abordada neste capítulo, a divisão por tópicos se tornou crucial na realização das discussões. No primeiro tópico, “A natureza do Serviço Social: duas teses sobre o surgimento da profissão”, apresentaremos as duas vertentes sobre a natureza do Serviço Social em sua gênese. No segundo tópico, “O Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho: legitimação e institucionalização da profissão no Brasil”, contemplaremos o processo de reconhecimento e profissionalização do Serviço Social no cenário brasileiro. No terceiro e último tópico, “‘Decifra-me ou te devoro’: considerações sobre o processo de renovação e a construção do projeto ético-político do Serviço Social”, abordaremos o processo de renovação do Serviço

Social brasileiro e suas respectivas contribuições na construção do projeto ético-político do Serviço Social.

2.1 A NATUREZA DO SERVIÇO SOCIAL: duas teses sobre o surgimento da profissão

Em detrimento dos vários caminhos e descaminhos trilhados pelo Serviço Social no decorrer de sua trajetória, podemos considerar que tal profissão encontra-se demarcada por ambiguidades que se expressam desde suas conceituações até suas expectativas. Partindo desse pressuposto, a origem do Serviço Social não se encontra imune a interpretações distintas, como é o caso das duas teses que datam de seu processo de surgimento, quais sejam: a perspectiva endogenista e a perspectiva histórico-crítica. A verdade é que este debate ganhou espaço intelectual no Serviço Social graças à tentativa de responder sobre as causas de sua emergência, legitimidade e funcionalidade na sociedade burguesa.

No entanto, falar nesse ‘debate’ entre as duas teses não expressa um processo contundente de discussão aberta em relação às considerações feitas sobre estas temáticas. Poucos espaços relevantes têm sido ocupados por tal confronto, os quais devem ser creditados a Yamamoto e Manrique Castro (1979), Magnã (1979) e Manrique Castro (1993). As análises que os diferentes autores de cada uma destas perspectivas realizaram sobre a gênese do Serviço Social e suas derivações, foram desenvolvidas, em geral, em contextos e espaços-temporais diferentes (MONTAÑO, 2011, p. 18).

O problema fulcral desse debate residiu por tempos na inexistência de discussões contundentes em relação às considerações estabelecidas em cada uma das teses, isso porque é notório que “não houve um debate que tenha sido apropriado pelo conjunto da categoria. A referência explícita que os autores da segunda tese fazem da primeira é mínima ou nenhuma, o que confirma a quase ausência de debate crítico, explícito e aberto sobre ambas as maneiras de pensar esta questão” (MONTAÑO, 2011, p. 18). A convivência pacífica entre as duas teses pode redundar em erros de interpretação, caso os leitores das obras dos autores da primeira tese, ao se debruçarem sobre as considerações expressas na segunda tese, não consigam visualizar o antagonismo existente entre elas e isso resultar em uma visão eclética acerca da gênese do Serviço Social.

Ao vislumbrar essa “quase ausência” de debates entre as duas perspectivas, Montañó (2011), realiza uma retrospectiva historiográfica da profissão a partir das vertentes supracitadas, centrando a análise nos autores mais significativos das duas teses, promovendo num mesmo espaço e tempo o debate de uma com a outra.

A primeira tese, consiste na perspectiva endogenista, que sustenta a origem do Serviço Social na “*evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora a intervenção na ‘questão social’*” (MONTAÑO, 2011, p. 20). Considerando essa afirmação, as bases da profissão datam das primeiras formas de ajuda ligadas à esfera da caridade e da filantropia como meios de intervenção na chamada “questão social”. Vale ressaltar, que segundo o autor, durante muito tempo esta tese apareceu como a única, a oficial ou a natural interpretação sobre a gênese do Serviço Social na maioria das instituições de ensino e dos profissionais.

Conforme o autor, esta tese é sustentada pela maioria dos teóricos que consideram o tema da história, gênese e natureza do Serviço Social, fato que se expressa na diversidade de correntes e perspectivas que confluem em significativas distinções internas acerca dos autores/as que constituem a perspectiva endogenista.

Primeiramente, aqui co-participam autores provenientes de um Serviço Social *tradicional* junto com membros do movimento que marcou a “intenção de ruptura” com aquele, a *reconceituação*; em segundo lugar, há autores nesta tese que entendem os “antecedentes” do Serviço Social como sendo *qualquer forma anterior de ajuda*, retroagindo sua análise à Idade Média ou até à origem da história, enquanto outro conjunto de autores pensa os antecedentes apenas ligados *às formas de ajuda, organizadas e vinculadas à ‘questão social’* (MONTAÑO, 2011, p. 20).

Em relação aos autores/as da primeira tese, destacam-se: Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, dentre outros. Segundo o autor supracitado, esses/as autores/as condensam suas reflexões sobre o surgimento do Serviço Social através de uma análise eminentemente cronológica, ao conceber a emersão da profissão vinculada a etapas referentes à evolução e sistematização de formas anteriores de ajuda relacionadas à caridade e à filantropia, características estas que demarcaram os primeiros profissionais do Serviço Social.

O primeiro autor desta tese, Herman Kruse, identifica um paradigma no Serviço Social vinculado a perspectiva que o coloca como aplicação de teorias e em outro momento, situa o trabalho profissional como fonte de teorias. A relação Serviço Social e aplicação de teoria representa a tradição do Serviço Social, cujos os antecedentes datam das primeiras formas de ajuda. O Serviço Social como fonte de teorias é vislumbrado a partir da reconceituação.

Em um processo semelhante, Natálio Kisnerman avalia a história do Serviço Social circunscrita em torno de si mesmo, em que sua origem se remonta ao século XIX, baseada em formas de ajuda sistemática de cunho protestante. É nesse ponto que se diferencia de Kruse ao negar como antecedentes da profissão qualquer forma de ajuda não-sistemática. Entretanto, nem mesmo Kisnerman conseguiu “diferenciar uma prática assistencial-benéfica de outra

vinculada a uma estrutura político-econômica, dentro de determinada divisão sociotécnica do trabalho” (MONTAÑO, 2011, p. 21).

Segundo Montaña (2011), a ideia de etapas sucessivas no processo de gênese do Serviço Social insinuada por Kisnerman também aparece nas análises de Ezequiel Ander-Egg e Barreix. Porém é somente com Boris Alexis Lima, autor vinculado aos segmentos mais críticos e progressistas à reconceituação, que essa ideia é retomada e desenvolvida. Diante de uma visão mais estrutural, Lima (1986) afirma que existem quatro grandes etapas históricas no Serviço Social, são elas: etapa pré-técnica, etapa técnica, etapa pré-científica e etapa científica. Em sua primeira etapa, o Serviço Social se caracteriza pela benevolência, caridade e filantropia.

O ponto que diferencia suas formulações reside na origem do Serviço Social, identificada “mais remotamente que os autores anteriores: na Idade Média! Assim, distinguindo dois tipos de ações assistenciais, a caridade e a filantropia” (MONTAÑO, 2011, p. 23). A

caridade é apreendida como beneficência de inspiração religiosa e a filantropia como ajuda humanitária. Nesta perspectiva, a diferenciação realizada pelo autor recaí prioritariamente entre aspectos religiosos e elementos humanitários desprovidos de qualquer religiosidade.

Conforme as análises de Montaña (2011), Alayón segue um caminho semelhante e credita a gênese do Serviço Social a institucionalização de tarefas benéfico-assistenciais visualizadas com a passagem da Hermandad de la Santa Caridad⁵ para a administração estatal em 1822. Apresentando uma perspectiva teórico-metodológica e política distinta do autor anterior, Lucena Dantas coincide com vários outros autores dessa tese ao situar os antecedentes do Serviço Social desde a Idade Média e também por apresentar novamente a ideia de etapas no processo de surgimento do Serviço Social só que dessa vez ligadas a modelos de intervenção.

Contraditoriamente, Balbina Ottoni Vieira destaca que o Serviço Social existe desde o aparecimento dos seres humanos na face da terra, sendo somente no século XX que ele passa a ser conhecido com este nome. Em uma perspectiva diferenciada de Boris Lima, Ottoni (1977), destaca que para falar de caridade, filantropia e Serviço Social, em quaisquer casos, significa necessariamente considerar as formas de ajuda, diferenciadas por seu *modus operandi* e sua organização (MONTAÑO, 2011).

Em uma análise mais recente García Salord (1990), avança nas considerações desenvolvidas a respeito da gênese do Serviço Social ao apontar três elementos que podem situar sua emergência no século XX. O primeiro deles, corresponde à institucionalização da

⁵ Alayón (1980), ressalta que com a fundação da Hermandad de la Santa Caridad, em Buenos Aires, o Serviço Social mostrava seus antecedentes históricos, tendo em vista, que tal instituição objetivava o cuidado e a atenção aos pobres.

beneficência privada; o segundo encontra-se associado à ampliação das funções do Estado, que cria um espaço ocupacional e legitima a profissão mediante a condição de trabalhador assalariado; e o terceiro ao desenvolvimento das ciências sociais que proporciona um leque diversificado de saberes teóricos e técnicos. No entanto, como aponta Montaña (2011), a autora continua sustentando que o processo de gênese do Serviço Social decorre do exercício da caridade e da filantropia como práticas de onde deriva a profissão.

Diante de todas as análises apresentadas torna-se nítido que a perspectiva endogenista engloba um conjunto de autores com matrizes diferenciadas, concepções políticas e ideológicas totalmente distintas e ênfases contrárias sobre o processo de gênese do Serviço Social. O que se questiona é porque tais autores co-participam desta tese apresentando concepções por vezes diferenciadas, ou melhor, o que os unem nessa primeira tese?

É que estes pensadores se diferenciam em relação a seu vínculo a determinada classe social, a suas convicções e filiações políticas, aos referentes teóricos, a sua ideologia e, portanto, aos seus projetos profissionais; quer dizer, se confrontam em questões que dizem respeito às concepções e posicionamentos em face a realidade social. No entanto, na análise que fazem sobre a natureza e a funcionalidade do Serviço Social (na sua gênese) eles co-participam de uma perspectiva endogenista: a profissão é vista a partir de si mesma (MONTAÑO, 2011, p. 26).

Na realidade são vários elos que unem os autores que defendem essa primeira tese. O primeiro, encontra-se firmado na compreensão do Serviço Social enquanto profissionalização, organização e sistematização da caridade e da filantropia. O segundo corresponde ao fato dos autores não conseguirem vislumbrar o movimento do real e seus rebatimentos na profissão, apresentando uma visão recortada do Serviço Social restrito a si mesmo. E o terceiro, consiste em análises superficiais e focalizadas sobre a gênese do Serviço Social ligada a vontades meramente individuais.

Na primeira tese, a natureza e a funcionalidade profissional aparece como sendo o fato de o Serviço Social consistir numa forma de ajuda (mais organizada, evoluída e tecnicada do que as anteriores- e simultâneas- caridade e filantropia etc) vinculada ao tratamento da “questão da Social”. Sendo a natureza dos “anteriores” profissionais a mesma (formas de ajuda), esta tese estaria entendendo como semelhante a natureza e a funcionalidade da profissão e das formas de ajuda “anteriores” - o que leva esses autores a ver a relação formas “anteriores” de ajuda/ Serviço Social como uma relação de continuidade, fundada na ideia de “evolução” (MONTAÑO, 2011, p. 43).

A ideia de evolução entre as formas “anteriores” de ajuda com o Serviço Social possibilita a alguns autores desta tese a apreensão de etapas no processo de gênese da profissão, que permitem ao longo do tempo uma espécie de “evolução” no enfrentamento da “questão social” através da institucionalização de tarefas assistenciais, seja pela via da caridade ou por intermédio da filantropia.

No que se refere ao segundo aspecto que assemelha as análises dos autores da primeira tese, Montaño (2011) esclarece que,

Aqui não se considera *o papel que o Serviço Social representa na ordem social*. Ele não cumpre, nesta perspectiva, uma função socioeconômica e política dentro desta ordem; sua tarefa só é considerada autonomamente, na prestação de serviços a pessoas, grupos, comunidades particulares [...] não se consegue visualizar, nesta perspectiva, o papel do Serviço Social em relação à instituição empregadora deste profissional e vinculado a uma ordem socioeconômica e política (p. 29).

Em consonância com o autor, podemos afirmar que na perspectiva endogenista o tratamento teórico confere ao Serviço Social uma certa autonomia histórica no que se refere à sociedade, às classes, as lutas sociais e seus rebatimentos na profissão, restringindo a análise em torno do Serviço Social como profissão autoexplicativa acerca de si mesma, perdendo de vista, a sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho e sua funcionalidade na sociedade capitalista. Contrariamente, como esclarece o próprio autor, o Serviço Social é concebido pelas suas práticas de desenvolvimento de pessoas e de comunidade, o que permite vislumbrar na perspectiva endogenista o trato psicologizante das relações sociais, ao compreender o indivíduo fora das determinações macroestruturais.

Outro elemento que associa os autores da primeira tese corresponde à visão particularista que apresentam sobre o surgimento da profissão. Esses autores visualizam o surgimento do Serviço Social vinculado a vontades particulares de certos filantropos que decidiram “evoluir (sistematizar, organizar, profissionalizar) as ações que já desenvolviam de forma assistemática, desorganizada e voluntariamente” (MONTAÑO, 2011, p. 27), através do crivo da Igreja ou do próprio Estado. Por isso, os protagonistas do surgimento do Serviço Social, são nesta perspectiva, sempre sujeitos singulares, individualidades, como Vicente de Paula e Mary Richmond, por exemplo.

Delimitados os elementos que corroboram na constituição do corpo bibliográfico dessa primeira tese, cabe ressaltar os equívocos que perpassam as suas formulações teóricas. Nas palavras de Montaño (2011),

Esta linha de pensamento representa um caminho que é metodológica e teoricamente equivocado, na medida em que: 1) considera um número tão vasto de “antecedentes” do Serviço Social que perde qualquer perspectiva crítica da profissão; 2) não conseguem explicar por que não desaparecem aquelas práticas filantrópicas e caritativas, segundo essa tese, teriam dado lugar ao (e, portanto, teriam sido substituídas pelo) Serviço Social profissional; 3) não visualizam que se dá uma ruptura do significado, da funcionalidade e da legitimação entre aquelas práticas filantrópicas, voluntaristas e o Serviço Social, [...] 4; com o argumento de que o surgimento da “questão social” deu lugar a gênese do Serviço Social, não se consegue explicar como há mais de um século de distância entre aquelas e este (p. 30).

O caminho trilhado pela primeira perspectiva, no caso, a endogenista, encontra-se permeado por equívocos, que parte de uma visão cronológica acerca da profissão e desemboca

em uma análise restrita ao Serviço Social em torno de si mesmo. Nessa tese, o contexto social não é vislumbrado no processo de sua gênese, tampouco se realiza uma análise estrutural do seu surgimento e o papel das lutas de classes nesse processo, tendo em vista, a relevância destas na elaboração das políticas sociais. O desprendimento da realidade social que tal vertente realiza, camufla o verdadeiro papel do Estado enquanto “celeiro da burguesia” (MARX; ENGELS, 1998) e o concebe apenas como campo de emprego para os/as assistentes sociais.

Os equívocos que demarcam a primeira tese partem da verificação factual acerca de elementos específicos dos/as primeiros/as profissionais que são incorporados como particularidades do Serviço Social, por exemplo, o vínculo apresentado às instituições de caridade e filantropia, levou os/as autores/as a considerarem que o Serviço Social surge a partir da evolução das formas anteriores de ajuda. “É Esse fenômeno que leva erroneamente a identificar (e confundir) fundamentos da gênese profissional (e sua funcionalidade) com características dos precursores da profissão (e das chamadas ‘protoformas’ profissionais)” (MONTAÑO, 2011, p. 48).

Outro equívoco presente na primeira tese consiste na aparente relação de continuidade e evolução das formas anteriores de ajuda que os autores dessa perspectiva defendem. Entretanto, o que se verifica é uma total “ruptura” no significado e funcionalidade que o Serviço Social assume na sociedade burguesa.

Procurando um caminho de análise diferenciado do apresentado pela primeira tese, emerge uma segunda opção para a compreensão do processo de gênese e natureza do Serviço Social: a perspectiva histórico-crítica.

A mesma entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social” (MONTAÑO, 2011, p. 30).

A perspectiva histórico-crítica postula uma interpretação antagônica à primeira tese, isso porque apreende o surgimento do Serviço Social como derivado da síntese das relações capitalistas em sua fase monopólica; diferente da perspectiva endogenista que associa a emergência do Serviço Social à evolução das formas anteriores de ajuda. A intervenção na “questão social” também acontece de maneira distinta. Enquanto a primeira tese sustenta que a filantropia e a caridade são as principais formas de intervenção na “questão social”, a perspectiva histórico-crítica atribui o Estado esse papel à medida que passa a responder às expressões da “questão social”.

Nesta perspectiva, aglutinam-se autores/as como: Marilda Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, entre outros. Partem do pressuposto de que o/a assistente social desempenha um papel político para além de si mesmo, através da posição que ocupa na divisão sociotécnica do trabalho. Essa compreensão permite visualizar a profissão dentro das determinações da sociabilidade burguesa, principalmente no que tangencia seu ingresso no mercado de trabalho. Vejamos como cada um desses autores contribuem na construção teórica dessa perspectiva.

A primeira a pensar acerca desta linha teórica é Marilda Villela Iamamoto (1992), que realiza um debate voltado ao significado social da profissão na sociedade capitalista, situando o Serviço Social como um dos elementos que participa da reprodução das relações sociais. Conforme Montaña (2011, p. 31), “a profissão é compreendida, por esta autora, como um ‘produto histórico’, e não como o desenvolvimento interno das formas de ajuda, descontextualizadas ou apenas, no melhor dos casos, inserida numa realidade social”. O serviço Social diante dessa nova perspectiva, passa a apresentar legitimidade e funcionalidade intrínseca à ordem social vigente, visto que a profissão tem um papel a cumprir dentro da ordem monopólica do capital que como pontua Iamamoto (1992), o/a assistente social é solicitado basicamente pelas funções de cunho moralizador e disciplinador que apresenta, constituindo-se como o “profissional da coerção e do consenso, cuja ação recai no campo político” (p. 42).

Em um direcionamento teórico-metodológico semelhante, temos Netto (2011, p. 73), que dentre as inúmeras contribuições, considera que “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’, nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*”. Diante dessa argumentação, podemos afirmar que a gênese do Serviço Social encontra-se intimamente ligada à fase monopólica⁶ do capitalismo, momento em que se gestam as condições históricas que permite a emergência do Serviço Social, como constata os autores apresentados. Nas palavras de Montaña (2011, p. 33),

a formulação e a implementação das políticas sociais, próprias desse novo estágio da ordem socioeconômica, estimulam a criação de diversas novas profissões “especializadas”, dentre as quais o Serviço Social aparece para desempenhar seu papel, ocupando uma posição subordinada na divisão sociotécnica do trabalho, vinculado a execução terminal das políticas sociais (MONTAÑO, 2011, p. 33).

⁶ A transição do capitalismo concorrencial à idade do monopólio concretizou três fenômenos, quais sejam: o proletariado constituído como *classe para si*, a burguesia operando estrategicamente como agente social conservador e o peso específico das classes e camadas intermediárias (NETTO, 2011, p. 54).

A emergência da profissão encontra-se vinculada a diversos fatores, dentre eles: a) as lutas sociais; b) os projetos políticos desenvolvidos pela classe hegemônica; c) a manutenção do sistema capitalista; d) as demandas populares; e) a emergência das políticas sociais; f) o aumento da acumulação capitalista versus o agravamento da “questão social”, que se torna a base para emergência da profissão, quando se transforma em objeto de intervenção do Estado, mediada pelas políticas sociais, cujo executor terminal é próprio/a o/a assistente social (NETTO, 1992, p. 70). Considerando essa análise, percebemos nitidamente que o/a assistente social encontra na “questão social”, sua base de fundação sócio-histórica, sendo através da implementação das políticas sociais que o/a profissional mediatizará sua atuação profissional.

A preocupação de Manrique (1993) centra-se justamente nas forças que favoreceram a emergência do Serviço Social, principalmente no que tangencia à função que a profissão desempenha no interior das relações sociais. Ao se debruçar sobre esse mesmo aspecto, Martinelli (1978) compreende que a profissão nasce articulada a um projeto burguês, como uma importante estratégia de controle social, capaz de ocultar as contradições do sistema e desarticular as reivindicações coletivas dos trabalhadores, à medida que os/as profissionais desempenham sua função econômica de cunho ideológico, atuando na perspectiva da coerção e do consenso, reduzindo os conflitos.

Esse traço apontado por Martinelli (1978) também é vislumbrado por Faleiros (1993), ao afirmar que o/a assistente social atua na “camuflagem” dos antagonismos sociais. Além disso, o autor nega a existência de um Serviço Social anterior ao século XX e identifica dois fatores favoráveis a sua emergência, o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das técnicas e da ciência.

Semelhantemente, só que em uma análise do Serviço Social no âmbito empresarial, Mota (1991), revela que o/a assistente social recebe um mandato institucional de agente conciliador e apaziguador de conflitos existentes entre a empresa e o empregado. O efeito dessa prática profissional promove a despolitização acerca da problematização do trabalhador e de suas condições de vida e de trabalho.

Diante das concepções teórico-metodológicas sumariamente apresentadas, podemos afirmar que a perspectiva histórico-crítica parte de uma visão totalizante acerca da realidade social, ao observar o surgimento da profissão como particularidade inserida em uma totalidade mais desenvolvida que a contém e a determina. Em outras palavras, a profissão emerge em uma ordem socioeconômica determinada, no caso, a fase monopólica do capital. É nessa perspectiva também que surge “a análise de atores sociais coletivos, constituídos a partir de segmentos socioeconômicos e políticos, e formando parte de um contexto, como os

verdadeiros protagonistas. Não mais as individualidades” (MONTAÑO, 2011, p. 38), presentes na perspectiva endogenista.

O marco explícito do surgimento do Serviço Social nessa segunda tese consiste no contexto das lutas sociais em torno de projetos de sociedade antagônicos na fase monopólica do capitalismo, desenvolvendo-se como estratégia do capital para reverter a crise que vinha se alastrando desde o século XIX. O processo de transição do capitalismo concorrencial para a fase monopólica precisava dotar de legitimidade o sistema sociopolítico que a sustenta, porém o aumento significativos nos conflitos sociais, proveniente das altas taxas de desemprego e das precárias condições de trabalho promoveram a transição das lutas exclusivas da órbita econômica e da sociedade civil para a esfera política e estatal (MONTAÑO, 2011, p. 39).

É nesse contexto de conflitos institucionalizados que surgem as políticas sociais. Segundo Montaño (2011, p. 41), “essas políticas sociais, (fundamentalmente estatais mais também empresariais) se constituem em instrumentos privilegiados de redução de conflitos, já que contém conquistas populares, sendo essas travestidas de concessões do Estado”, ou de empresas. Isso revela a contradição que permeia as políticas sociais, mesmo sendo uma conquista da classe trabalhadora, também são empregadas como uma forma viável de amenizar conflitos.

Para o desenvolvimento dessas políticas sociais fragmentadas, são necessários dois tipos de atores: por um lado, profissionais que as concebam e as elaborem (a partir dos conhecimentos teóricos e das orientações políticas de outros autores); por outro, profissionais que se encarreguem da implementação de tais instrumentos estatais (MONTAÑO, 2011, p. 42).

Vale salientar que o Serviço Social surge dentro dessa segunda escala de profissionais, cuja sua função na sociedade se remete à execução das políticas sociais, que, como é notório, não apresentam uma dimensão totalitária acerca da realidade social. Pelo contrário: com uma visão pulverizada da realidade, as políticas sociais se transformam em respostas pontuais empregadas no enfrentamento das diversas expressões da “questão social”.

Retomando a perspectiva histórico-crítica, esta não postula o surgimento do Serviço Social pelo viés da organização e racionalização da filantropia, como expressa a perspectiva endogenista. Em um processo dessemelhante, a segunda tese concebe:

Aqui a função do Serviço Social é de legitimação da ordem e aumento da acumulação capitalista, tendo, portanto, natureza e funcionalidade *político-econômicas* e não *altruístas* (como nas formas de ajuda)- o que faz com que, nesta perspectiva, a relação Ajuda/Serviço Social seja entendida como uma relação de *ruptura*, fundante na compreensão de diferentes tipos de atores sociais, que, coincidindo, em algumas medidas nos tipos de práticas desenvolvidas em torno da “questão social”, são, na sua natureza e funcionalidade, essencialmente distintos (MONTAÑO, 2011, p.44).

A perspectiva histórico-crítica traz em seu bojo uma relação de ruptura com as práticas imanentes relacionadas à esfera da ajuda, filantropia, caridade ou benemerência. Sua natureza é pautada no desvelamento dos fenômenos políticos e sociais, em que pese à dinâmica do modo de produção capitalista. É inegável que a tese histórico-crítica é a que mais se aproxima, de modo consistente da emergência do Serviço Social e as particularidades que assume na sociedade burguesa.

Corroborando com a perspectiva histórico-crítica; no próximo tópico analisaremos o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social no cenário brasileiro, enquanto profissão circunscrita na divisão sociotécnica do trabalho.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO:

legitimação e institucionalização da profissão no Brasil

Em decorrência das discussões travadas anteriormente sobre o processo de gênese do Serviço Social e reconhecendo a legitimação profissional como um dos elementos cruciais para a emergência de qualquer profissão, cabe analisar como se caracteriza o processo de legitimação do Serviço Social no cenário brasileiro. Conforme destaca Montaño (2011, p. 54), “existem duas teses que remetem à legitimação da profissão perante a sociedade e suas classes sociais e frente ao Estado e demais organismos contratantes.” Vejamos cada uma delas.

A primeira tese encontra-se vinculada a perspectiva endogenista, na qual, compreende a legitimidade do Serviço Social restrita ao âmbito das “especificidades” da profissão. Nas análises de Montaño (2011, p. 54),

Na primeira tese, considerando-se o Serviço Social uma forma de ajuda profissionalizada, a legitimação dele derivaria dos elementos diferenciadores tanto das outras formas de ajuda quanto das outras profissões; ou seja, a sua especificidade. Aqui, a estratégia profissional de legitimação é montar uma barreira interprofissional, sob o acordo de cada profissão não invadir o espaço específico dos outros. (MONTAÑO, 2011, p. 54).

Essa especificidade profissional que deve ser “protegida” de possíveis invasões de outras profissões remete-se a elementos que dão sentido às profissões de maneira específica. No caso do Serviço Social, por exemplo, se considerarmos a prestação de serviços aos setores empobrecidos da população, conseqüentemente, tornar-se especificidade do Serviço Social, os objetos de intervenção aplicados por estes profissionais, os objetivos específicos que estabelecem como prioritários no trabalho profissional, os/as assistidos/as pelas políticas

sociais, entre outros aspectos relacionados as características assumidas pelos/as os/as profissionais de forma específica. Entretanto, segundo Montano (2011) estas “especificidades” não passam de “uma grande ilusão”, daqueles que necessitam demonstrar o que existe de diferente no seu desempenho profissional (p. 55).

Na realidade essa perspectiva de legitimação voltada à questões de especificidades da profissão, “parece que se não se encontrasse o que há de próprio no Serviço Social, ele, então, não teria motivos de existir como profissão, não estaria legitimado, não teria razão de ser” (MONTAÑO, 2011, p. 55). O que pode ser questionado é o fato de que as profissões, em sua grande maioria, são criadas para responder a determinadas necessidades de uma realidade social historicamente situada. Nesse sentido, como poderíamos afirmar que somente o Serviço Social trabalha com setores empobrecidos da população? Seria este aspecto específico e restrito à profissão?

Evidentemente que não, como reforça Montano (2011), esta primeira tese resulta de apreensões falsas e ilusórias, tornando-se funcional à ordem vigente, na medida que define o/a assistente social enquanto técnico encarregado de desempenhar tarefas executivas de maneira apolítica e neutra, orientados/as pelas definições políticas de um Estado que sempre procura o “bem-comum”.

Em contraposição com a primeira tese acerca da legitimação da profissão, surge uma segunda perspectiva que parte de um Serviço Social legitimado oficialmente através do papel que desempenha na ordem burguesa. Esta segunda tese pauta-se na visão totalitária da perspectiva histórico-crítica.

Aqui, numa perspectiva histórico-sistemática, vê-se o Serviço Social ocupando um lugar na divisão sociotécnica do trabalho, dentro de um projeto político-econômico hegemônico, desempenhando funções de controle e apaziguamento da população em geral e das classes trabalhadoras em particular, e contribuindo com a acumulação capitalista- através da socialização dos custos de reprodução da força de trabalho e do crescimento da demanda efetiva (MONTAÑO, 2011, p. 57).

A legitimação do Serviço Social, nesse sentido, recai na função prestada à ordem burguesa, mediante a participação do Estado que implementa as políticas sociais, sendo executores dessas políticas, o/a assistente social é solicitado para desempenhar suas funções, que como destacam Iamamoto e Carvalho (2009), são imbuídas de uma dimensão política de cunho moralizador, disciplinador e educativo.

A relação existente entre a legitimidade do Serviço Social e a ordem monopólica burguesa se torna tão cristalino quanto as ambiguidades que fomentam a gênese, a legitimação e a funcionalidade do Serviço Social, à medida que se apreende o ingresso da profissão na divisão social e técnica do trabalho e o atendimento de demandas, como marco que consagra a

legitimação dessa profissão (NETTO, 2011). Esses dois elementos observados, exprimem substancialmente os aspectos apresentados por Montaño (2011, p. 58), como responsáveis pela legitimação de uma profissão, são eles: “1) dar respostas (não importa se exclusivas ou não) a determinadas necessidades sociais; 2) a existência de instituições e organizações com interesse e capacidade de contratar esses profissionais para dar tais respostas”.

No caso do Serviço Social, a “questão social” e suas refrações representam as necessidades sociais que foram transformadas em demandas institucionalizadas por parte da sociedade. O Estado e as demais organizações que desenvolvem as políticas sociais empregam os/as assistentes sociais, tornando-os trabalhadores assalariados.

A legitimidade profissional apresenta, assim, duas dimensões tendencionadas, porém formando necessariamente parte de uma unidade: A *dimensão hegemônica* da legitimidade e a *dimensão subalterna*. Dimensões emanadas das partes que compõem o processo de necessidade/ demanda/ resposta, de reivindicações (das classes subalternas) / demanda profissional (das classes hegemônicas) (MONTAÑO, 2011, p. 59).

Em relação ao processo tenso e contraditório que as dimensões de legitimidade assumem na profissão, cabe destacar que a dimensão hegemônica encontra-se associada à relação entre o/a assistente social e a classe demandante, no qual, corresponde à funcionalidade que o/a profissional assume na ordem capitalista. Em contrapartida, a dimensão subalterna se refere à relação assistente social versus usuário, sendo estes que transformam as necessidades sociais em demandas institucionalizadas, via Estado, em forma de políticas sociais. É perceptível a tensão que vive o/a assistente social inserido/a no mercado de trabalho, que precisa se legitimar socialmente, desenvolvendo uma intervenção a serviço do seu patrão (Estado e/ou organizações da classe hegemônica) e ao mesmo tempo servir aos usuários/as das políticas sociais, através de respostas institucionalizadas.

O Serviço Social apresenta como fundamento último da legitimação profissional as demandas que provém da população. O “compromisso ético-profissional, portanto, deve estar voltado para atender os problemas que afetam essas classes sociais” (MONTAÑO, 2011, p. 64), que enquanto trabalhador assalariado, recrutado pelo Estado para executar as políticas sociais no bojo de suas contradições, sendo estas, respostas às refrações da “questão social”, tem o papel de mediar os interesses entre a classe hegemônica e a classe subalterna, diminuindo conflitos e favorecendo a acumulação do capital.

Corroborando com as formulações desencadeadas pela segunda tese acerca da legitimação profissional, pode-se afirmar que o Serviço Social caracteriza-se por ser uma profissão assalariada, circunscrita na divisão sociotécnica do trabalho, enquanto partícipe do processo de reprodução das relações sociais. Essa “participação” desencadeada pela profissão,

torna crucial a realização de uma retrospectiva histórica sobre o processo de institucionalização do Serviço Social no cenário brasileiro, tendo em vista, os múltiplos elementos que desencadeiam sua profissionalização.

Conforme Iamamoto (2013), para compreender o significado social da profissão supõe-se necessariamente inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico. Isso acontece porque o Serviço Social se explica por meio do movimento histórico da sociedade capitalista, enquanto a mesma é produto das relações sociais e de ações recíprocas dos homens entre si no complexo processo de produção e reprodução do mundo das relações.

É preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente a questão social e as suas manifestações, em múltiplas dimensões (YAZBEK, 2009, p. 03).

Um conceito fundamental para a compreensão da profissão na sociedade capitalista é o de reprodução social que, na tradição marxista, consiste no modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz à reprodução material da sociedade; engloba também, a reprodução espiritual dos indivíduos envolvidos nessa trama. Como destaca Iamamoto (2012), esse processo envolve a reprodução das formas de consciência social, por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas na esfera material, pensam e se posicionam na sociedade.

Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo aprofundam-se desigualdades e são criadas novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre as diferentes classes e grupos na sociedade (IAMAMOTO, 2012, p. 12).

É nesse sentido que a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais se estabelecem frente à profissão, como expressões das tensões sociais que nela repercutem diretamente atrelado ao movimento do capital e a perspectiva de direitos sociais que demarca a sociedade de classes. Nesse manto de contradições que emana da sociabilidade burguesa, o Serviço Social se institucionaliza no “conjunto de processos sociais, políticos, e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista” (YAZBEK, 2009, p. 06). Partindo desta afirmação, a institucionalização do Serviço Social encontra-se estabelecida na existência de um contexto histórico favorável à emergência dessa profissão, no caso, o capitalismo monopolista.

Em uma análise semelhante, Netto (1992, p. 69) afirma, “é somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais” que se

instaura o espaço histórico e social que possibilita a emergência do Serviço Social enquanto profissão. Verifica-se a partir desta afirmação, que a emergência profissional do Serviço Social, não parte da criação de um espaço na rede sócio-ocupacional através da constituição do mesmo. Pelo contrário: é justamente a existência deste espaço que leva a institucionalização da profissão na sociedade.

O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem suas bases nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais (NETTO, 1992, p. 74).

O caminho da profissionalização do Serviço Social encontra-se estritamente ligado à constituição do mercado de trabalho para o/a assistente social pela via das políticas sociais, implementadas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista. Consideremos a seguir as particularidades que esse processo de institucionalização da profissão assume no cenário brasileiro.

A emergência do Serviço Social brasileiro ocorreu precisamente na década de 1930. Esse contexto apresenta características peculiares e favoráveis à institucionalização da profissão, quais sejam: do ponto de vista mundial, constata-se o fortalecimento do capitalismo em sua fase monopolista; do ponto de vista interno, o Estado brasileiro passa a intervir sistematicamente nas refrações da “questão social” através da implementação das políticas sociais e a Igreja Católica desenvolve um amplo movimento social para garantir e avançar na ideia de “recristianização da sociedade” e de reforma social como forma de enfrentamento da “questão social”, bem como de restauração dos seus privilégios e hegemonia política e religiosa, o que a levou posteriormente a atuar na formação do Serviço Social, dando-lhe suporte doutrinário e prático.

A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na constituição/atribuição da identidade da profissão (YAZBEK, 2010, p. 6).

Ao longo desse período se fixava o projeto reformista-conservador vinculado diretamente ao processo de consolidação do capitalismo no país, com objetivo de “modernizar o Brasil, capacitando-o para ingressar definitivamente no circuito capitalista mundial; e, conter e/ou esvaziar a mobilização e a organização política da classe trabalhadora” (ORTIZ, 2010, p.116). O processo de consolidação do capitalismo no Brasil trouxe transformações significativas que não se restringiram ao âmbito do Estado. Antes envolveram todas as relações políticas, econômicas, culturais e sociais desencadeadas no tecido social.

Visivelmente, a partir da década de 1930, tem-se a consolidação de um polo industrial no Brasil, associado às novas relações assumidas entre o capital e o trabalho na ordem vigente. Simultaneamente, registrou-se um aumento considerável na taxa de crescimento da população e de urbanização. Essa concentração da população em áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, dentre outros. E tudo só piorava conforme a industrialização avançava. Acrescida aos problemas pertinentes da industrialização brasileira, crescia a concentração de renda no país, ampliando-se as desigualdades sociais e aumentando as tensões nas relações de trabalho, o que acabou promovendo o aprofundamento da “questão social”.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77).

As mobilizações e as reivindicações da classe subalterna promovem o reconhecimento da “questão social” pela a sociedade, exigindo um posicionamento do Estado para além da caridade e da repressão. Nesse momento, percebe-se claramente a mobilização do Estado e do empresariado, com o suporte da Igreja Católica na perspectiva de enfrentamento e regulação da “questão social”. Nessa direção, Yazbek pontua:

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política (2009, p. 06).

Nesse interregno do Governo Vargas⁷, o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas, dentre elas se destacam a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o salário mínimo. Essas primeiras formas de enfrentamento da “questão social” por parte do Estado se deram por meio de medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. Para a autora supracitada, durante a vigência do governo Vargas houve a desmobilização da classe trabalhadora com intuito de manter intacta a hegemonia da classe dominante.

Nesse cenário, o vínculo existente entre o Serviço Social e a igreja católica ganha uma nova gama de significados no processo de institucionalização da profissão. Conforme pontuam Iamamoto e Carvalho (2009), a igreja une-se ao Estado pela preocupação comum de

6 Prevalecia no governo de Vargas o paternalismo, o populismo, o clientelismo, o mascaramento da desigualdade social e, conseqüentemente, o apadrinhamento, visando ao envolvimento ideológico da sociedade civil para a “integração” entre as classes antagônicas (CISNE, 2004, p. 38).

resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social. Contraditoriamente, Aguiar (2011) acrescenta que, na verdade, esse interesse por parte da igreja é justificado pela perda de poder que a mesma vinha sofrendo desde a República Velha. Em sua busca por espaço na nova ordem vigente, aproximava-se do Estado através da “questão social” que atingia patamares insustentáveis naquele período.

A estratégia de aproximação desencadeada pela igreja avança a partir do movimento laico católico, que objetivava prioritariamente atenuar as sequelas provenientes do desenvolvimento capitalista, por meio de instituições assistenciais, como a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo. É a estruturação e organização política desse movimento que repercutirá na criação da Ação Católica e seu desenvolvimento levará ao surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil.

O Serviço Social emergente apresentará como referenciais o pensamento doutrinário da Igreja Católica, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (tomismo e neotomismo), que estavam centrados em uma concepção conservadora restrita a questões morais e pessoais do indivíduo.

No que se refere à doutrina social da igreja católica, merecem destaque nesse contexto as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891, que busca a restauração de seu papel social na sociedade moderna, e a “Quadragesimo Anno” de Pio XI de 1931, que trata da “questão social”, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à ação social da igreja.

Em face da influência da filosofia neotomista, o Serviço Social desenvolveu sua prática profissional circunscrita à noção de indivíduo, tratado abstratamente, sem, contudo, estabelecer as conexões com a sociedade capitalista e todas as desigualdades por esta engendradas. Sua atuação norteava-se pela busca do bem comum e de adequação dos sujeitos à ordem instituída.

Na formação profissional podemos visualizar a materialização destes referenciais. Em 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), instituição que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social no país. Segundo Yamamoto (2009), essa instituição aparece como condensação das necessidades sentidas por setores da Ação Social e da Ação Católica e traz como objetivo,

promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a

coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (IAMAMOTO, 2009, p. 169).

O CEAS foi uma instituição que apresentava como base de sustentação a doutrina social católica, direcionada pela perspectiva de ajustamento social dos indivíduos à sociedade. Essa instituição apresenta um traço peculiar- a expressiva participação feminina. Isso expressa a histórica feminização do Serviço Social à medida que atribui à mulher características como o cuidado, a sensibilidade e a capacidade de apaziguar os conflitos sociais.

A formação da moral da mulher, nos moldes conservadores, lhe confere “virtudes” que passam a compor determinados papéis: educada para assumir uma responsabilidade na educação moral e cívica dos filhos, a mulher é potencialmente formada para profissões morais conservadoras, do que propriamente qualidades técnicas e intelectuais (BARROCO, 2010, p. 78).

As primeiras agentes profissionais, nesse sentido, deveriam seguir um posicionamento moral adequado aos valores impostos pela sociedade burguesa, tendo em vista que sua atuação profissional deveria reproduzir sua função educativa e moralizante, com intuito de preservar a coesão social. Nas análises de Cisne (2004, p. 53) por meio destas características, tidas como “naturalmente” femininas, as/os profissionais apresentam bases para alcançar os objetivos de uma profissão que emergiu da necessidade do capital em controlar os conflitos sociais, por meio da “docilidade, a meiguice, a compaixão e o dom de comunicação, convencimento e acolhimento”.

É nessa relação com a igreja católica, que o Serviço Social brasileiro busca fundamentar seus primeiros objetivos sociais e políticos. A sua institucionalização, como afirma Cardoso (2013, p. 114), trata-se de uma consequência da legitimação realizada pelas classes dominantes e impulsionada pela igreja, em que sua formação profissional passa a ser responsabilidade desta, o que lhe confere um caráter conservador e humanista.

Na década seguinte, mais precisamente a partir da segunda metade dos anos de 1940 e início da década de 1950, há a implantação e o desenvolvimento das grandes instituições assistenciais geridas e/ou subsidiadas pelo Estado que,

incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições assistencialistas, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social (YAZBEK, 2009, p. 09).

Em outras palavras: o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e afiançador dessas relações, com intuito de manter a “harmonia social” a partir do atendimento das necessidades sociais da classe

subalterna e ainda viabilizar a manutenção do processo de acumulação capitalista. O Estado vai impulsionando a profissionalização do/a assistente social e ampliando seu mercado de trabalho.

É, pois, na trama de relações sociais concretas, na história social da organização da própria sociedade brasileira, que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento (YAZBEK, 2009, p. 11).

Como ressalta a autora, esse cenário cria as condições necessárias para a existência de um crescente mercado de trabalho voltado diretamente para as profissões de cunho social, permitindo que o Serviço Social assumira um espaço no quadro das profissões justificadas e legitimadas.

A ampliação da intervenção do Estado no enfrentamento das refrações da “questão social”, mediante o processo de modernização que se instaura no cenário brasileiro e requisita novas competências profissionais dos/as assistentes sociais, fomenta a emergência de uma atuação tecnicada, influenciada diretamente pelo modelo norte-americano, conforme expressa Yazbek (2010, p. 09) : “os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norteamericano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista”.

Os primeiros passos na atuação profissional dos/as assistentes sociais nesse contexto se assemelham à perspectiva que as políticas sociais assumem, “pois, essas políticas são concebidas setorialmente como se o social fosse a simples somatória de setores da vida, sem articulação, numa apreensão parcializada da realidade” (YAZBEK, 2009, p. 10), semelhantemente, o Serviço Social volta-se para questões de atendimento imediato e fragmentado, repercutindo em ações profissionais pontuais e localizadas.

Os saltos qualitativos que o Serviço Social realiza nas décadas posteriores são cruciais para a construção do objeto de estudo dessa pesquisa, o projeto ético-político profissional. Vejamos a seguir o processo de amadurecimento da profissão e a construção de seu projeto profissional.

2.3 “DECIFRA-ME OU TE DEVORO”: considerações sobre o processo de renovação e a construção do projeto ético-político do Serviço Social

Novamente os gregos nos possibilitam o ar de sua graciosa sabedoria através de sua mitologia, particularmente brilhante. Se atentarmos para o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, podemos estabelecer uma relação nada convencional e totalmente metafórica.

O enigma da esfinge⁸, mediante o seu tão conhecido “Decifra-me ou te devoro!” retrata de forma semelhante como a realidade social se apresentava ao Serviço Social, quando este, assumiu um lugar no quadro das profissões, caracterizando-se como uma profissão interventiva na dinâmica social e que precisava “conhecer a realidade na sua complexidade” (PONTES, 2006, p. 43). E compreendendo essa realidade, enquanto algo que não é estático e/ou definitivo. Ao invés disso: é complexa e permeada por transformações sociais, econômicas e políticas.

Reconhecendo que tais transformações societárias afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, seja nos seus aportes teóricos, em sua área de atuação, suas funcionalidades ou até mesmo no processo de legitimação da profissão (NETTO, 1996, p. 87), tornar-se impossível discutir o amadurecimento do Serviço Social, bem como a construção do seu projeto profissional restrito a si mesmo, sem delimitar as influências históricas e materiais que favorecem esse processo. Iniciemos pelas transformações políticas, econômicas e sociais que demarcaram a década de 1960.

No âmbito político, o cenário brasileiro vivencia um momento de instabilidade, tendo em vista as sucessivas mudanças de governo. Essa década inicia-se com a eleição de Jânio Quadros que renunciou meses depois ao seu cargo de Presidente da República devido às pressões movidas pela esquerda e por conservadores. Com essa renúncia, João Goulart assume a presidência em 1964. Porém, seu mandato é interrompido pelo regime civil-militar⁹ que se instaura no dia 1º de abril. Nas análises de Netto (2011, p. 25):

O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contra revolucionário e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa”. Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressar a derrota das forças democráticas, nacionais e populares.

O golpe militar ganhou nas análises do referido autor, um significado político e econômico, “um pacto contra revolucionário” que acarreta significativas mudanças no tecido social. A eclosão do golpe traz à tona novas demandas apresentadas pelo capitalismo monopolista, estabelecendo uma adequação do poder do Estado às novas necessidades do processo de acumulação.

⁸ Diz uma antiga lenda grega que a deusa Hera enviou a Esfinge (uma besta com cabeça de mulher, asas e corpo de animal) para atormentar os moradores da cidade de Tebas. A Esfinge cruzava o caminho de todos os que se aproximavam da cidade e formulava um enigma para o viajante. Quem errava o enigma era devorado pelo monstro. Um dia, Édipo cruzou com a Esfinge, que lhe propôs o seguinte enigma: “O que durante a manhã tem quatro pernas, ao meio-dia tem duas e à noite tem três?” Édipo respondeu corretamente e a Esfinge ficou tão furiosa que se lançou num precipício (Recanto das Letras, 2011).

⁹ O regime civil-militar perdurou até 1985, delimitado pela eleição de Tancredo Neves que contou com a participação popular na escolha do novo presidente do país. Com o falecimento de Tancredo antes de assumir o cargo, José Sarney, vice-presidente na época, é quem assume a regência do Brasil.

Netto (2011) esclarece que no âmbito econômico, o Estado passou a apresentar como finalidade prioritária assegurar o modelo de desenvolvimento dependente que se encontra vinculado a um projeto de modernização conservadora, baseado na concentração e centralização da produção e que privilegia o capital estrangeiro e determinados grupos nacionais. No que concerne aos aspectos presentes na esfera social, esse contexto revela o aumento excessivo das desigualdades sociais e da pobreza, oriundos de três fatores principais: concentração de renda, altas taxas de desemprego e baixos salários, com isso, tem-se o agravamento da “questão social”. Esse quadro conjuntural promoveu a emersão de reivindicações por parte da classe trabalhadora que exigia o seu reconhecimento mediante as condições de pauperismo, nas quais, se encontrava submersa.

Estrategicamente o Estado passa a enfrentar por um lado, a “questão social” por meio de um “binômio repressão-assistência subordinada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, funcionando como mecanismo de legitimação política do regime” (SILVA e SILVA, 2007, p. 38) através de um conjunto de políticas centralizadas e burocráticas. Por outro lado, o Estado exigia a modernização técnica da profissão para assumir de forma eficaz a função de mediadora entre o amplo aparato assistencial e seus benefícios e a função de conquistar o apoio das populações aos programas governamentais de desenvolvimento pertinentes aquela conjuntura social.

Em um análise contundente sobre o Serviço Social nesse contexto, Martinelli (2009) expressa que, nos anos de 1960, a profissão encontrou-se recuada produzindo e reproduzindo práticas incapazes de somarem aos esforços de construção e preservação de espaços democráticos em uma sociedade demarcada pela ditadura civil-militar. Isso não implica dizer que o Serviço Social esbarrou nessa incapacidade e/ou limitou-se em um movimento inverso a profissão.

Assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação [...] impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações (YAZBEK, 2010, p. 6-7).

As inquietações e insatisfações desse contexto histórico no interior da categoria profissional promoveram a emersão de um dos elementos basilares para a construção do projeto ético-político do Serviço Social: a problematização do conservadorismo profissional. Ao tratar sobre esse processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, vale ressaltar que o mesmo não aconteceu de maneira isolada ou restrita ao país, antes esse processo de renovação pode ser

considerado fruto do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino- americano¹⁰, que ocorreu entre os anos de 1965-1975. Esse movimento de renovação da profissão pretendia promover a ruptura com o Serviço Social tradicional¹¹ e com o lastro conservador que imperava na profissão, como pontua Iamamoto (2000).

Em um direcionamento teórico similar, Netto (2011) esclarece que é somente nesse solo histórico, demarcado pela autocracia burguesa¹² que o Serviço Social molda-se conforme as demandas oriundas ou estimuladas pela mesma, tendo em vista, que esse cenário “tornou possível e impôs como necessário um amplo movimento de renovação crítica do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2014, p. 223). Necessariamente a chegada desses princípios e ideias provenientes do Movimento de Reconceituação e a redemocratização da sociedade brasileira fomentaram o solo histórico do Serviço Social renovado.

A chegada entre nós dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado (TEIXEIRA E BRAZ, 2009, p. 12).

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro pode ser dividido em três vertentes denominadas por Netto (2011) como: perspectiva modernizadora (1960); reatualização do conservadorismo (1970) e intenção de ruptura (1980). O projeto ético-político do Serviço Social é gestado nesse momento de recusa ao conservadorismo profissional, sendo “fruto da organização da categoria profissional e de sua qualificação teórica e política.” (IAMAMOTO, 2014, p. 225). Consideremos as características assumidas pelo Serviço Social em cada uma dessas vertentes.

A primeira vertente desse processo, intitulada por Netto (2011) de perspectiva modernizadora, apresentava como finalidade tornar o Serviço Social um instrumento estratégico ao desenvolvimento capitalista, tendo seu auge de formulação na segunda metade dos anos de 1960, com seus objetivos expressos e formulados nos Seminários de Teorização de

¹⁰ Iamamoto (2004), ressalta que esse Movimento de Reconceituação do Serviço Social representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente [...] um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi (p. 205).

¹¹ Conforme aponta Martins (2009), o Serviço Social tradicional foi posto em questão de modo diferente nos diversos países do mundo. Na América Latina constatou-se que diante das particularidade de cada país, a erosão do Serviço Social se deu em momentos históricos propícios e teve como marco de referência o I Seminário Regional realizado no Brasil, na cidade de Porto Alegre, em maio de 1965.

¹² Conforme Netto (2011) é uma forma de governo, na qual, existe um único detentor do poder, podendo ser formado por um líder, um comitê ou uma assembleia, onde o governante apresenta plenos poderes e controle sobre todos os níveis do governo, sem o consentimento dos governados.

Araxá- MG (1967) e Teresópolis- RJ (1970), ambos realizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais).

O principal articulador teórico dessa vertente foi José Lucena Dantas que enfatizou a metodologia da ação profissional e buscou atribuir à profissão certo nível de cientificidade. Em busca da cientificidade, aproximou-se da matriz teórica positivista que, segundo Cardoso (2013, p. 138), “utiliza-se do empirismo, buscando, assim como nas ciências naturais, cercar seu objeto, podendo comprovar cientificamente seus estudos exploratórios”. Essa característica, permite vislumbrar a influência do estruturalismo-funcionalista norte-americano, que em seu discurso ideológico articula-se a noção de desajustamento e de adaptação.

Em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YAZBEK *apud* CARDOSO, 2013, p. 136).

A tônica do pensamento positivista foi promover a tecnificação da profissão, através de um estatuto científico que pudesse conduzir a atuação profissional. Em vista desse entendimento, modifica-se o referencial teórico, mas acabam resgatando do Serviço Social tradicional as formas de intervenção: caso, grupo e comunidade, ou seja: moderniza, conservando.

Na década posterior, em 1970, a referida perspectiva sinalizou fragilidades em seu direcionamento, o que promoveu a elaboração de uma nova vertente, designada de Reatualização do Conservadorismo (NETTO, 2011). Essa vertente se desenvolveu em uma conjuntura marcada pela crise sem precedentes do capital que favoreceu o ressurgimento dos movimentos sociais em prol da redemocratização do país. Esta condição contribuiu fortemente para mobilizar a categoria profissional, reiterando posturas decorrentes do pensamento tradicional conservador, os pressupostos de neutralidade ética e às práticas assistencialistas, presentes nas bases de origem da profissão.

Conforme pontua Cardoso (2013) nesta vertente, retoma-se a vinculação com a doutrina social da igreja e a defesa de valores conservadores e tradicionais, com ênfase na centralidade da pessoa e na ação profissional por meio da ajuda psicossocial, sendo orientada pela abordagem da fenomenologia e ancorando-se na psicologização das relações sociais.

Embora mantenha a mesma perspectiva política e ética presente no projeto tradicional e na modernização, ou seja, no projeto modernizador, o fenomenológico distingue-se completamente no que se refere às suas dimensões teórica-metodológica e jurídica, apresentando uma nova proposição quanto à atuação profissional, ainda apontando para uma mesma teleologia: a contribuição do Serviço Social na manutenção do *status quo* (CARDOSO, 2013, p. 146).

Nessa direção, podemos afirmar que as mudanças pertinentes às dimensões teórico-metodológica e jurídica, fornecem uma nova postura para atuação profissional. No entanto, foram empregadas para reiterarem a ideologia dominante, promovendo a manutenção da ordem vigente. É perceptível que nem a vertente modernizadora e tampouco a reatualização do conservadorismo teceram algum tipo de contestação ao capitalismo. Ao invés disso, tentaram legitimá-lo.

Essa vertente ganha força a partir da crise vivenciada no ciclo autocrático burguês. Nas análises de Behring e Boschetti (2006), a crise emana do esgotamento da longa onda expansiva do capital que agregou um modelo de produção inspirado no pacto fordista-keynesiano, no qual, conjugava a produção em massa de Henry Ford e o Estado intervencionista de John Keynes. Esse cenário político e econômico gestou as condições necessárias para o desenvolvimento da profissão em uma perspectiva diferenciada da anterior.

Conforme Netto (2011), as primeiras formulações da segunda vertente, encontram-se expressas no Seminário de Teorização de Sumaré (1978) e no Seminário de Teorização do Alto da Boa Vista (1984). Essa vertente apresenta como expoente docente Anna Augusta de Almeida que elaborou a metodologia dialógica inspirada na fenomenologia. Decerto que essa abordagem ancorada na fenomenologia favoreceu o desenvolvimento de uma intervenção profissional pautada na “psicologização dos indivíduos”.

O pensamento fenomenológico incorporado pelo Serviço Social trouxe consigo o entendimento de ajuda psicossocial como forma de intervenção profissional. No entanto, a aproximação marginal com a fenomenologia, tendo em vista, que não se recorreu às fontes originais do pensamento e por isso, a vertente apresenta um empobrecimento teórico e crítico dos grupos fenomenológicos (NETTO, 2011). A nova proposta de atuação profissional respaldada na tríade “diálogo, pessoa e transformação social cuja articulação e implementação constituem propriamente a metodologia profissional, posto a profissão no escaninho da ajuda psicossocial” (NETTO 2011, p. 241), recuperando valores universais e princípios básicos do Serviço Social tradicional, como a individualização, promoção do indivíduo, autodeterminação, dentre outros.

A terceira vertente, denominada Intenção de Ruptura, emerge:

no quadro da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos setenta – sua formulação inicial, e aliás a mais abrangente, tem por cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais –, esta perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década; só na virada do decênio é que ganha repercussão para além dos muros da academia e começa a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional, tornando-se, em meados da década de oitenta, um interlocutor tão destacado no debate dos assistentes sociais,

que, inclusive, pode oferecer ao observador desavisado a impressão (falsa) de desempenhar na representação profissional um papel hegemônico (NETTO, 2011, p. 247).

A Intenção de Ruptura desenvolve-se no Brasil a partir do final da década de 1970, ganhando hegemonia na década seguinte no interior do Serviço Social. Sua emersão é remontada à Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- MG), a qual ambientou o célebre Método de Belo Horizonte (BH). De acordo com Netto (2011), esta perspectiva permaneceu inteiramente marginal até o fim da década de 1970. Somente na virada do decênio é que a mesma ganhou repercussão para além dos muros acadêmicos e começou a ter visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional.

Teve como suporte teórico o pensamento marxista, que se configurou “em primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx” (YAZBEK, 2010, p. 09). Esse aspecto promoveu interpretações distorcidas da fonte marxiana, segundo nos explicita Iamamoto (1992), resultou na manifestação do messianismo utópico, traduzido numa visão “heroica”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional. Em contraposição, emerge posturas vinculadas ao fatalismo, inspirados em análises que naturalizavam a vida social, traduzida numa visão “perversa” da profissão, sendo esta, fluentemente subordinada à ordem do capital, restando apenas aperfeiçoar formal e burocraticamente as suas tarefas. Embora não abstraída de problemas em seu escopo, essa terceira vertente de renovação do Serviço Social brasileiro desencadeou um processo diverso dos registrados anteriormente.

O fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possui sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu- enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil- das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória (NETTO, 2011, p. 248).

O fato central que a diferencia das anteriores, consiste nos questionamentos desencadeados no interior da categoria profissional, acrescido a oposição que estabelece a autocracia burguesa e, conseqüentemente, a manutenção da ordem vigente. Conforme analisa Netto (2011, p. 255), essa vertente se “expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão”.

Previamente sinalizados alguns marcos históricos que contribuíram para a construção do que, convencionalmente, denominou-se de projeto ético-político do Serviço Social, quais sejam, o Movimento de Reconceituação e o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, torna-se imprescindível destacar as contribuições provenientes do marco político que desencadeou a constituição do referido projeto.

Sabemos que o marco político do projeto profissional de Serviço Social se remete ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 1979, conhecido como o Congresso da Virada¹³, em que as vanguardas mais dinâmicas vincularam-se ao movimento dos trabalhadores. Esse ponto é crucial para o processo não só de renovação teórica acerca do Serviço Social, mas também de direcionamento político.

O Congresso da Virada, como o próprio nome sugere, procurou superar a apatia profissional e a omissão da classe trabalhadora em face daquele contexto social. Trouxe à tona assuntos que norteavam o quadro político brasileiro, os quais foram reprimidos durante o período ditatorial. Conforme Netto (2009), o Congresso da Virada trouxe o Serviço Social para cena política, tendo em vista, seu reconhecimento enquanto partícipe das lutas políticas desencadeadas naquela conjuntura social.

Aqui a novidade e a ruptura com a tradição conservadora, a “virada”, enfim: por intermédio do III Congresso, o Serviço Social que ingressa na cena política o faz *contra a ordem ditatorial* e, no interior da vanguarda profissional que implementa este ingresso, não há somente segmentos democráticos- há também núcleos que articulam a luta pela democracia com a luta anticapitalista (NETTO, 2009, p. 666).

Essa “Virada” no Serviço Social proporcionou à profissão seu ingresso no cenário político brasileiro, de modo que suas reivindicações contestavam as bases de sustentação do ciclo autocrático burguês, ao passo que os/as profissionais se engajavam nas lutas anticapitalista.

No âmbito social, os trabalhadores se organizam e estabelecem pautas de lutas, dentre elas, destaca-se aquela contra a ditadura e sua política de arrocho salarial e a luta pela redemocratização da sociedade brasileira, a qual mobilizou amplos segmentos da classe subalterna (ABRAMIDES; CABRAL, 2009). Nesse cenário demarcado pela efervescência dos movimentos sociais, embasados nas lutas pela democracia e por uma sociedade anticapitalista, emprega-se a perspectiva socialista como corrente de pensamento adequada ao contexto.

No âmbito profissional, desde o Congresso da Virada, as correntes mais progressistas e avançadas do corpo profissional, invocando a condição de vendedores de força de trabalho dos/as assistentes sociais e reivindicando para eles o estatuto de trabalhadores, não só vincularam seus propósitos profissionais aos interesses do conjunto dos trabalhadores reconhecendo, no seu núcleo, a centralidade da classe operária, como ainda, se dedicaram a

¹³ Conforme Netto (2011) o Congresso da Virada é chamado assim, pois no ano de 1979 ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado nos dias 23 a 28 de setembro, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, conhecido hoje como CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) em São Paulo. Esse congresso demarca o enfrentamento e a denúncia acerca do conservadorismo na profissão.

organizar a categoria segundo o clássico modelo proletário: a instituição do sindicato (NETTO, 2009).

A realização do Congresso da Virada, além de promover o reconhecimento de classe trabalhadora por parte da categoria profissional também demarcou novos rumos no que concerne à formação profissional. “A formação sofreu um processo de laicização e inseriu-se de fato na academia; criou-se na universidade pública a carreira docente, abrindo a via da pesquisa, adensada com o surgimento da pós-graduação” (NETTO, 2009, p. 667). O processo de laicização da profissão coloca o Serviço Social frente às transformações societárias e o contexto de redemocratização, com o intuito de transcender o viés religioso que demarca sua gênese.

As contribuições do Congresso da Virada não se restringem aos aspectos acima mencionados. Antes, teve fundamental importância para o movimento estudantil em Serviço Social que passou a ser fortalecido em suas pautas, sinalizando a necessidade de rompimento com o lastro conservador, como esclarece Braz (2009, p. 712). Esse Congresso viabilizou a construção de um verdadeiro canal político de articulação entre as entidades profissionais e as entidades estudantis e ainda exerceu forte influência teórico-política nos rumos do movimento estudantil no Brasil.

Em linhas gerais, esse Congresso pode ser considerado um marco para o Serviço Social, tendo em vista a mudança de posicionamento ético-político que a profissão avoca, assinalando a construção de um novo projeto profissional comprometido com a luta da classe trabalhadora e vinculado a um projeto societário, alvitando uma nova ordem social.

Antes de discutirmos sobre a construção do projeto ético-político do Serviço Social, propriamente dito, consideramos oportuno tecer algumas considerações sobre os projetos societários e profissionais, o qual o projeto do Serviço Social se inscreve.

No âmbito dos projetos coletivos, podemos destacar os projetos societários e os projetos profissionais. Os societários, como sinaliza Teixeira e Braz (2009), encontram-se vinculados a práticas variadas da sociedade, sendo que estas se encontram imbuídas por uma dimensão política que determina a constituição dos projetos em si. A peculiaridade desses projetos consiste em sua abrangência, tendo em vista que são macroscópicos à medida que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída.

Vale salientar que em uma sociedade classista, como a que estamos inseridos “os projetos societários são, necessariamente e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza.” (NETTO, 1999, p. 02). Em uma análise semelhante, Braz e Barata (2009), afirmam que os projetos societários podem

ser transformadores ou conservadores. Aqui, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação inegável com os projetos de transformação social.

Por isto mesmo, nos projetos societários (como, aliás, em qualquer projeto coletivo) há necessariamente uma dimensão política que envolve relações de poder. É claro que esta dimensão não pode ser diretamente identificada com posicionamentos partidários, ainda que se considere que os partidos políticos sejam instituições indispensáveis e insubstituíveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo (NETTO, 1999, p. 03).

É importante destacar que segundo o autor supracitado, apesar de estarmos em um quadro de democracia política, os projetos societários atrelados aos interesses das classes subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar projetos das classes politicamente dominantes.

No que se refere aos projetos profissionais, estes são relativos às profissões que são regulamentadas juridicamente, supondo uma formação teórica e técnica, em geral com nível acadêmico superior. Conforme Guerra (2009), os projetos profissionais são apoiados em valores ético-políticos e opções teórico-metodológicas consonantes com um projeto societário, tendo por base o trabalho profissional dos sujeitos dessa ação. Esses elementos se constituem em mediações privilegiadas capazes de diferenciar a prática profissional das que são realizadas por leigos, já que permitem qualificar e enriquecer o exercício profissional.

No caso do Serviço Social, tendo em vista as particularidades que permeiam a profissão, podemos destacar que o direcionamento teórico-político que norteia a categoria profissional imprimiu ao seu projeto valores e princípios singulares a profissão, requisitando, “ser pensado em relação a um projeto de maior envergadura: o projeto societário” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 04). Isso porque o Serviço Social surge em meio aos contraditórios interesses de classe, somado ainda, ao que demonstra Iamamoto (2014), ao afirmar que os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores. Os projetos profissionais, inclusive o do Serviço Social apresentam,

auto-imagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 1999, p.04).

Em síntese, o projeto profissional apresenta “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas práticas etc.” (NETTO, 1999, p. 07). É válido ressaltar, que segundo Ortiz (2010) a auto-imagem progressista do Serviço Social que norteia a profissão não conseguiu eliminar os traços daquela imagem socialmente consolidada no conservadorismo. Na verdade

o que se observava é uma tensão entre traços tradicionais e outros novos, decorrentes do salto qualitativo experimentado pelo Serviço Social nas últimas décadas, os quais convivem dialeticamente. Esta tensão coaduna a imagem social e a auto-imagem profissional.

Outro elemento fortemente presente no interior dos projetos profissionais corresponde ao pluralismo. Conforme esclarece Netto (1999, p. 05) “o corpo profissional é uma unidade não homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes”. O pluralismo deve ser entendido enquanto elemento inerente aos projetos profissionais, ao restringir a análise para o âmbito do Serviço Social, podemos constatar que o projeto profissional desenvolvido no interior da profissão não se estabelece como uma visão homogênea dos profissionais, mais se determina como hegemônica por intermédio do debate de ideias, que em hipótese alguma seja embasado em mecanismos coercitivos e excludentes.

Considerando o pluralismo profissional, o projeto hegemônico de determinado corpo profissional supõe necessariamente “um pacto entre seus membros: uma espécie de acordo sobre aqueles aspectos que, no projeto, são imperativos e aqueles que são indicativos” (1999, p. 07). Na concepção do autor acima, os aspectos imperativos denotam os elementos obrigatórios para todos os profissionais envolvidos no exercício da profissão, é o caso da inscrição dos/as assistentes sociais no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Diferentemente, os aspectos indicativos correspondem aos elementos que não conseguiram firmar um consenso mínimo, por isso nem todos os profissionais os praticam rigorosamente, um exemplo eloquente consiste nos princípios do Código de Ética que, apesar de ser um aspecto imperativo do exercício profissional, registra-se significativas divergências em sua apreensão pela categoria profissional (NETTO, 1999, p. 07-08).

Com base nessas incursões, o projeto ético-político do Serviço Social desponta no cenário brasileiro a partir da problematização do conservadorismo em 1960, o seu agravamento na década posterior (1970), somado a crise da ditadura civil-militar e a crise do capital (1980), que promoveram mudanças significativas na sociedade e, conseqüentemente nas profissões, como o Serviço Social, que se deparou com a emergência de novas demandas sociais. Em outras palavras:

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi nesse contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela

defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada (IAMAMOTO, 2014, p. 223).

A mudança da categoria ultrapassou a dimensão política e avançou também no arcabouço teórico, a partir da legitimação do Serviço Social no âmbito acadêmico, com o surgimento dos cursos de pós-graduação e doutorados na década de 1980. Nesse momento, o Serviço Social começou a operar sua acumulação teórica.

Na acumulação teórica operada pelo Serviço Social é notável o fato de, naquilo que ela teve e tem maior relevância, incorporar matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional- nela se empregaram vertentes críticas, destacadamente as inspiradas na tradição marxista (NETTO, 1999, p. 12).

Essa aproximação com as vertentes da tradição marxista, embora inicialmente de forma “enviesada”, proporcionou novos debates no interior do Serviço Social, como o redimensionamento do ensino com vistas a uma formação profissional capaz de responder as demandas emergentes da sociedade.

O projeto profissional hegemônico do Serviço Social é composto por três elementos centrais. O primeiro elemento é o Código de Ética de 1993, o segundo corresponde a Lei que Regulamenta a Profissão (8662/1993) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS), elaboradas em 1996. Analisemos as particularidades de cada um desses elementos.

Considerando a concepção de ética no âmbito do Serviço Social, Barroco (2010) estabelece que, a dimensão ontológica da ética só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sociais e históricas, produzindo formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura. Isso acontece por efeito da categoria fundante do ser social, o trabalho, pelo qual o gênero humano ao transformar a natureza, produz e se reproduz enquanto tal, carecendo de uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre si e a natureza para manter a vida humana (Marx, 1980, apud, Barroco, 2009, p 21). É justamente a centralidade ética na categoria trabalho que favorece o processo de rompimento com as formulações precedentes.

É válido ressaltar, que na concepção de Barroco (2009) Marx não desenvolveu um conceito para ética, mas também não a negou, para ele a transformação social aconteceria através de uma reforma não moral, mas concreta e revolucionária. Isso acontece porque a discussão da ética marxista parte da crítica de Marx sobre as sociedades anteriores, recuperando o debate do homem concreto e histórico, como esclarece Vázquez (2011). A ética deve ser

apreendida enquanto parte constitutiva da práxis¹⁴ geral da humanidade e “pode tornar-se um momento deste extraordinário processo de transformação, desta real humanização da humanidade” (LUKÁCS, 2009, p. 76).

A ética nesta direção, pode ser considerada uma categoria histórica e social, que em relação às formas diferenciadas de cultura e princípios valorativos de épocas e grupos sociais diferentes, efetiva-se segundo o conjunto de valores e princípios éticos diferenciados (CARDOSO, 2012, p. 05). Partindo dessa apreensão, podemos afirmar que os princípios e valores éticos não são estáticos ou isentos de transformações.

Diferentes formações sociais e culturais instituíram conjuntos de valores éticos como padrões de conduta, de relações intersubjetivas e interpessoais, de comportamentos sociais que pudessem garantir a integridade física e psíquica de seus membros e a conservação do grupo social. (CHAUÍ, 2002a, p. 336).

Os princípios e valores éticos legitimados socialmente se desenvolvem como padrões de conduta referentes as diferentes formações sociais e culturais. No caso da sociedade capitalista, que apresenta como fundamentos éticos a acumulação do capital e a expropriação da força de trabalho, pensar em questões cruciais defendidas pelo projeto ético-político do Serviço Social, como por exemplo, a emancipação humana e/ou a liberdade enquanto valor ético central, se revela como algo impossível diante das condições materiais vigentes. Entretanto, a importância de desenvolver uma ação profissional pautada por princípios éticos e morais que busquem emancipar o gênero humano é fulcral na superação desta sociabilidade (CARDOSO, 2012). Partindo desse pressuposto, vejamos os princípios éticos que devem direcionar o trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

O Código de Ética do Serviço Social, datado de 1993, apresenta onze princípios¹⁵ basilares para a atuação profissão do/a assistente social inserido no mercado de trabalho. Dentre

¹⁴ Segundo Cardoso (2012, p. 05) a práxis, “como categoria da sociabilidade humana, também se configura enquanto elemento produzido histórico e socialmente”.

¹⁵ Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética Princípios Fundamentais; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social

eles, cabe destacar o oitavo e o décimo princípios, que versam sobre a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, através do aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, reconhecendo as implicações e os desafios postos a sua materialização no cotidiano profissional, que por vezes suprime as dimensões subjetivas e objetivas desses profissionais. Esses princípios foram impensáveis nos códigos anteriores¹⁶, tendo em vista, a perspectiva conservadora e as influências neotomistas que os cercavam.

O Código contribuiu para o processo contraditório de construção de uma nova moralidade profissional direcionada socialmente para a ruptura com o conservadorismo e para a construção de uma nova cultura profissional democrática que colide com a hegemonia política do capital; uma direção estratégica (BARROCO, 2010, p. 206).

A ética no Serviço Social não se restringe ao conjunto de normatizações e leis. Em um movimento mais amplo, podemos perceber que o Código de Ética em questão, ultrapassa esse conjunto e apresenta uma moralidade profissional voltada a ruptura com o conservadorismo, sendo capaz de subsidiar as novas concepções teórico-metodológicas e ético-políticas eminentes daquele contexto e expressas nos novos rumos assumidos pela profissão no país. Considerando as análises de Netto (1999), o referido Código de Ética é um elemento basilar para o processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, tendo em vista que o Código incorporou tanto a acumulação teórica das décadas anteriores como os novos elementos trazidos ao debate pela categoria profissional.

As mudanças que permearam a profissão também adentraram o segundo elemento que compõe o projeto profissional do Serviço Social: a Lei que Regulamenta a Profissão de nº 8662/ 1993.

Conforme o CFESS (2011) a necessidade de revisão da Lei de Regulamentação da profissão vigente desde 1957, emerge no I Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, evento que trouxe discussões pertinentes acerca da normatização do exercício profissional, constatando naquele ocasião uma certa fragilidade da legislação em vigor com as novas atribuições profissionais.

Porém, somente em 1971 se discute o primeiro anteprojeto de uma nova lei no IV Encontro Nacional CFESS-CRESS e apenas em 1986 o deputado Airton Soares

sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2011, p. 23-24).

¹⁶ Os códigos anteriores ao de 1993, são: o Código de 1947, o de 1965 e o Código de 1986. Conforme Barroco (2010, p. 95), "Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975."

encaminha o PL 7669, arquivo sem aprovação, devido à instalação da Assembleia Nacional Constituinte. O tema volta ao debate nos Encontros Nacionais, onde se elabora a versão final do PL, apresentando desta feita, pelas deputadas Benedita da Silva e Maria Lourdes Abadia. O processo legislativo foi longo em face da apresentação de um substitutivo o que retardou a aprovação final. O conjunto CFESS-CRESS, no entanto, não se deixou abater tendo acompanhado e discutido o substitutivo nos seus fóruns até a aprovação da Lei 8662 em 7 de junho de 1993 (CFESS, 2011, p. 01).

A nova Lei de Regulamentação da Profissão assegurou à fiscalização, possibilidades mais concretas de intervenção mediante a delimitação que estabelece sobre competências e atribuições privativas do/a assistente social e promoveu o reconhecimento formal dos Encontros Nacionais como fórum máximo de deliberação da profissão (CFESS, 2011, p. 01).

Pertinente ao processo de revisão curricular de 1994, que envolvia os elementos da formação profissional, com intuito de atender as exigências da contemporaneidade, tem-se a emergência do terceiro elemento constitutivo do projeto profissional do Serviço Social, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Outrora denominada Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social (ABESS), ressurgiu em 1998 com uma nova nomenclatura que denota as transformações pertinentes ao processo de formação profissional naquele contexto. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), foi a responsável pela promoção e coordenação de todas as atividades que culminaram na elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares, em 1996. Esse processo contou com o apoio decisivo do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social-ENESSO (ABEPSS, 1996).

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social apresentam um novo desenho curricular para a profissão que “se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ABEPSS/CEDEPSS, 1997, p. 60).

Considerando os determinantes históricos, políticos e sociais que reverberam na formação profissional do/a assistente social, o currículo foi dividido em três eixos temáticos tratados de forma indissociável. São eles: o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (ABEPSS, 1996).

O primeiro núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisando os elementos constitutivos da vida social; já o segundo núcleo remete-se ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais,

articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. O terceiro e último núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da “questão social” (ABEPSS, 1996).

Seguindo essa direção a ABEPSS reafirma seu empenho em contribuir para uma formação profissional de qualidade, capaz de subsidiar a perspectiva emancipatória da profissão diante dos novos rumos assumidos pelo Serviço Social no cenário brasileiro. Na verdade, os três elementos constitutivos do projeto profissional do Serviço Social podem ser entendidos como instrumentos que possibilitam a formação de estratégias e lutas em prol de uma formação profissional de qualidade. Vale ressaltar, que são esses componentes que “emprestam” materialidade ao projeto profissional. Conforme apreende Braz:

O entendimento dos elementos constitutivos que emprestam materialidade ao projeto pode se dar a partir de três dimensões articuladas entre si, quais sejam: a) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a dimensão político-organizativa da categoria; c) dimensão jurídico-política da profissão (2001, p. 05).

A articulação desses componentes é imprescindível para a hegemonia de um projeto profissional, como também o entendimento acerca de cada um deles. A primeira dimensão corresponde a “esfera de sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional” (BRAZ, 2001, p. 05). A segunda dimensão engloba os fóruns de deliberação das entidades representativas da profissão, como o conjunto CFESS/ CRESS, a ABEPSS e a ENESSO. A terceira e última dimensão imprime a profissão o aparato jurídico-político que a legitima na esfera da legalidade, como a Lei que Regulamenta a Profissão (8662/93), o Código de Ética vigente e as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação recentemente. Sem esquecer, das resoluções do CFESS e o conjunto de Leis do Capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que embora não seja exclusivo da categoria profissional, foi fruto das lutas dos/as assistentes sociais.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 promoveu significativas mudanças no tecido social, dado que, pela primeira vez na história do Brasil os direitos sociais passaram a ser reconhecidos e alicerçados pelo Estado constitucionalmente. Esta fase democratizante contribuiu para que na década seguinte o projeto ético-político do Serviço Social conquistasse sua hegemonia no interior da profissão. É somente na década de 1990 que o referido projeto recebe a nomenclatura de projeto ético-político do Serviço Social.

Esse projeto se caracteriza por uma perspectiva de ruptura com o Serviço Social anteriormente estabelecido no país e a busca por novos valores, vinculados a um projeto de sociedade compromissado com a democracia, a liberdade e a justiça social.

Para tanto, apanha novos aportes teóricos e metodológicos que culminam com uma nova visão da profissão em vários aspectos, como sua relação com a realidade, sua trajetória histórica e sua relação com os empregadores e usuários (NETTO; CARDOSO apud MATOS, 2003, p. 96).

O projeto profissional do Serviço Social nessa denominação “ético-político”, apresenta em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central. Vale ressaltar, que a liberdade definida no projeto ético-político corresponde a possibilidades de escolhas reais e concretas, atrelada à autonomia dos indivíduos e a emancipação humana (NETTO, 1999).

Conforme Netto (1999), o projeto profissional do Serviço Social brasileiro apresenta um direcionamento ético-político para a categoria profissional e se posiciona de antemão no “combate (ético, teórico, ideológico, político e prático-social) ao neoliberalismo” (p. 19). Esse direcionamento ético-político estimula a categoria profissional a desenvolver uma “atuação profissional mais crítica, vinculada aos movimentos sociais em prol da busca de alianças na construção das condições capazes de instituir uma cultura democrática e de respeito aos direitos historicamente conquistados pelas classes excluídas (GUERRA, 2005, p. 09).

Esse projeto profissional visivelmente possibilita uma direção clara e instigante acerca da realidade social e dos novos princípios e valores norteadores da profissão. Vale salientar que se encontra dotado de um referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que objetiva a defesa dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora ao longo do desenvolvimento histórico.

Este projeto profissional vincula-se a um projeto societário de transformação social, que visa a superação da ordem vigente e, conseqüentemente a construção de uma nova ordem societária. Outros valores e princípios que constituem o projeto correspondem, “a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional” (NETTO, 1999, p. 15-16).

Em relação ao processo de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social conforme afirma Netto (1999, p. 17) “conquistou hegemonia no Serviço Social, no Brasil na década de noventa do século XX.”. Porém tal afirmação não implica dizer que esse projeto esteja “consumado” ou que seja único no corpo profissional, haja vista que, “todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu interior não suprime as divergências e as contradições.” (NETTO, 1999, p. 05).

São muitos os desafios postos à efetivação desses valores e princípios disposto no projeto ético-político, principalmente por serem antagônicos aos interesses da classe dominante, em todos os sentidos. Em linhas gerais, o maior desses desafios consiste em tornar,

esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada (IAMAMOTO, 2014, p.233).

Reconhecendo as limitações pertinentes ao processo de “tornar esse projeto um guia efetivo da profissão”, que na análise desenvolvida no próximo capítulo contemplamos os desafios postos a materialização do projeto ético-político no exercício profissional dos/as assistentes sociais inseridos na política de Assistência Social no Município de Sousa. Antes disso, tornou-se fundamental apresentar uma breve discursão acerca da categoria trabalho e Serviço Social, bem como reportar brevemente os avanços da política de Assistência Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988.

**CAPÍTULO III - O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO/A NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: desafios postos à materialização do projeto ético-
político do Serviço Social**

“Nunca se vence uma guerra lutando sozinho
 Você sabe que a gente precisa entrar em contato
 Com toda essa força contida e que vive guardada
 O eco de suas palavras não repercutem em nada
 É sempre mais fácil achar que a culpa é do outro
 Evita o aperto de mão de um possível aliado,
 Convince as paredes do quarto, e dorme tranquilo
 Sabendo no fundo do peito que não era nada
 daquilo
 Coragem, coragem, se o que você quer é aquilo
 que pensa e faz,
 Coragem, coragem, eu sei que você pode mais”
 (Raul Seixas)

No presente capítulo abordaremos a conexão existente entre a categoria trabalho e o Serviço Social, ressaltando o processo de materialização do projeto ético-político no exercício cotidiano da profissão. Nesta análise pontuaremos alguns desafios postos à sua efetivação na realidade contemporânea, mediante o trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa- PB, bem como as estratégias profissionais desenvolvidas no cotidiano do exercício efetivo da profissão.

Mediante a complexidade das discussões acerca da temática estabelecida nesse capítulo, tornou-se fundamental realizar uma sistematização teórica sobre as categorias desenvolvidas ao longo dessa pesquisa. No primeiro tópico, “Um debate sobre Serviço Social e Trabalho” contemplaremos uma análise voltada ao Serviço Social e a sua intrínseca relação com a categoria trabalho, uma verdadeira polêmica contemporânea no interior do Serviço Social.

No segundo tópico, “O trabalho do/a assistente social inserido/a na política de Assistência Social no município de Sousa- PB”, abordaremos traços pertinentes a política de Assistência local e a relevância do trabalho profissional dos/as assistentes sociais que atuam nos CRAS, CREAS, Secretaria de Assistência Social e a instituição de acolhimento à Casa Lar no referido município.

No terceiro e último tópico, “A materialização do projeto ético-político do Serviço Social: desafios e estratégias profissionais no exercício efetivo da profissão”, apontaremos os

desafios e as estratégias profissionais resultantes do processo de materialização do projeto ético-político do Serviço Social no exercício cotidiano da profissão. É válido ressaltar, que as análises desencadeadas nessa seção são oriundas das entrevistas realizadas pela pesquisa, enquanto forma válida de construção de conhecimento.

3.1 UM DEBATE SOBRE SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO

O processo de “desencantamento do mundo” desnudou as relações sociais travadas na sociedade, retirou das “mãos de Deus” a culpa pela dialética relação da riqueza com a miséria, desnaturalizando o que era natural e imutável. Em uma perspectiva conservadora as novas condições materiais que permeiam a categoria trabalho são baseadas na culpabilização dos indivíduos. O discurso proveniente da exploração do homem pelo próprio homem, atrelado a correntes que “concebem a vida social como uma luta entre os indivíduos que são essencialmente mesquinhos, egoístas, individualistas e movidos pelo desejo de acumular propriedades” (LESSA; TONET, 2008, p. 13). O homem, nesta perspectiva, apresenta uma essência imutável, sendo incapaz de ser alterada pelo movimento da história.

A concepção histórica e dialética da teoria marxiana acerca da realidade social, infirma a existência de uma “essência” imutável dos homens. Segundo Marx (2014), não haveria uma essência humana independente da história. Os homens são o que eles se fazem a cada momento histórico. Sendo assim, a sociabilidade burguesa “produz individualidades essencialmente burguesas” (LESSA; TONET, 2008, p. 15), nessa direção, o que distingue uma época econômica de outra não é o que se faz, mas como se faz, ou seja, são os meios de produção da riqueza social, como expõe Marx (2014).

Parafrazeando Rousseau (1978), maldito homem que inventou de cercar uma parcela de terra e dizer: isto é meu! Esse foi o autêntico fundador da sociedade civil. E de quantos crimes, horrores teria livrado a humanidade se outrem arrancando a cerca gritasse: não, impostor! A verdade é que a sociabilidade burguesa que emergiu das ruínas da sociedade feudal encontra-se firmada na propriedade privada e no trabalho assalariado.

Conforme explana Marx (1998, p. 02), a sociedade burguesa “não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado”. É reconhecido que a burguesia caracteriza-se pela simplificação dos antagonismos entre as classes, sendo a sociedade composta por duas

classes distintas e de interesses totalmente antagônicos: burguesia e proletariado. De um lado, a burguesia detentora dos meios de produção; do outro lado, o proletariado, vendedor de sua força de trabalho.

Ao transformar o mundo em uma imensa coleção de mercadorias e o trabalhador em “fermento vivo” que opera sobre uma matéria morta e produz valores de uso¹⁷, o capitalista contemplará o trabalho vivo a partir da apropriação e transformação de “valores de uso possíveis em valores de uso reais e efetivos” (MARX, 2014, p. 217). E diante dessa capacidade, a força de trabalho torna-se peça primordial para obtenção de lucro; ou melhor: mais-valia¹⁸, através do trabalho excedente. Mediante o lucro todo o processo de trabalho torna-se alienado e o homem se desumaniza. Conforme afirma Antunes (2010, p. 145), “o processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja a finalidade vem a ser a produção de mercadorias”.

A conversão do mundo e das relações sociais em “uma imensa coleção de mercadorias” sob o solo histórico da sociedade burguesa, imprime condições específicas ao desenvolvimento das classes subalternas, sujeitas à ilusória condição de trabalho assalariado. Entendemos por ilusória a concepção de que o trabalhador recebe conforme produz, uma relação de reciprocidade existente entre trabalhador e capitalista, mistificada por uma falsa conotação de justiça social. O trabalho assalariado tornar-se um elementos constitutivos da realidade burguesa capaz de sustentar toda uma lógica de acumulação e, ao mesmo tempo, auxiliar no processo de manutenção da ordem vigente.

Segundo Lessa (2005), todas as profissões têm origem na divisão sócio-técnica do trabalho. Tais profissões surgem em decorrência do desenvolvimento do modo de produção, no caso o capitalista. Mas isso não significa que todas as profissões sejam trabalho. Vejamos o caso do Serviço Social: Será este considerado trabalho ou não?

Sabemos que ao adentrar às dimensões de legitimidade social e institucional, o Serviço Social, na década de 1990, adquire seu amadurecimento profissional à medida que colhe os frutos do movimento de reconceituação latino-americano que subsidiaram o processo

¹⁷ Conforme esclarece Netto; Braz (2012), entende-se por valor de uso as propriedades que identificam a utilidade de uma mercadoria ou certos bens materiais que são indispensáveis à vida humana.

¹⁸ Segundo Marx (1983) na produção de mercadorias, o capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Apontando dois objetivos: primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria; e o segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).

de renovação do Serviço Social brasileiro e promoveu a elaboração de seu projeto profissional, no qual se encontra os valores e os princípios norteadores da profissão no país. Nesse novo quadro que se estabelece a profissão, emergem discussões pertinentes à categoria trabalho, que se tornaram uma verdadeira polêmica no interior do mesmo, sinalizando:

o crescimento e intensificação da produção no Serviço Social, das investigações teóricas de que necessita e, ao mesmo tempo, indica o desenvolvimento de uma relação mais rica e dinâmica com o conjunto das Ciências Humanas. Sem termos isto em mente, poderemos deixar escapar algumas das mais dinâmicas potencialidades do debate em curso (LESSA 2000, p. 37).

Esse debate que expressa o avanço obtido pelo processo de renovação do Serviço Social brasileiro referente ao salto qualitativo da profissão no âmbito da investigação e da produção de conhecimento, aponta ainda uma relação mais rica com as ciências sociais, favorecendo debates contundentes e significativos no interior da categoria profissional. A base de emergência desse debate se encontra vinculada às mudanças realizadas através da revisão curricular em 1996. Isso aconteceu porque as alterações não foram consensuais no âmbito acadêmico e tampouco no terreno profissional.

Aprendemos como polêmica o debate que se intensificou, principalmente, após a aprovação, pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Serviço Social, em 1996, na qual o Serviço Social é definido como uma especialização do trabalho, sendo sua prática entendida como um processo de trabalho que possui como objeto “as múltiplas expressões da questão social”. Reconhecendo que tais pontos foram as grandes inovações introduzidas pela revisão curricular, como aponta Iamamoto (2000), ao discorrer sobre o elemento inovador da referida proposta, no que se refere ao reconhecimento da “prática profissional' como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho" (IAMAMOTO, 2000, p. 57).

Essa polêmica que se instaura no interior da categoria profissional consiste, principalmente, na apreensão do Serviço Social enquanto ou não trabalho. As controvérsias que emanam dessas apreensões precisam ser evidenciadas, bem como as divergências e convergências entre os autores que se posicionam acerca dessa temática. De um lado, temos as concepções de Iamamoto (2013) e do outro, os argumentos de Lessa (2000).

É indubitável que o entendimento do Serviço Social enquanto forma de trabalho foi formulado pela primeira vez em 1982, por Iamamoto e Carvalho (2009), no qual ressalta que o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana. De forma mais explícita em uma obra posterior ela esclarece:

Mas o interesse é pensar o Serviço Social como trabalho, sendo esta uma porta de entrada muito provocativa para a análise da “prática profissional”. Nos anos de 1980, os assistentes sociais descobriram a importância da consideração da dinâmica das instituições e das relações de poder institucional para se pensar o Serviço Social, assim como as políticas sociais, os movimentos e lutas sociais. A imagem que poderia representar o esquema dominante de análise tinha no centro a “prática do Serviço Social” e, no seu entorno, a dinâmica institucional, as políticas sociais, os movimentos sociais como fatores relacionados o exercício profissional (IAMAMOTO, 2005, p.61).

Em contraponto ao pensamento de Iamamoto (2005), Lessa (2012) afirma que a reflexão acerca do Serviço Social e a categoria trabalho não deve se restringir ao aspecto instrumental, mas deve remeter-se, dentre outros aspectos, à análise dos fundamentos filosóficos e ideológicos presentes neste debate. Para responder ao título de sua publicação o autor destaca:

Em primeiro lugar, e antes de qualquer coisa, porque o Serviço Social não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários à reprodução social. Não cumpre a função mediadora entre os homens e a natureza; pelo contrário, atua nas relações puramente sociais, nas relações entre os homens (p. 52).

O autor é enfático ao afirmar que o Serviço Social não pode ser considerado trabalho, tendo em vista que o/a assistente social não realiza o intercâmbio orgânico direto com a natureza, como assinala Marx acerca do trabalho. Ainda adverte: se igualarmos todas as práxis sociais à categoria trabalho, conseqüentemente estamos transformando todos os indivíduos em operários e com isso, cancelamos a distinção existente entre as classes sociais.

Se identificarmos as práxis voltadas à organização da sociedade com a produção material, ou seja, se identificamos todas as outras formas de práxis (inclusive o Serviço Social) ao trabalho, não nos resta alternativa senão identificarmos como trabalhadores todos aqueles que realizam toda e qualquer atividade social (LESSA, 2006, p. 22).

Diante do impasse se o Serviço Social é ou não trabalho, e mediante a afirmação de Iamamoto (2005) e Lessa (2012) de que suas teses encontram-se embasadas na interpretação que Marx confere à categoria trabalho, torna-se necessário analisarmos brevemente a concepção marxiana sobre trabalho. Nela, o trabalho é vislumbrado em uma perspectiva ontológica, sendo

definido como “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2014, p. 211). Em outras palavras, o trabalho é definido como autogênese humana, mediante relação recíproca com a natureza, que faz do homem não apenas um ser natural, objetivo, mas um ser natural humano, um ser para si próprio, um ser universal, genérico.

Como ressalta Barroco (2010), nesse processo histórico “são tecidas as possibilidades de o homem se comportar como um ser ético” (p. 19), tendo em vista que é o mesmo trabalho que põe em movimento às forças pertencentes à corporalidade humana, braços,

pernas e mãos, e articula, ainda, a dimensão teleológica dos mesmos à medida que realizam uma atividade previamente orientada a um fim, prefigurado na mente antes mesmo de ser construído em sua materialidade, transformando a natureza e construindo subjetivamente o homem e materialmente a sociedade em que ele está inserido. Conforme afirma Antunes (2009), o trabalho é resultado da capacidade teleológica posta em prática quando o ser social idealiza em sua consciência antes de construí-lo na realidade concreta.

As objetivações provenientes do processo de trabalho, apresentam uma “esfera subjetiva, a consciência e, de outro lado, o mundo objetivo.” (LESSA; TONET, 2008, p. 31). O novo objeto se converte em parte da casualidade e passa a sofrer influências e a influenciar a evolução da realidade da qual faz parte. O trabalho possibilita a transformação da natureza ao mesmo tempo que articula mudanças no próprio homem, com o desenvolvimento de novas habilidades, conhecimento e, conseqüentemente, transformações sociais provenientes da introdução de um novo objeto no tecido social.

Como já aludira Marx (2014), o trabalho é uma atividade que pertence exclusivamente ao homem. Segundo Netto e Braz (2012), três características principais diferem o trabalho do homem das atividades realizadas pelos animais.

A primeira consiste no fato de que o trabalho não se realiza com uma atuação imediata sobre a matéria natural. Exige instrumentos para intermediar tal relação com a natureza. O segundo concerne na perspectiva de que o trabalho não se remete ao cumprimento de determinações genéticas. Pelo contrário: fazem-se necessários habilidades e conhecimentos que se adquirem seja através da repetição, seja proveniente da experimentação que são transmitidas, mediante o aprendizado. Por último, “o trabalho não atende a um elenco específico de necessidades, nem a satisfaz sob formas fixas” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 43) ou seja, à cada necessidade humana concreta as formas de atendimento das mesmas são diferenciadas. Como destaca Barroco (2010), os homens atendem às necessidades de forma consciente, racional projetiva modificando os sentidos de maneira livre e criativa.

O homem produz racionalmente, isto é, pensa, planeja e imprime sentido a tudo o que faz, o que denominamos de capacidade teleológica. Para Marx (2004), a atividade vital consciente é uma característica da espécie humana. É essa capacidade que diferencia a atividade produtiva humana da mera atividade animal. Enquanto este produz sob o domínio da carência física, o homem produz universalmente, embora seja com base na sua condição objetiva que produza.

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o

homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] O animal a forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza (MARX, 2004, p. 85).

Além de ser uma atividade exclusivamente humana, o trabalho também é uma atividade coletiva. Conforme afirmam Netto e Braz (2012, p. 46), “o trabalho é sempre uma atividade coletiva, seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior, ou mais ou menos estruturado) de outros sujeitos”. Partindo dessa concepção e baseando-se nas transformações sofridas pelo modo de produção capitalista, principalmente entre os séculos XIX, XX e XXI, podemos vislumbrar o “trabalhador coletivo” que é próprio da grande indústria, definido como “o conjunto de envolvidos na produção, desempenhem eles atividades manuais ou não: sob a grande indústria capitalista, na qual se operou a subsunção real do trabalho ao capital” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 126). Na realidade é movido por uma “capacidade de trabalho socialmente combinada” (MARX, 1985, p.78-79) que se converte no agente real do processo de trabalho em seu conjunto. Esclarece Marx (2004) que desenvolvido seu trabalho, o seu produto:

Deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre o que incide o trabalho (v.1, p. 584).

Essa capacidade de trabalho socialmente combinada se complexifica cada vez mais no desenvolvimento do capitalismo, envolvendo trabalhadores manuais e em uma escala progressivamente maior, trabalhadores intelectuais. Quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais se expande as fronteiras do trabalho coletivo, que ultrapassam os limites da grande indústria e adentram em espaços sócio-ocupacionais muito diferentes. Um dos desafios emergentes dessa expansão, segundo Netto e Braz (2012) consiste nas categorias de trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

A priori cabe ressaltar que não está em jogo a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, ou qualquer tipo de juízo de valor, que venha a identificar o primeiro enquanto útil e o segundo, como inútil. Mandel (1998) sinaliza que Marx (2004), ao analisar essas categorias simplesmente identifica que as dimensões: produtivo e improdutivo estão relacionadas ao funcionamento desse sistema.

Sabe-se que o processo de trabalho tem como função a criação de valor, agregando valores de uso e valores de troca ao produto final do trabalho, por meio do processo de valorização em que as mercadorias adquirem valor de troca, que se encontra vinculado ao

trabalho abstrato. Vale pontuar que, no modo de produção capitalista, “o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção” (MARX, 2004, p. 220). O valor portanto, não resulta da distribuição, da circulação ou do consumo. Netto e Braz (2012, p. 128) esclarecem seguindo o pensamento de Marx que “o valor é gerado na produção material”.

As determinações do caráter produtivo e improdutivo do trabalho relaciona-se ao aspecto do mesmo, criar valor que pode ser apropriado pelo capitalista, sendo necessário distinguir o trabalho que cria valor apropriado pelo capitalista e o trabalho que permite um capitalista apropriar-se de parte do valor criado na produção material (NETTO; BRAZ, 2012). Do ponto de vista do capital global, só é produtivo o primeiro tipo de trabalho que aumenta a massa global do valor.

Em essência, Marx definia o trabalho produtivo no capitalismo como aquele que produz valor de mercadoria, e, por conseguinte, valor excedente para o capital. [...] enquadram-se nesta definição de trabalhadores não produtivos porque seu trabalho não é trocado por capital e não contribui diretamente para aumentar o capital. (BRAVERMAN, 2012, p. 348, grifos do autor).

Entendemos, portanto que trabalho produtivo remete-se à produção direta de mais-valia. Entretanto, o trabalho improdutivo “não aumenta o tamanho total do bolo” (MANDEL, 1998, p. 123). É justamente nessa discussão desencadeada sobre trabalho produtivo e improdutivo que Iamamoto (2009) esclarece que a profissão, mesmo não se dedicando, preferencialmente, ao desempenho de funções diretamente produtivas, pode ser caracterizada como um trabalho improdutivo¹⁹, participando, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementar as condições necessárias ao processo de reprodução das relações sociais. Em uma análise no campo da literatura do Serviço Social, a autora destaca que as investigações acerca das particularidades da profissão foram historicamente voltadas ao trabalho concreto e por isso pouco se investiu em torno das determinações relacionadas ao aspecto mercantil que envolve essa força de trabalho na sociedade (IAMAMOTO, 2014). Nos termos da autora:

O que não dispõe de centralidade nesta mesma literatura é a identidade do trabalho do assistente social, enquanto trabalho abstrato, como trabalho social médio: como parte da alíquota do trabalho total socialmente produzido. As implicações do trabalho do assistente social no circuito do valor – da produção e distribuição do valor e da mais valia – não são tratadas, como se a “forma valor fosse mero cerimonial” na sociedade do capital fetiche (p. 418).

Podemos afirmar que a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho ultrapassa o aspecto relacionada ao valor de uso dos serviços prestados e implica o

¹⁹ Conforme Iamamoto (2005), trabalho improdutivo é “aquele que não se troca por capital, mas diretamente por renda, salário ou lucro.”

trabalho social médio, determinado pelo valor de troca que assume na sociedade. Com isso, a autora apreende o Serviço Social como trabalho abstrato²⁰ e improdutivo, baseando-se em traços apresentados pela teoria de Marx, que aponta como elementos constitutivos do trabalho: a matéria prima ou objeto, instrumento e o trabalho em si (MARX, 1985a, p. 53).

Ao trazer a análise para o âmbito da profissão, a autora afirma que o objeto de trabalho do Serviço Social consiste na “questão social” e suas múltiplas expressões. Em relação aos instrumentos de trabalho, a autora destaca que o conhecimento deve ser considerado o meio particular de trabalho, tendo em vista que a profissão exige “diplomação superior, é legislado e fiscalizado por órgãos públicos e associações dos próprios pares” (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p. 117). Enquanto dispêndio de força física, a autora argumenta que os/as assistentes sociais são marcados/as pelo recorte de gênero, pelo traço de subalternidade em relação as outras profissões, através de seu componente cultural da tradição católica e, por fim, pelos valores humanistas com os quais se compromete (IAMAMOTO, 1998, p. 64 *apud* ARAÚJO 2008, p. 16).

Diante destas afirmações, podemos concluir que o efeito útil do trabalho dos/a assistente social, na visão de Iamamoto (2014), recai sobre as condições materiais e sociais daqueles que são objeto de sua intervenção, cuja a sobrevivência depende do trabalho. Cabe ressaltar algumas considerações desenvolvidas por Lessa (2005), explicitando porque o Serviço Social não é trabalho.

Primeiro, Lessa (2005) parte de uma perspectiva de análise totalmente diferente da apresentada por Iamamoto (2014). Em suas investigações acerca do mundo do trabalho, encontra no pensamento de Luckács (1979) a base de suas postulações. “O trabalho é um processo exclusivo entre homem e a natureza, ou seja, só constitui o trabalhador coletivo, aqueles trabalhadores produtivos que transformam a natureza” (LESSA, 2005). O objeto de trabalho só pode ser a própria natureza, em seu estado bruto. Considerando as análises do autor, podemos afirmar que ao cancelar esse intercâmbio com a natureza perde-se o complexo fundante do ser social.

Segundo Lessa (2005), não existe matéria-prima e meios de trabalho no Serviço Social, ao identificar que, “nas relações entre os homens não temos, para Marx, nem a presença de matéria prima nem o emprego de ‘meios de trabalho’ (p. 10). Esse posicionamento evidencia as divergências contidas nas duas análises.

²⁰ Segundo Iamamoto (2014) o trabalho abstrato parte de uma abstração que permite que o trabalho torne-se social, ou seja: substância do valor que se expressa no valor de troca.

Terceiro: para ele a participação do Serviço Social na reprodução das relações sociais não imprime a profissão o estatuto de trabalho, tendo em vista que é somente através da transformação da natureza pelo homem, em bens necessários a reprodução do tecido social que pode ser considerada trabalho. Nessa direção, o Serviço Social, enquanto profissão típica da sociedade capitalista, e como tal, incide nas relações sociais. No entanto, sua intervenção não contribuí para a transformação na natureza; conseqüentemente não é capaz de produzir um conteúdo novo à riqueza material. Não é, portanto, trabalho.

Quarto, denota que a condição de trabalhador assalariado é a única semelhança existente entre o trabalho do/a assistente social e o trabalho operário – aquele que transforma a natureza em meios de subsistência e de produção, ou mesmo quando opera sobre uma “matéria-prima”. Ainda ressalta que incluir o Serviço Social no trabalho coletivo implicaria necessariamente conceber todas as atividades humanas como trabalho. Vale ressaltar que o trabalhador não deve ser analisado individualmente quanto à transformação da natureza, mas sim na coletividade. Conforme alude Marx (1985), “trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente” (p. 105).

Sumariamente apresentados a existência desse caloroso debate teórico no interior da categoria profissional quando o assunto é: o vínculo existente entre Serviço Social e a categoria trabalho em Marx, se torna nítido que, “ambas as perspectivas fundamentam-se no que há de mais profícuo na tradição intelectual progressista de caráter ontológico” (ARAÚJO, 2008, p. 25), o que reforça ainda mais a relevância desse debate para a profissão.

Diante das significativas contribuições de ambos os autores, a pesquisa se remonta a seguir ao trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB, bem como, ressaltando às concepções destes/as profissionais sobre a política que atuam e as condições materiais, éticas e técnicas de trabalho que os/as circunscrevem cotidianamente.

3.2 O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO/A NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA- PB

Apresentaremos, a seguir, os dados obtidos no processo investigativo no que se refere às concepções das profissionais entrevistadas sobre a política de Assistência Social, bem como as condições materiais, éticas e técnicas que circunscrevem sua atuação profissional; pontuando os aspectos particulares e pertinentes à realidade do município de Sousa-PB, como os desafios postos à materialização dos direitos sociais no cotidiano das relações sociais.

Ao serem questionadas sobre a concepção que apresentam acerca da política de Assistência Social, as assistentes sociais foram emblemáticas ao informaram que:

É uma política pública que vem desde a Constituição Federal e integra a Seguridade Social e é uma política que vem tendo avanços e ao mesmo tempo retrocessos, porque ela é uma política que está sendo muito voltada a questão dos benefícios, que a gente sabe que a política de Assistência Social trabalha com programas, projetos e benefícios. Mas ultimamente, na minha visão ela está se voltando mais a questão de benefícios (ASSISTENTE SOCIAL 02).

Assistência Social é uma das políticas que formam o tripé da Seguridade Social, que apresenta essa questão de viabilizar mesmo o mínimo social para essas famílias que estão em vulnerabilidade social. É uma política que vai tentar reverter ou pelo menos melhorar esse quadro de vulnerabilidade, tanto de pobreza quanto de conflitos familiares. É uma política que não tem uma coisa material para oferecer, como a política de Saúde que você recebe uma medicação ou a Previdência Social que você recebe um benefício, mas ela oferece oportunidade dessa família ter voz na sociedade, uma família que não tenha conhecimento de seus direitos que vá buscar seus direitos (ASSISTENTE SOCIAL 04).

A Assistência Social é uma política pública que analisa os dados dos usuários, que inclui analisar o conteúdo das informações dos usuários que necessitam dos nossos serviços, buscando garantir a proteção social daqueles que dela necessitam (ASSISTÊNCIA SOCIAL 05).

A Assistência Social é tudo isso, é esse olhar para a realidade um pouco mais apurado, ouvir a necessidade do usuário e tentar mediar diante das outras políticas uma melhor solução para garantir o direito do usuário (ASSISTENTE SOCIAL 08).

As falas acima apresentadas constatarem que as assistentes sociais, apreendem os avanços significativos que a Constituição Federal de 1988 trouxe para a política de Assistência Social ao incorporá-la ao campo da Seguridade Social. É relevante compreender essa política em sua totalidade, tendo um olhar mais apurado acerca da realidade e objetivando a garantia dos direitos sociais aos/as respectivos/as usuários/as.

Uma análise mais contundente sobre esses avanços se torna imprescindível para compreendê-la enquanto política pública em constante construção, e com isso, vislumbrar seu amadurecimento. Sposati (2009) assinala que a Constituição Federal brasileira operou mudanças significativas quando acrescentou a agenda pública e estatal afiançar os direitos

sociais e humanos, e ainda articulou uma perspectiva inovadora, à medida que a introduziu no campo da Seguridade.

A inclusão da assistência social na Seguridade Social foi uma decisão plenamente inovadora. Primeiro, por tratar esse campo como de conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado. O apoio a entidades sociais foi sempre o biombo relacional adotado pelo Estado para não quebrar a mediação religiosa posta pelo pacto Igreja- Estado. Terceiro, por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais (SPOSATI, 2009, p. 14).

A transição da Assistência Social para a esfera de política pública, afastando-se da ideia de favor, clientelismo e assistencialismo, encontra na referida Constituição Federal o reconhecimento legal pelo Estado brasileiro como sua responsabilidade. Vale destacar a promulgação da Carta Magna, e em consonância com essa promulgação o Ministério do Bem-Estar Social, acabou desligando a Assistência Social estruturalmente da política de Previdência em 1989. Contudo, apesar dos avanços apontados, o assistencialismo ainda delimitava um padrão arcaico das relações, tendo em vista, a prevalência do viés centralizador, marcado pelo assistencialismo e o nepotismo no Ministério supracitado (SILVA, MAGALHÃES, 2015).

Reconhecendo que tal afastamento com às ideias de favor, clientelismo e assistencialismo não se prefigura enquanto rompimento, um dos objetivos da Assistência Social consiste justamente na superação do ranço assistencialista fortemente presente na política de maneira geral. No município sousense as assistentes sociais pontuaram:

O povo vê a Assistência Social como apenas ajudar, mas não isso, nós temos que ajudar essas pessoas em seu empoderamento, para que elas possam lutar pelos seus direitos, suas conquistas e não ficar preso na ideia de que Assistência Social é só ajudar uns aos outros (ASSISTENTE SOCIAL 03).

A política de Assistência Social é um leque de direitos, principalmente porque no tempo que a gente vive, ainda tem gente que confunde a Assistência com caridade e fica aquele comodismo, como se qualquer um pode fazer desse jeito. A caridade todo mundo pode ter o seu lado, mas na Assistência Social você tem que mostrar seus direitos (ASSISTENTE SOCIAL 06).

Ainda tem e eu volto a bater na mesma tecla do assistencialismo, tem pessoas que procuram as instituições, com intuito de promoção do assistencialismo e não da verdadeira Assistência Social, por isso que eu digo é muito importante a gente levar para a população esse nosso posicionamento, que é o lado de defini-la como direitos da população e não como assistencialismo, e isso é o que mais me chateia na profissão, essa parte do assistencialismo. Nós não estamos aqui para fazer caridade e sim estamos para cumprir nosso trabalho ético profissional de forma correta e não fazer assistencialismo (ASSISTENTE SOCIAL 07).

Notoriamente, as assistentes sociais expressaram em breves linhas a persistência do assistencialismo, reforçando o real significado da Assistência Social, enquanto política pública estritamente ligada à esfera dos direitos sociais. Yazbek (2006) reforça que esse aspecto persiste

como um dos maiores desafios relacionados a própria concepção desta política, sendo oriundo principalmente da “ausência de parâmetros públicos no reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação” (p. 19).

É indubitável que o reconhecimento legal da Assistência Social como política pública no cenário brasileiro pode ser considerado um marco histórico na reconceitualização e redefinição dessa política. Desse processo culmina a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em dezembro de 1993.

Os avanços significativos promovidos pela promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93), que foi sancionada pelo Presidente Itamar Franco, em 07 de dezembro de 1993 e atualizada pela presidenta Dilma Rousseff, em 06 de julho de 2011, através da Lei nº 12.435, correspondem às inovações que promoveram na organização estrutural da política no país, decorrendo de um longo processo de lutas e mobilização popular, no qual se destacaram as organizações representativas e acadêmicas, dentre elas a de assistentes sociais, intelectuais das universidades, partidos de esquerdas, conselhos e sindicatos de categorias e organizações não-governamentais.

A LOAS inovou ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo, ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso a serviços sociais e com a participação da população (COUTO, 2011, p. 34).

Ademais, a LOAS ainda promoveu uma nova concepção acerca da Assistência Social atrelada ao reconhecimento do Estado que concretiza a condição de direitos, entendidos como decorrentes do processo histórico de lutas e conquistas da classe trabalhadora e não relacionado à esfera de concessões ou doações do Estado (SILVA, 2014).

A política de Assistência Social foi aos poucos se reorganizando no cenário brasileiro. Em 1998 foi aprovada a primeira Política Nacional de Assistência Social que, a princípio, apresentou-se de maneira insuficiente e paralela ao Programa Comunidade Solidária²¹, estabelecido durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse programa “caracterizou-se pelo grande apelo simbólico, com ênfase em ações pontuais, focalizadas em lastros de pobreza “e direcionadas apenas aos indigentes” (COUTO, 2011, p. 36), partindo dessa forma, pela seletividade que consistia basicamente na escolha dentre os pobres os mais pobres.

²¹ Conforme Peres (2005), esse programa foi criado pelo primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) para a condução de políticas sociais em parceria com a iniciativa privada e articuladas com a sociedade através das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Tal “inovação” tinha como propósito a superação da ordem política patrimonialista vigente no país.

Somado aos avanços anteriores, mais precisamente dez anos após a aprovação da LOAS, em dezembro de 2003, ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, em caráter extraordinário. Nela, a plenária final teve como sua mais importante deliberação a aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que prevê a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo e constitui-se na regulação em território nacional (SILVA, 2014, p. 159). Conforme Couto (2011), esta aprovação da PNAS configurou-se como uma manifestação de resistência ao ideário neoliberal à medida que se coloca na perspectiva de materialização das diretrizes da LOAS e dos princípios enumerados na Constituição Federal de 1988, entendendo a Assistência Social como uma política social inserida no sistema de proteção social brasileiro, no campo da Seguridade e com público alvo definido pela LOAS “aqueles que dela necessitarem”.

A PNAS (2004) seguiu o processo de construção e normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social²² como um sistema descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira, em que se consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de Seguridade Social no campo da Assistência Social (COUTO, 2011). Sobre esse aspecto, uma das assistentes sociais pontuou:

A política de Assistência Social ainda tem muita coisa para se andar, para ser andado, não sei nem se o termo seria esse, porque assim, hoje a gente vive num norteio do ministério. O município tem que ser norteado pelo Estado e pelo Ministério do Desenvolvimento Social, então assim, a parte burocrática tende existir por meio de todo esse norteio do MDS e do próprio Estado, o cofinanciamento, os termos de adesão, as cobranças (ASSISTENTE SOCIAL 01).

O SUAS foi implementado em 2005 pela III Conferência Nacional, e encontra-se voltado à articulação em todo território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia dos serviços, benefícios e ações da Assistência Social, de caráter permanente ou eventual, exercido por pessoas jurídicas de direito público.

Ainda no ano de 2005, tivemos a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), que objetivou a reafirmação do pacto federado, que trouxe a família para o centro da Assistência Social, configurada sob os princípios da matricialidade sociofamiliar e a territorialidade.

²² O SUAS é Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, sendo ainda um sistema composto pelo poder público e pela sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada.

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida (BRASIL, 2004, p. 40-41).

O Sistema organiza as ações da Assistência Social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios destinados a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos em decorrência de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso abusivo de drogas, entre outros aspectos.

Conforme a PNAS (2004), a Proteção Social Básica apresenta caráter preventivo e processador de inclusão social, tendo como objetivo à prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada.

A Proteção Social Básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que busca prevenir situações de vulnerabilidade e riscos através do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Como equipamento empregado, temos o CRAS.

No que se refere a Proteção Social Especial, a PNAS (2004) apreende enquanto conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitário, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos no enfrentamento das situações de violação de direitos ou até mesmo em situações nas quais os laços familiares e comunitários tenham sido rompidos. Destinado às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso abusivo de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras. Estas requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade volta-se ao atendimento de famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Estão inseridos neste nível de proteção os seguintes serviços: serviços de orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, abordagem de rua, cuidados no domicílio, serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, medidas socioeducativas, segundo a PNAS (2014). Temos o CREAS, como equipamento destinado a consolidação desta proteção social.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade destina-se a serviços de proteção integral (moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido) para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário. São eles: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) e Trabalho Protegido, conforme a PNAS (2004).

O SUAS engloba também a oferta de benefícios assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de Assistência Social ao sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso.

Essas alterações, relacionadas aos novos rumos da Assistência Social no país, revelam uma tentativa de reorganização estrutural dessa política, o que possibilita modificações culturais, na perspectiva de redefinição de ideias, conceitos e operacionalidade sobre a Assistência Social, na busca de romper com a visão do assistencialismo e a subalternidade.

Esse processo não consolidou apenas avanços, também foi perpassado por desafios. Se por um lado, os avanços institucionais apontam para o reconhecimento dos direitos sociais e possibilitam trazer para a esfera pública as desigualdades sociais que perpassam a sociedade brasileira, por outro, “a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impactos da política neoliberal coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social” (COUTO, 2011, p. 34).

Diante desses novos processos supracitados, a conjuntura social tornar-se ainda mais dramática, tendo em vista as medidas estabelecidas pelo neoliberalismo para enfrentar a crise do capital. Cabe destacar que, no campo da proteção social, tais medidas neoliberais repercutiram diretamente nos índices de pobreza, desemprego e indigência, que

consequentemente promoveram o aprofundamento das desigualdades na sociedade brasileira. Pode-se frisar alguns desafios articulados à Assistência Social brasileira.

O primeiro, encontra-se relacionado à sua efetividade na realidade concreta. Couto (2011) visualiza a incapacidade das políticas sociais interferirem no perfil de desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade burguesa, tendo em vista, a subordinação aos interesses dominantes. No caso da Assistência Social, o quadro é ainda mais grave já que esta esteve por muito tempo firmada na matriz do assistencialismo e caracterizou-se historicamente como não política, diante do Estado tornando-se marginal no conjunto das políticas públicas (SILVA, 2014). Vejamos esse desafio mediante o crivo das particularidades sensíveis.

Quando indagadas se a política de Assistência Social local tem conseguido promover a proteção social dos/as usuários/as por meio da materialização de direitos sociais, algumas afirmaram:

Sim, mas ainda tem muito a ser melhorado. Porque como eu disse anteriormente, existe um norteio e nesse norteio o município tem metas, consegue-se atingir essas metas, porém metas em números, não em qualidade (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Sim. A gente procura fazer tudo com eficiência, mantendo o sigilo profissional, caso seja necessário, trabalhando com ética acima de tudo e vendo os resultados a partir da resolução das demandas apresentados pelos usuários. É muito bom trabalhar [...] porque a gente convive muito com os usuários e percebemos que eles se sentem seguros quando a gente realiza aquela busca ativa (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Sim, eu digo que sim, [...] a gente está tentando abranger, mesmo que não seja um resultado imediato mais estamos tentando levar todas as informações e esclarecimentos à população. A gente luta dia-a-dia, sabemos que o resultado, ele é lento, mas está sendo satisfatório. Muitos dos usuários que nos procuram sejam do CRAS, CREAS ou da Casa de Acolhimento, no qual os menores são muito bem acolhidos, nós tentamos da melhor forma possível mostrar a essas pessoas o cuidado, o zelo e principalmente os direitos que possuem (ASSISTENTE SOCIAL 06).

Sim, posso afirmar, com certeza; porque assim, hoje posso citar a nossa cidade como exemplo, é uma cidade de porte médio que dispõe de 02 CRAS no momento, um CREAS que não é regional, é um CREAS do município voltado para a garantia dos direitos da população e os CRAS para garantir a proteção básica, garantir as oportunidades, ofertar os serviços destinados a população mais carente no geral. Então assim, essa parte da política voltada para a proteção social, tanto a básica, como a especial do nosso município ela está bem elencada e interligada em todos os outros setores para garantir que a população tenha acesso a esses benefícios e inclusive de alta complexidade também, que dispomos no momento da Casa Lar, com 04 crianças no momento, porém já chegou a ter 08, então assim, isso é uma grande vitória para o município (ASSISTENTE SOCIAL 07).

Diante das falas podemos visualizar alguns elementos que justificam a opinião de cada uma das profissionais. O primeiro corresponde basicamente à questão das metas que são superadas em número e não em qualidade. O segundo consiste na realização de um trabalho profissional pautado na ética e visualizando os resultados a partir da resolução das demandas, reconhecendo que esses resultados são lentos. O terceiro firma-se na organização e estruturação

da política no município. Todavia, outras assistentes sociais foram enfáticas ao esclarecerem que na realidade a Assistência Social local:

Não tem conseguido promover a proteção integral dos usuários, pelo menos até agora não... ainda não, mas estamos no caminho. Porque assim, às vezes por questões de recursos e outras vezes por não ter bons profissionais ainda, eu acho que é isso, mas nós vamos conseguir (ASSISTENTE SOCIAL 03).

A política de Assistência Social não, porque é como eu já falei ela não promove essa questão da voz ativa ao usuário, ela promove assistencialismo, por meio de programas seletivos e focalizados, por meio de ações focalizadas (ASSISTENTE SOCIAL 04).

Bem em partes, em partes. A gente enfrenta muitos desafios porque na verdade a gente tem que barganhar, a gente tem que está conquistando, mostrando todo momento que é necessário. Existe os entraves que são justamente uma necessidade gritante e não tem como conseguir modificar a realidade e por si só o usuário não tem como se autopromover e precisa realmente da ajuda do município, dos outros setores e das políticas (ASSISTENTE SOCIAL 08).

As falas ressaltam que por questões de recursos financeiros, falta de profissionais qualificados, programas seletivos e ações focalizadas à política de Assistência Social local não tem conseguido promover integralmente a proteção social dos/as usuários/as. Reconhecem que são muitos os desafios enfrentados, sendo necessário burla-los e continuar conquistando espaço e garantindo direitos.

Sabemos que a década de 1990 propiciou novos rumos para a Assistência Social, em que “observou-se que dentre as três políticas públicas consecutivas da Seguridade Social, a Assistência Social foi tomando a centralidade à medida que a Previdência e a Saúde passaram a ter um viés mercadológico” (SILVA, MAGALHÃES, 2015, p. 05).

Tal centralidade afirmada por Couto (2011), encontra-se ligada às dificuldades e restrições aos acessos através de planos privados empregados pela Previdência e pela Saúde, fator esse que tem promovido a centralidade da Assistência Social que se encontra atrelada a perspectiva de direito, sendo desmercadorizado, como assinala Pereira (2002),

a política de seguridade social que visa, de forma gratuita e desmercadorizada, contribuir para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população pobre mediante três procedimentos básicos: a) provimento público de benefícios e serviços básicos como direito de todos; b) inclusão no circuito de bens, serviços e direitos de segmentos sociais situados à margem desses frutos do progresso; c) manutenção da inclusão supracitada e estímulo ao acesso a patamares mais elevados de vida e de cidadania, mediante o desenvolvimento de ações integradas no âmbito das políticas públicas (p. 226).

Dentre os três procedimentos básicos acerca da Seguridade Social apontados acima, evidenciamos o relativo ao estímulo e acesso a patamares mais elevados de vida e de cidadania, mediante o desenvolvimento de ações integradas no âmbito das políticas públicas. Nessa

direção, questionadas sobre como avaliam a questão da intersectorialidade²³ entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social no município de Sousa-PB, elas afirmaram:

Não, não existe! Aqui assim, esse tripé existe nas necessidades bem básicas, uma marcação de uma consulta e não existe um trabalho continuado, um trabalho de resultados, isso é uma dificuldade que a gente tem, porque os profissionais mudam, existe um giro grande de profissionais, quando existe esse giro, não existe uma sequência do trabalho. Esses trabalhos sempre são cortados, cada profissional pensa de um jeito e não existe essa continuidade (ASSISTENTE SOCIAL 01).

É a questão da rede, como a gente sempre fala, que a rede é furada, mas até que em alguns espaços, alguns momentos essa rede funciona um pouco, não vou dizer que ela funciona efetivamente, por isso dizemos que é furada nos nossos discursos. É mais assim, questões básicas mesmo (ASSISTENTE SOCIAL 02).

Contraditoriamente, outras assistentes sociais reforçaram que existe uma conexão positiva entre as políticas de Saúde e Assistência Social no município de Sousa-PB:

Com a Saúde sim, com a Previdência ainda não. Porque às vezes como em muitos casos que a gente faz um encaminhamento ou um relatório e manda para a Previdência de um caso que a gente está acompanhando e simplesmente descartam. Com a Saúde a gente trabalha muito bem, em forma de parceria com a Saúde e a Educação (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Entre a Assistência e a Saúde sim, mas entre Assistência e Previdência não, porque o INSS é aquela autarquia que está lá em cima e nem sempre eles mantêm assim esse contato direto com a gente, eu mesmo não visualizo essa conexão entre Assistência e Previdência. A saúde e a Assistência sempre trabalham juntas, a gente tenta trabalhar articulado promovendo ações conjuntas (ASSISTENTE SOCIAL 04).

A gente percebe que falta muito a ser alcançado, porém a gente tem conseguido ter um bom acesso as políticas de Saúde e Educação, já a Previdência é meio complicado (ASSISTENTE SOCIAL 08).

Partindo das falas apresentadas, podemos perceber que a intersectorialidade, no campo das políticas públicas, em especial no tripé da Seguridade Social, é imprescindível para o alcance da concretização da proteção social propostas por estas políticas, tendo em vista o reconhecimento da complexidade dos problemas sociais, os quais ultrapassam a alçada de um só setor.

O processo de implementação da Seguridade Social esbarra em obstáculos de ordem política e econômica que dificultam a promessa integradora proposta. Ademais, observa-se que o modelo descentralizado, sob a qual operam as políticas sociais, em especial a de saúde e assistência social, recoloca a necessidade de sinergia intersectorial para enfrentar a complexidade dos problemas sociais. (MONNERAT, SOUZA, p. 41, 2011).

²³ De acordo com Couto, Raichelis e Yazbek (2011, p. 39), a intersectorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais.

Um dos desafios que perpassam as políticas sociais é justamente utilizar a intersetorialidade como estratégia política gerencial capaz de promover respostas eficazes a diversos problemas sociais. Outras assistentes sociais constataram que:

Essa parceria tem gerado vários benefícios para a população. Nesse ano de gestão que tive a oportunidade de participar quando fui coordenadora do CRAS, a gente visualizava muitas parcerias como com os CAPS, com a Secretaria de Saúde, a gente tem uma parceria com a educação, nós inclusive já conseguimos realizar vários projetos com essa parceria, inclusive o Programa Bolsa Família para funcionar de forma correta, temos que ter essa parceria, através do controle que o município tem com as gestantes e o acompanhamento que é feito pelos PSFs. Com a Previdência a gente tem a questão do CadÚnico que através dele as pessoas fazem seus cadastros para receber todos os benefícios sociais, a gente também tem essa parte com a previdência, inclusive o acompanhamento dos usuários que recebem o BPC (ASSISTENTE SOCIAL 07).

É difícil mais a gente está conseguindo em relação a intersetorialidade. As vezes há um impasse, a gente enfrenta várias dificuldades, mas a gente tenta trazer essa questão da intersetorialidade em forma de conjunto, buscando integrar essas pessoas que estão no comando de cada equipamento para que a gente possa se aliar, então a gente faz palestras, fóruns, visitas, reuniões com cada setor para que a gente possa interagir cada vez mais e de forma unificada (ASSISTENTE SOCIAL 06).

É contundente que, mesmo perpassada por fragilidades essa parceria entre as políticas sociais, é primordial para a materialização dos direitos sociais, tendo em vista que à medida em que as diretrizes da intersetorialidade começam a ser utilizadas. Consequentemente é ampliada a capacidade de intervenção acerca de uma mesma situação, de modo a reduzir as resistências instauradas nas dimensões referentes “a) a uma mesma área política, b) entre diferentes áreas de políticas setoriais, c) entre os diferentes níveis federativos e d) diferentes níveis de governo” (Bidarra, 2009, p. 490) resultando em um atendimento integral das necessidades dos/as usuários/as das políticas públicas.

O segundo desafio identificado por Sposati (2009) consiste em especificar a área de atuação da Assistência Social rompendo com a hegemônica concepção de que é uma política de atenção aos pobres, aos necessitados sociais, aos frágeis e carentes. Esse modo de enxergar a Assistência Social, “aparta um segmento da população, recorta os cidadãos por níveis de renda e separa aquelas de baixa renda confinando-os em um aparato específico, como se suas necessidades fossem diversas daquelas dos cidadãos brasileiros” (p. 14).

Esse desafio tem proporcionado um equívoco em atribuir à Assistência Social tarefas que não lhe cabem, assim como situá-la como “solução para combater à pobreza e nela imprimir o selo do enfrentamento moral “da desigualdade” (MOTA, 2006, p. 08). O terceiro e último desafio relacionado à Assistência Social consiste na participação dos(as) usuários(as) na formulação, gestão da política socioassistencial, tendo em vista a pouca participação dos/as mesmos/as na construção da política acima supracitada.

Sumariamente pontuados alguns dos avanços e os respectivos desafios que perpassam a construção da Assistência Social no Brasil, identificam-se elementos visualizados no interior dessa política que afetam diretamente o trabalho profissional dos/as assistentes sociais inseridos nesse ambiente constitucional. Tais desafios se convertem em verdadeiros entraves para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

A relação intrínseca existente entre a política de Assistência Social e as diversas expressões da “questão social” materializadas no cotidiano da vida social de seus usuários/as, fomentam a importância da atuação do/a assistente social nessa área, tendo em vista o direcionamento político que orienta a categoria profissional e pode repercutir no fortalecimento do controle social, mediante a participação popular na construção da política pública acima supracitada.

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes sócioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos (CFESS, 2011, p. 19).

Quando questionadas sobre a relevância do seu trabalho profissional no âmbito da política de Assistência Social, as assistentes sociais destacaram:

Eu acho que a função do assistente social vem historicamente determinado das lutas, principalmente no âmbito da Assistência Social e o profissional é extremamente importante nessa questão da viabilização dos direitos sociais dos usuários e da classe trabalhadora no geral (ASSISTENTE SOCIAL 02).

Sem desmerecer os demais profissionais, o assistente social é primordial na política de Assistência Social, principalmente porque é o profissional que conhece essa política de verdade, então é aquele que tenta seguir os passos da política através daquilo que está no papel pela Lei Orgânica da Assistência Social, assim vai tentar viabilizar direitos e tentar fugir dessa questão do assistencialismo, porque é um dos problemas piores daqui (ASSISTENTE SOCIAL 04).

É muito importante nosso trabalho de articular, compreender, essa questão de escuta e de orientação voltado aos usuários é muito importante até para fazer os devidos encaminhamentos de acordo com cada caso (ASSISTENTE SOCIAL 08).

É de uma importância extrema, porque nós somos os mediadores de controlar todas as situações. Por exemplo, venho agora de um evento que no período em que as pessoas estão sendo atendidas no programa bolsa família é aquele tumulto, cada um que quer reivindicar seus direitos ou que quer saber o motivo que está ali e querem ser atendidos de imediato, por isso que diariamente a gente faz palestras educativas informando os usuários sobre os seus direitos e deveres, principalmente quando eles estão ansiosos demais e querem ser atendidos de imediato, então a gente tenta acalmar esses ânimos realizando palestras educativas à respeito do programa ao qual eles estão sendo assistidos ali (ASSISTENTE SOCIAL 06).

Essas falas condessam a relevância do trabalho profissional do/a assistente social na viabilização dos direitos sociais. Como preconiza o Código de Ética profissional que estabelece como princípio fundamental à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora, enquanto forma de ampliação e consolidação da cidadania.

Algumas profissionais ressaltaram que o/a assistente social é aquele que realmente conhece o desenrolar dessa política no papel e tenta efetivá-la. Pontuaram a importância da intervenção profissional dos/as assistentes sociais nesse espaço socioinstitucional enquanto mediadores de tensões, que devem promover ações articuladas e apreender a realidade social em suas múltiplas dimensões, tendo em vista que “as singularidades de cada situação, deverão orientar a decisão conjunta, com cada família/indivíduo, das metodologias a serem utilizadas no trabalho social especializado, para a adoção das estratégias mais adequadas em cada caso” (MEDEIROS, 2011, p. 01).

A intervenção dos/as assistentes sociais deve-se pautar em uma visão totalizante que o permita apreender os processos determinantes, sejam eles sócio-econômicos ou culturais, tendo em vista, que as demandas institucionais se apresentam à ação profissional como “aparências que precisam ser dissolvidas para que surjam mediações ontológicas²⁴” (PONTES, 2006, p. 45), principalmente no âmbito da política de Assistência Social em que as práticas conservadoras vem se mostrando presentes nas respostas dadas às demandas de maneira individualizada, fragmentada do todo, como se fossem problemas individuais que se esgotam em si mesmo.

Em relação às competências dos/as assistentes sociais no âmbito da política de Assistência Social, vale ressaltar a dimensão de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais. Conforme aponta o CFESS (2011), esta dimensão apresenta como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal. A efetivação dessa dimensão pode desembocar em ações estratégicas capazes de contribuir na viabilização da

participação dos/as usuários/as no processo de elaboração e avaliação do plano de Assistência Social; prestar assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada à política de Assistência Social e acesso aos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; - estimular a organização coletiva e orientar/as os usuários/as e trabalhadores/as da política de Assistência Social a constituir entidades representativas; - instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação; - assessorar os movimentos sociais na

²⁴ Conforme Pontes (2011) a categoria da mediação na teoria Marxiana engloba a dimensão ontológica, tendo em vista, que é uma categoria que deve encontrar-se presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito.

perspectiva de identificação de demandas, fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos (CFESS, 2011, p. 21-22).

Embora haja muitos entraves ligados à esfera das condições éticas, técnicas e materiais, mediante os limites institucionais e estruturais que permeiam a sociedade capitalista, a objetivação do trabalho destes/as profissionais em seu respectivo campo de atuação, deve se pautar na materialização de uma política de Assistência Social como direito da população e dever do Estado, seguindo seus princípios e suas normatizações na perspectiva da universalização dos direitos sociais.

Reconhecendo a interferência desses entraves na atuação profissional dos/as assistentes sociais, a pesquisa revelou como necessário questionar se a instituição de trabalho, na qual, as assistentes sociais se encontram inseridas dispõe de condições éticas e técnicas previstas pela resolução do CFESS de nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, adequadas para o desenvolvimento de seu trabalho profissional. Dentre as respostas obtidas, encontramos posicionamentos diferentes, algumas assistentes sociais afirmaram:

A instituição dispõe de condições materiais, éticas e políticas necessárias para a realização do meu trabalho profissional. Nós temos disponíveis o carro, quando precisamos fazer visitas, caso a gente precise de um atendimento individual temos uma sala para atendimento dos usuários (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Até agora a gente não tem do que reclamar. A gente tem carro disponível, a gente tem espaço adequado para receber, para atender o usuário da melhor forma possível. Até agora não tive nenhum impedimento em relação aos obstáculos que tenho enfrentado, graças à boa gestão que a gente está vendo aqui na Secretaria de Assistência Social de Sousa. Nós temos a sala para atender os usuários, temos toda a liberdade e privacidade também de ter esse diálogo com eles (ASSISTENTE SOCIAL 06).

Sim, inclusive posso afirmar que no sentido de precarização dos vínculos trabalhistas, a gente está tendo a oportunidade de trabalhar em um ambiente adequado, com materiais necessários, com intersectorialidade toda interligada e assim, nós estamos conseguindo desenvolver vários projetos, inclusive em parceria com o CRAS, CREAS, Serviços de Convivência no geral, então no meu ver estamos conseguindo trabalhar de uma forma maravilhosa (ASSISTENTE SOCIAL 07).

Se analisadas de maneira equivocada, as informações acima podem acabar construindo uma ilusória apreensão das reais condições éticas, técnicas e materiais que circunscrevem a atuação profissional das assistentes sociais inseridas na política de Assistência Social no município de Sousa, à medida que enaltecem um ambiente institucional desprovido de qualquer dificuldade e repleto de qualidades. Isso acontece porque,

é uma luta que a gente vem batalhando a muito tempo, então assim, é como se infelizmente a gente já tivesse se acostumado as dificuldades, as necessidades, a gente tenta burlar isso e trabalhar (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Aos poucos os limites institucionais foram emergindo nas falas de algumas assistentes sociais que destacaram:

Assim é meio termo também, às vezes a gente tem o carro mas não tem o motorista, muitas vezes eu ou a psicóloga [...] precisamos ser a motorista também do carro. Então assim, oferece bem pouco e eu acho também que em relação a isso, falta uma presença maior dos CRESS, fiscalizando o exercício profissional. No Guia dos CRAS, não existe uma sala específica para o assistente social, existe uma sala de atendimento, então temos essa sala e sempre que preciso de uma intervenção reservada eu peço só para mim (ASSISTENTE SOCIAL 02).

Nós temos acesso ao transporte quando precisamos, mas realmente o que falta são materiais, assim como recursos financeiros. A instituição disponibiliza uma sala de atendimento para o atendimento individual com os usuários, caso a gente precise (ASSISTENTE SOCIAL 03).

O espaço institucional é bom, a gente tem uma sala só para a equipe técnica, mas não temos uma sala, por exemplo para escuta profissional e/ou uma conversa só do assistente social com aquele usuário ou só do psicólogo com aquele usuário. O todo desta instituição é muito bom em relação ao espaço, mas por outro lado a gente não tem um computador para trabalhar, o material é escasso, porque a gente quase não tem material, falta carro de vez em quando e torna difícil essa questão do acompanhamento familiar, porque nem toda família vem e a gente tem que ir buscar essa família. Essas questões que acabam dificultando o trabalho profissional no dia-a-dia (ASSISTENTE SOCIAL 04).

Sinteticamente estas assistentes sociais apontaram, como principais entraves relacionados ao desenvolvimento do seu trabalho profissional dentro das respectivas instituições que atuam: a) falta de carro ou motorista para realização de visitas domiciliares; b) falta de materiais, equipamentos e recursos financeiros; c) ausência de uma sala destinada apenas para abordagens individuais ou coletivas entre o/a assistente social e o/a usuário/a; d) uma certa omissão por parte do CRESS na fiscalizando do exercício profissional. Vejamos o que estabelece a resolução do CFESS de nº 493/ 2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do/a assistente social.

Em seu artigo primeiro ressalta que é condição essencial e obrigatória para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário/a do Serviço Social a existência de espaço físico nas condições estabelecidas por esta resolução. No artigo segundo, revela que o local de atendimento destinado ao/a assistente social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas. Caso seja necessário efetuar um atendimento com portas fechadas para garantir o sigilo, à instituição deve disponibilizar uma sala de atendimento. Em seu artigo sexto, esclarece que a fiscalização das condições éticas e técnicas é uma das atribuições dos Conselhos Regionais de Serviço Social, através de seus Conselheiros e/ou agentes fiscais, bem como em outros instrumentos normativos expedidos pelo CFESS, em relação aos assistentes sociais e pessoas jurídicas que prestam serviços sociais.

Sumariamente apontados os avanços e os respectivos desafios vislumbrados no exercício profissional do/a assistente social inserido/a no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB, a pesquisa chega ao seu ponto fulcral e no próximo tópico

apontaremos as concepções das assistentes sobre o projeto ético-político do Serviço Social, bem como os desafios postos à sua materialização e as estratégias profissionais oriundas desse processo.

3.3 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: desafios e estratégias profissionais no exercício efetivo da profissão

Esse processo investigativo partiu do seguinte questionamento: Como os/as assistentes sociais compreendem e materializam a dimensão ético-política no cotidiano do seu trabalho profissional inseridos/as no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB? Todas as análises tecidas anteriormente se tornaram basilares no processo de apreensão da realidade e dos dados levantados nesta pesquisa, através da realização de entrevistas. Apresentaremos, a seguir, os resultados pertinentes à elucidação da questão-chave do respectivo estudo.

Ao serem indagadas sobre a concepção que tecem em relação ao projeto ético-político do Serviço Social, as assistentes sociais aludiram:

É o projeto que norteia a atuação do assistente social, através das suas Diretrizes Curriculares, do Código de Ética e da Lei que regulamenta a profissão. Ele quem vai direcionar o profissional para ter uma atuação crítica e comprometida com a classe trabalhadora, com os usuários (ASSISTENTE SOCIAL 02).

O projeto é o que direciona o fazer profissional, o conjunto de leis, o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares, aquilo que de fato vai direcionar o nosso fazer profissional para que a gente contribua com uma intervenção crítica para a viabilização de direitos. E também nessa questão de promover a emancipação humana que vai para além do capital, que vai além do nosso trabalho cotidiano (ASSISTENTE SOCIAL 04).

O projeto ético-político do Serviço Social é o nosso compromisso, como a própria palavra já diz, compromisso ético com a população no geral, com intuito de realizar o nosso trabalho de forma correta, deixar a questão da sensibilidade um pouco de lado, tentar ter aquele controle máximo do nosso emocional para tentar inserir o usuário na política de maneira correta e em todos os sentidos, inclusive na área de Saúde, educação, a gente tentar ter esse olhar ético, trabalhando com ética para levar a política da melhor forma possível para a população (ASSISTENTE SOCIAL 07).

Entendo como compromisso com os usuários, com a garantia de direitos, atenção e orientação para a nossa atuação profissional no cotidiano do nosso trabalho (ASSISTENTE SOCIAL 08).

As falas revelam que apesar de demonstrarem um relativo conhecimento acerca do projeto ético-político do Serviço Social à medida que ressaltaram alguns dos seus principais componentes, quais sejam: O Código de Ética profissional; as Diretrizes Curriculares e a Lei

que Regulamenta a Profissão. Essas profissionais apreendem esse projeto como algo abstrato, distante delas; imprimindo contornos de externalidade, mediante a dimensão intangível que assume em suas compreensões.

Outro aspecto que merece destaque, corresponde ao reconhecimento desse projeto profissional, enquanto norteador do trabalho do/a assistente social, imprimindo uma intervenção crítica, pautada no compromisso com a classe trabalhadora na viabilização dos direitos sociais. Teixeira e Braz (2009) esclarecem que apesar da prática profissional do/a assistente social não se constituir como práxis produtiva, efetivando-se no conjunto das relações sociais, nela se imprime uma determinada direção social por meio das diversas ações profissionais, “balizadas pelo projeto profissional que a norteia” (p. 23). Vale ressaltar que, se tratando da concepção de Projeto ético-político do Serviço Social, outras assistentes sociais destacaram a importância de conhecer esse projeto profissional ao afirmarem:

Esse projeto ético-político é uma construção histórica constante em torno de implicações éticas na profissão. Esse projeto é exposto em disciplinas de ética e Serviço Social, caso não esteja equivocada. A importância de conhecer esse projeto está justamente na questão de ser um projeto societário que busca uma nova ordem social (ASSISTENTE SOCIAL 05).

O projeto ético ele envolve toda a estrutura da sua formatura em si, todo o seu trabalho tem que está direcionado com a ética profissional, você tem que está nesse segmento. Se você não vai nessa linha ética e política da profissão de Serviço Social, você não vai ser um bom profissional, você estará totalmente fora de todo um contexto do trabalho do assistente social (ASSISTENTE SOCIAL 06).

A relevância dessa apreensão acerca do projeto profissional do Serviço Social enquanto construção histórica expressa nas falas das entrevistadas, pode ser associada à inserção do/a assistente social no contexto das relações sociais permeadas por conflitos e contradições que faz deste um ator essencialmente político. E como advertem: se o profissional não seguir essa linha ética e política da profissão, conseqüentemente, não vai ser um bom profissional. É nítido que o conhecimento acerca desse projeto profissional independe das possibilidades para a sua operacionalização no cotidiano do exercício profissional, tendo em vista, que:

Esse projeto ético-político eu acho tudo muito bonito, muito teórico, muito pensamento, muitas lutas sociais, mas que na nossa realidade pôr em prática, a gente coloca muito pouco (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Esse projeto é um norte que a gente tem que seguir as diretrizes, os direitos, as lutas, nossas conquistas, mas que na prática não vemos muito isso, porque é um campo restrito do nosso curso – que é o Serviço Social (ASSISTENTE SOCIAL 03).

O conhecimento do projeto ético-político do Serviço Social não é uma garantia para efetivá-lo no cotidiano do trabalho profissional do/a assistente social. Logo apreendemos que

sua materialização se encontra perpassada por desafios. E questionadas se realmente conseguem materializá-lo no seu exercício profissional as assistentes sociais informaram:

Pouco, muito pouco. E só consigo, porque assim, eu sou uma profissional que procura a solução, eu não sou aquela profissional que a demanda chega para mim e eu levo em conta a questão burocrática para resolver, eu não! Eu vou para o lado prático e tento resolver e se eu absorver a causa, a causa é minha e só saio quando resolvo. Mesmo pouco, mais eu consigo materializar, porque eu tenho meus princípios, embora a gente tenha estudado em outros tempos (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Mais ou menos. A gente tenta, mas assim, a gente sabe que o profissional pode aceitar ou não trabalhar através do projeto ético-político do Serviço Social, e assim a gente que tem esse conhecimento do que é para ser trabalhado e de que deve ser efetivado na nossa realidade, só que infelizmente a gente encontra muitas barreiras no nosso cotidiano que por muitas vezes a gente não consegue atuar de uma forma ética e correta (ASSISTENTE SOCIAL 02).

Consigo efetivá-lo mais ou menos. Assim quando a gente não consegue é porque depende de outros meios. Nós vamos atrás das políticas sociais de Saúde, Educação até conseguirmos alguma coisa. As vezes não está só na nossa capacidade de atuação, não depende apenas de nós enquanto profissionais, mas podemos encaminhar para os devidos serviços (ASSISTENTE SOCIAL 03).

É bastante difícil, mas a gente tenta. Eu consigo efetivá-lo mais ou menos, em alguns casos sim e em outros não (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Tais falas expressam os entraves postos à materialização do projeto profissional. Sua efetivação é posta enquanto aceitação do/a assistente social de colocá-lo ou não em prática, através do seu trabalho profissional. No entanto, “o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional supõe um pacto entre seus membros: uma espécie de acordo sobre aqueles aspectos que, no projeto, são imperativos e aqueles que são indicativos (NETTO, 1999, p. 07). No caso do Serviço Social, temos o Código de Ética do/a assistente social como componente imperativo do exercício profissional, tornando obrigatório para a categoria o cumprimento de seus princípios e valores éticos.

Semelhantemente todas as assistentes sociais desse bloco de análise responderam que materializam o projeto ético-político do Serviço Social, mediante seu esforço profissional e subjetivo no momento de sua intervenção. O problema reside principalmente nos desafios decorrentes do exercício profissional que fazem com que essas profissionais não consigam efetivar o projeto em sua integralidade, somente em meio termo. Entretanto,

mesmo diante das adversidades (e até mesmo contra elas!) é que devemos reafirmar nosso projeto ético-político, pois ele fornece os insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria. Parece óbvio que a realidade atual não nos é favorável, e para isso precisamos enfrenta-la com competência profissional e conscientes do significado político-profissional de nossa atuação (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 30).

Outras assistentes sociais apresentaram argumentos diferente das anteriores e quando questionadas se conseguiam efetivar o projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano de seu trabalho profissional, obtivemos as seguintes respostas:

Sim, eu consigo efetivá-lo. É claro que há uns entraves, vindos principalmente da instituição, a gente tenta efetivar esse projeto ético-político principalmente em relação a questão do Código de Ética que a gente tenta sempre aplicar no nosso cotidiano, no nosso fazer profissional, mas assim, por parte das instituições existe muitas barreiras que a gente acaba às vezes fugindo dessa questão ético-política do Serviço Social (ASSISTENTE SOCIAL 04).

Sim, a gente tem toda essa liberdade para realizar um trabalho ético dentro da área de Assistência Social. Procuro sempre da melhor forma possível e impossível também da gente conseguir efetivar essa parte ética e política no nosso trabalho profissional (ASSISTENTE SOCIAL 06).

Sim, a gente consegue sim efetivá-lo no nosso trabalho, dando prioridade aos casos recebidos, trabalhando com ética, com compromisso tentando resguardar e assegurar os direitos e principalmente deixando claro o nosso direcionamento político em relação a estrutura dessa sociedade de classes (ASSISTENTE SOCIAL 08).

Todas as assistentes sociais desse bloco foram categóricas ao afirmaram que conseguem materializar o projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano do exercício profissional. O ponto que chama atenção nestas falas consiste nos meios empregados para responder as demandas profissionais. Se analisarmos podemos perceber com nitidez outros recursos para além do esforço pessoal em cada caso. Os encaminhamentos, os pareceres sociais, as ações profissionais articuladas foram pontuadas pelas entrevistadas, como meios para materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

As falas expressam ainda, a relevância de uma atuação profissional pautada no compromisso ético e político com os/as usuários/as, por meio da viabilização de direitos; deixando bem claro o nosso posicionamento em relação à ordem vigente, exigindo do/a profissional de Serviço Social,

uma análise crítica e teoricamente fundamentada do trabalho realizado na trama de interesses sociais que o polarizam; da construção de estratégias coletivas, articuladas às forças sociais progressistas, que permitam potencializar caminhos que reforcem os direitos nos diversos espaços ocupacionais em que atuamos: na saúde, na previdência e assistência social nas diversas instâncias do poder executivo; no poder judiciário, nas organizações empresariais etc. assim, a perspectiva que move a ação não é a mera reiteração do instituído, mas o impulso ao protagonismo políticos dos sujeitos na articulação e defesa de suas necessidades e interesses coletivos na cena pública (IAMAMOTO, 2009, p. 13).

A autora adverte-nos sobre a importância dos/as assistentes sociais apropriarem-se da trama de interesses que perpassam o seu trabalho, bem como o fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora. É indispensável que o/a profissional, independente da política a qual

atua, possua competências teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas para criar estratégias em prol dos interesses dos/as usuários/as que constituem o seu público alvo.

Partindo do pressuposto de que a construção dessas estratégias coletivas e articuladas são capazes de potencializar a materialização dos direitos sociais nos mais diversos espaços ocupacionais que atuam os/as assistentes sociais, funcionando como um verdadeiro impulso para o protagonismo político dos sujeitos na defesa de seus interesses na cena pública, que a pesquisa questionou quais estratégias essas profissionais utilizam na efetivação do seu projeto profissional. Dentre as falas, podemos destacar:

Eu consigo pela questão pessoal, uma decisão minha de tentar resolver, assim eu não vou entrar no citar casos e situações, porque acredito que não é o momento, mas assim eu acredito que toda profissão, toda profissional tem seus princípios, princípios éticos e políticos que norteiam a categoria e a gente tem como aplicar, mesmo com todas as dificuldades à nossa frente. Então assim, quem tem que se responsabilizar é o profissional que recebe a demanda, o início e o meio e o final, e eu sou da profissional que gosta de ver o final, o caso resolvido. É tanto que me chamam de resolutiva, porque se não tiver pelo meio burocrático eu vou por outro meio, mas tento resolver, esse é o meu princípio (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Através da própria atuação profissional, tendo um olhar mais crítico diante da realidade que a gente vivência (ASSISTENTE SOCIAL 02).

As estratégias mencionadas se restringem a questão pessoal das profissionais à medida que se esforçam para responder as demandas apresentadas pelos/as usuários/as, a partir de uma análise crítica acerca da realidade social. O compromisso ético e político com a classe trabalhadora estabelece que a intervenção profissional do/a assistente social deve ser pautada em ações para além do esforço pessoal. Ao atribuir todas as resolutividades ou não ao nosso esforço e dedicação a cada caso, corremos o sério risco de desenvolver posturas messiânicas. Conforme esclarece Iamamoto (2013), essas posturas se referem à atribuições à profissão de Serviço Social como se esta tivesse um papel “heroico”, como se pudesse resolver todas as problemáticas sociais.

Aos poucos vão emergindo nas falas das entrevistadas estratégias capazes de promover a consolidação de direitos no âmbito da política de Assistência Social no município sousense à medida que informaram:

Diariamente, procuro está de acordo com o Código de Ética principalmente na questão de viabilizar direitos aos usuários através de um acompanhamento contínuo dessa família e encaminhamentos, sempre buscando viabilizar esses direitos (ASSISTENTE SOCIAL 04).

Buscando atender as necessidades das pessoas mais carentes, procurando socializar eles sobre os projetos, os programas e os benefícios que venham a ter acesso, buscando informá-los sobre seus direitos (ASSISTENTE SOCIAL 05).

As estratégias estão relacionadas aos atendimentos, acolhimento, orientação e acompanhamentos dos casos com criticidade, a realização de algumas visitas para

analisar as situações que nos são apresentadas no cotidiano de forma mais abrangente, são mais ou menos isso (ASSISTENTE SOCIAL 08).

Como apontaram acima, estas profissionais apresentam as seguintes estratégias: o direcionamento do Código de Ética do/a assistente social no exercício profissional; a relevância da socialização de informações no processo de empoderamento dos/as usuários/as, por meio do conhecimento dos direitos que estes possuem; a intersetorialidade enquanto parceria positiva na materialização dos direitos sociais e a realização de atendimentos, visitas domiciliares, acompanhamentos, encaminhamentos e pareceres sociais baseados na criticidade e no direcionamento ético-político da profissão.

Em poucas linhas essas profissionais trazem à tona alguns dos instrumentos técnicos-operativos do Serviço Social, que segundo Martinelli (1994) são um “conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional” (p. 137). A autora revela ainda que o uso desses instrumentais técnico-operativos pode ser visto como uma estratégia para a realização de uma ação no cotidiano do trabalho profissional, haja vista que o instrumental e a técnica estão relacionados em uma unidade dialética, refletindo o uso criativo do instrumental com o uso da habilidade técnica.

É pertinente destacar que a instrumentalidade no Serviço Social pode “parecer ser algo referente ao uso daqueles instrumentos necessários ao agir profissional, através dos quais os assistentes sociais podem efetivamente objetivar suas finalidades em resultados profissionais propriamente ditos” (GUERRA, 2007, p. 01). Entretanto, “a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais” (idem, p. 02).

Ainda em relação as falas apresentadas anteriormente, ao revelar que busca atender as necessidades das pessoas mais carentes, uma das assistentes sociais acaba afastando sua intervenção profissional da perspectiva de direitos sociais, fomentando uma,

visão conservadora, liberal e neossocial-liberal, a assistência social é transversal, porque está dedicada a possibilidades de acessos materiais que não estão disponíveis no mercado aos convencidamente pobres, com explícita demonstração de sua precariedade. Confrontar essa maneira de ver, significa adotar a concepção de que assistência social é uma política que atende determinadas necessidades de proteção social e, é portanto, o campo em que se efetivam as seguranças sociais como direitos (SPOSATI, 2009, p. 15).

Seguindo a mesma perspectiva de análise, inquirimos as profissionais sobre os principais desafios postos à materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano de seu trabalho profissional. Assim, destacaram:

Os desafios maiores que eu encontro é que a gente trabalha com pessoas que ficam acima da gente, que manda mais do que a gente, que não conhece a política, que não sabe o desenrolar da política, que não tem o entendimento da garantia de direitos das pessoas e quando a gente chega com princípios, com fundamentos, essas pessoas ainda querem questionar e a maior dificuldade que a gente tem é que a pessoa que está na ponta para tomar a decisão, nem sempre tem conhecimento da política, esse é o maior desafio. A gente entra como uma profissional e termina subordinada a outra pessoa que a gente acaba tendo que capacitar (ASSISTENTE SOCIAL 01).

A questão das dificuldades diárias em relação à materialização do projeto ético-político dizem mais respeito a questão política do Serviço Social. Essa atuação política que eu acho que é bem complicada no Serviço Social, principalmente quando se trata de Conselhos de exercer Conselhos de participação, porque a gente sabe que os conselhos, em sua grande maioria não tem efetividade, apenas no papel. Assim das maiores dificuldades é essa, a questão política do Serviço Social dentro da instituição (ASSISTENTE SOCIAL 02).

Aqui no nosso município a questão da intersetorialidade, porque não depende só da gente, nós temos que ir atrás de encaminhamentos das pessoas. No caso daqui, a gente encaminha muito para área de Saúde, as vezes eu vou pessoalmente com a pessoa, pego o carro e a gente vai. Mas nem tudo dá para gente fazer, porque não depende apenas de mim (ASSISTENTE SOCIAL 03).

São mais relacionados a essa questão institucional mesmo, principalmente porque geralmente no trabalho em municípios a questão política sempre acaba refletindo na ação do profissional de Serviço Social ou qualquer outro profissional daqui, porque se for para fazer as coisas de acordo com a política nem sempre ela acontece, isso acaba refletindo no nosso projeto ético-político também através do nosso fazer profissional cotidiano. E também as barreiras institucionais, o trabalho em rede que não acontece, acho que esses são os principais desafios (ASSISTENTE SOCIAL 04).

As assistentes sociais ressaltam como principais desafios: a subalternidade profissional do/a assistente social e o desconhecimento da política de Assistência Social por parte dos gestores. A subalternidade diz respeito à ausência “de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção” (ALMEIDA, 1990, p. 35), nesta direção, uma das profissionais esclarece que o poder da decisão se encontra nas mãos de profissionais que se quer conhecem as diretrizes que norteiam esta política, tampouco a relevância da garantia de direitos sociais na sociedade contemporânea.

Seguindo o mesmo prisma de análise, outro desafio pontuado corresponde a questão política do Serviço Social dentro da instituição, haja vista que “o sentido político-social do Serviço Social supõe ir além da máscara social através da qual essa prática se apresenta na superfície da vida social” (IAMAMOTO, 2013, p. 142).

Acrescidos aos desafios anteriores, a intersetorialidade entre as políticas sociais no município; as condições objetivas²⁵ do exercício profissional; questões políticas e a dificuldade

²⁵“São aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho” (GUERRA, 2007, p. 01).

de formação de uma rede articulada. Tais desafios impactam na resolutividade das demandas que são apresentadas no cotidiano do trabalho profissional destas assistentes sociais, tendo em vista que a referida política não funciona de forma insular, sendo, portanto, indispensável a articulação entre os serviços, benefícios e programas.

Um traço pertinente relacionado aos desafios postos à materialização do projeto ético-político do Serviço Social consiste nas falas análogas de três das entrevistadas, que afirmaram:

Existe muita incompreensão por parte da população, principalmente daqueles que não querem se encaixar dentro dos critérios da legislação, como por exemplo, em um parecer que a gente vai dar, caso a gente faça um parecer contraditório, eles querem ficar batendo nessa tecla o tempo todo, questionando o porquê, por isso a gente mostra sempre os direitos e os deveres que cada um possui, tudo dentro da lei (ASSISTENTE SOCIAL 06).

O principal desafio no meu ponto de vista é conscientizar a população que a Assistência não é assistencialismo, buscando conscientizar a população sobre seus direitos mas também dos seus deveres, para a gente conseguir desenvolver o projeto no geral, trabalhando com ética, a gente tem que reforçar a questão dos direitos e acima de tudo os deveres dos usuários (ASSISTENTE SOCIAL 07).

Tem algumas dificuldades sim, porque as vezes esbarra na questão da rede, porque a gente não resolve o problema sozinho, no caso da demora por parte da justiça, já que são muitos casos, por parte do entendimento do usuário de entender realmente e tentar mudar a sua realidade, tentando mesmo se ajudar, mas a pior barreira é essa a questão da demora mesmo, por exemplo, a gente vê que uma família está numa localidade que é realmente ruim e não tem política para ver a questão da habitação ou de infraestrutura (ASSISTENTE SOCIAL 08).

Se observamos as falas acima, podemos perceber que todas apresentam um traço em comum: à população. A primeira afirma existir uma incompreensão por parte daqueles/as usuários/as que não querem se encaixar dentro dos critérios estabelecidos pelos programas, benefícios ou serviços ofertados pela Assistência Social no município de Sousa-PB. A segunda destaca a importância de conscientizar a população que Assistência Social não é assistencialismo, aguçando a perspectiva de direitos e deveres. A terceira ressalta à falta de entendimento dos/as usuários/as acerca da apreensão de sua realidade, com intuito de ajudar a si mesmo, modificando-a. Apresentados enquanto desafios postos à efetivação do projeto profissional do Serviço Social, percebemos nitidamente à culpabilização dos/as usuários/as em detrimento de aspectos materiais, institucionais e profissionais.

Segundo Raichelis (2010), ao discutir a questão do/a assistente social na organização do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), chama a atenção para a qualificação do exercício profissional e afirma que não se pode desvincular tal exercício da dinâmica macrossocietária, e que a qualificação dos profissionais passa, por um lado, pela superação de uma cultura histórica do pragmatismo e de ações profissionais improvisadas.

Mediante as oito entrevistas analisadas até aqui, inferimos que as assistentes sociais da política de Assistência Social do município de Sousa-PB, demonstraram um relativo conhecimento sobre o projeto ético-político do Serviço Social, bem como os elementos que o materializam no cotidiano do exercício profissional. Esse foi sem sombra de dúvidas, o achado desta pesquisa, em que evidenciamos que a maioria das profissionais analisadas apresentou respostas aproximadas as principais discussões sobre o projeto ético-político na categoria profissional.

A pesquisa evidenciou, também, que o cenário contemporâneo é prenhe de desafios postos a materialização desse projeto profissional, seja pelas condições objetivas, marcadas pela seletividade e focalização das políticas sociais; seja pela invasão do neoconservadorismo, implicando, assim, numa atuação ancorada pelo imediatismo, pela burocratização e pela ausência de uma leitura crítica e atenta da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou, em linhas gerais, problematizar as compreensões das assistentes sociais que trabalham na política de Assistência Social no município de Sousa-PB, acerca do projeto ético-político do Serviço Social. Sem esquecer de analisar as estratégias utilizadas em sua materialização e os desafios que circunscrevem o exercício efetivo da profissão, que se tornam verdadeiros obstáculos à consolidação deste projeto profissional.

As análises apresentadas ao longo desse estudo investigativo partiram inicialmente de uma breve discussão a respeito do objeto de estudo estabelecido na pesquisa e suas múltiplas relações com a pesquisadora e a realidade local, revelando a importância desta construção teórica para o curso de Serviço Social e também para o município sousense. Ao passo que afirmamos através de dados locais os motivos que desencadearam o processo de escolha do objeto de estudo, no caso o projeto ético-político do Serviço Social. Apresentadas as categorias de análises, a investigação ganhou traços de cientificidade à medida que apontamos o método, as técnicas, os instrumentos e o perfil dos sujeitos entrevistados/as para o levantamento dos dados. Apreendendo a relevância da pesquisa no âmbito do Serviço Social pontuamos discussões pertinentes ao acúmulo teórico dessa profissão no Brasil, reforçando a dimensão da ética na pesquisa, enquanto elemento preliminar de qualquer estudo investigativo.

Considerando os pontos ora apresentados, investigamos a gênese da profissão e o seu processo de institucionalização no cenário brasileiro, apontando suas particularidades. Posteriormente, tecemos algumas reflexões sobre o processo de renovação do Serviço Social, destacando a construção de seu projeto profissional. Seguimos debruçados/as sobre o objeto de estudo e tecemos reflexões sobre o Serviço Social e a categoria trabalho, denotando a relevância do trabalho do/a assistente social na política de Assistência Social no município de Sousa- PB.

Sabemos que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro se encontrou articulado a três vertentes desenvolvidas em espaços temporais diferenciados e com arcabouço teórico-metodológico, instrumentos técnicos-operativos e posturas ético-políticas totalmente distantes; sendo inegável a nitidez das mudanças que perpassaram o processo de amadurecimento da profissão no país. Com destaque especial a última vertente (Intenção de Ruptura) que se propôs a romper com a herança conservadora e com as matrizes teóricas que fundamentavam este pensamento. E apesar de apresentar uma aproximação marcada por equívocos entre o Serviço Social e a tradição marxista, são indiscutíveis suas contribuições à profissão, que passou a ser orientado por uma matriz teórica capaz de apreender o real em suas

múltiplas determinações, conferindo ao Serviço Social novos ares de produção de conhecimento, se tornando lócus privilegiado da pesquisa.

O pensamento marxiano forneceu o alicerce teórico-metodológico para apreender a realidade sob uma perspectiva de totalidade. Os cursos de pós-graduação em Serviço Social tiveram um papel relevante no incentivo e na produção qualificada de estudos e pesquisas. Temáticas foram revisitadas e outras descobertas num movimento permanente de entendimento da realidade em suas determinações mais profundas. O diálogo com outras profissões e áreas do conhecimento passa a acontecer sem o signo da subalternidade intelectual. 30 anos depois podemos afirmar que a perspectiva da totalidade constituiu-se na grande conquista desse projeto profissional e, simultaneamente, no grande desafio da profissão na contemporaneidade (CFESS, 2009, p. 03).

A pesquisa também ressaltou o legado do Congresso da Virada, que se tornou emblemático para a profissão “por ser o tempo de florescimento das possibilidades objetivas e subjetivas que permitiram às forças políticas do trabalho expressar suas lutas” (CFESS, 2009, p. 02). Tal Congresso propiciou a denúncia contra o conservadorismo profissional, bem como a aproximação do Serviço Social com as lutas sindicais, em que pese o contexto de esgotamento da ditadura civil militar, acrescido ao protagonismo dos movimentos sociais e a redemocratização da sociedade brasileira. “É na trincheira da resistência e do enfrentamento que as entidades nacionais da categoria e assistentes sociais em diferentes recantos deste país assumiram explicitamente seu compromisso com os interesses do trabalho” (CFESS, 2009, p. 03).

Considerando o objetivo fulcral deste trabalho, contextualizamos o projeto ético-político do Serviço Social, construindo um percurso analítico capaz de apreender como o mesmo emerge e se desenvolve conforme à profissão se legitima no país. Analisamos os seus elementos constitutivos, como o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93) e as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS. Tais elementos oferecem balizas teóricas, jurídicas e políticas que permitem a efetivação do projeto profissional no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais.

No tocante a pesquisa de campo realizada com oito assistentes sociais que atuam junto à política de Assistência Social no município de Sousa-PB, evidenciamos que as profissionais possuem um relativo conhecimento sobre o projeto ético-político do Serviço Social, de modo que a maioria das entrevistadas apresentam um conhecimento crítico acerca do mesmo, revelando subsídios teórico-metodológicos que respaldassem suas reflexões.

Concernente aos desafios postos à materialização do projeto profissional do Serviço Social no cotidiano profissional, a partir das entrevistas, observamos que a estrutura macrossocietária tem colocado inúmeros entraves, sobretudo, decorrentes da política neoliberal e do processo de contrarreforma do Estado, ambos em voga no cenário contemporâneo. Tais

fatores têm engendrado o caráter de focalização, seletividade e desmonte dos direitos sociais, reverberando, drasticamente, na operacionalização do trabalho dos/as assistentes sociais.

As entrevistadas pontuaram outros desafios, como: o desconhecimento de muitos profissionais, principalmente dos gestores em relação as diretrizes que norteiam os rumos da política de Assistência Social no país; a questão da intersetorialidade entre às políticas sociais no município de Sousa; a subalternidade profissional do/a assistente social; e, inclusive questões referentes ao ranço do assistencialismo que paira sobre a referida política.

Ao refletirmos sobre os elementos apontados pelas entrevistadas em relação ao trabalho profissional do/a assistente social inserido/a no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB, percebemos que um dos desafios emergentes ao exercício cotidiano da profissão consiste em apreender criticamente os processos sociais nestes complexos e empenhar-se nas mediações, fomentando à participação da sociedade civil na esfera pública municipal, com intuito de fortalecer os mecanismos de defesa dos princípios progressistas e democráticos (SILVA, 2010). Contudo, conduzir o trabalho profissional nesta direção ético-política, não é uma condição natural, parte da construção de estratégias articuladas à realidade social em que esses/as profissionais atuam diariamente.

O que nos remete ao principal achado dessa pesquisa é a observação de que a maioria das profissionais analisadas apresentou respostas aproximadas as principais discussões sobre o projeto ético-político do Serviço Social na categoria profissional em nível nacional. As compreensões sobre as contradições da conjuntura, da própria política de Assistência Social; as discussões levantadas sobre as condições éticas e técnicas de trabalho; a associação com alguns princípios do Código de ética profissional; a direção do movimento político de compromisso com usuários(as), sociedade e trabalhadores(as).

Tal percepção sugere que, para além da normatividade e de imperativos formais, sua compreensão está alinhada ao projeto ético-político desenhado pela categoria profissional, refletindo criticamente o modo como tem se realizado a política de Assistência Social e a sua insuficiência no enfrentamento à pobreza e para a transformação dessa realidade nessa política desenvolvida no município de Sousa-PB.

Firmado nas incursões construídas no decorrer deste trabalho, cumpre-nos ressaltar que a necessidade de problematizar e criar estratégias para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social não se afigura como uma “tarefa” fácil, mas, que requer a articulação das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, acrescida a uma leitura crítica e propositiva da realidade. O objetivo não é esgotar o assunto tratado no decorrer deste trabalho, dado a sua amplitude e complexidade. Ao invés disso, tentamos contribuir no

adensamento das discussões à medida que reforçamos a relevância da materialização deste projeto no exercício cotidiano da profissão, tendo em vista, que “o projeto ético-político profissional é produto da ação dos sujeitos profissionais sob dadas condições objetivas. Em cada conjuntura foi e permanece permeado por exigências e desafios” (CFESS, p. 04, 2009).

Portanto, é compreendendo as impossibilidades que permeiam a conjuntura social e, conseqüentemente, os espaços socioinstitucionais em que atuam as assistentes sociais entrevistadas, que as análises apresentadas até então, não esboçaram qualquer que seja, juízo de valor, em relação aos dados levantados pela pesquisa, tendo em vista que não objetivamos promover à culpabilização das entrevistadas e tampouco reportamos à análises superficiais acerca das falas obtidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político.** In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 79. Cortez, SP, 2004.

_____; DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 15/02/2018.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O significado do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais- CBAS-1979.** In: Serviço Social & Sociedade N° 100, Cortez: São Paulo, 2009.

AGUIAR, Antonio. Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALAYÓN, Norberto. *Hacia la historia del trabajo social em la Argentina.* Lima: Celats/serie cuadernos, 1980.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. **As práticas do Serviço Social: afirmação ou superação da subalternidade.** Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho-** 2. Ed. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____; **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho/** Ricardo Antunes. - 14ª ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

ARAÚJO, N. M. S. **O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, ano XXIX, n.93, p. 5-28, mar.2008.

BARBOSA, R. N. B., CARDOSO, F. G. e ALMEIDA, N. L. **A categoria ‘processo de trabalho’ e o trabalho do Assistente Social”.** In: Serviço Social e Sociedade n 58. São Paulo, Cortez, ano XIX, nov. 1998.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; **Ética: fundamentos sócio-históricos.** 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009b. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 04).

_____; **Ética, pesquisa e Serviço Social.** Revista Temporalis: 09. Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, Ano V, 2005.

_____; **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BIDARRA, Zelimar Soares. **Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia dos direitos**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 99, jul-set, p, 2009.

BOURGUIGNON, Jussara A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. In: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2005, Cascavel. ANAIS 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel-Pr: UNIOESTE, 2005.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República Casa Civil. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ MDS. Conselho Nacional de Assistência Social/ CNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Brasília-DF. 2004.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço Social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CARDOSO, Marisaura dos Santos. **Ética no serviço social: questões e dilemas para o exercício profissional janeiro**. CRESS-MG. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2002a.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista - a degradação do trabalho no século XX**. 3ª Ed. 2012.

BRAZ, Marcelo. BARATA, Joaquina. O projeto ético-político do Serviço Social. **In: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; BRAZ, Marcelo Moraes dos Reis, **notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**, 2001.

_____; O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. **In: Serviço Social & Sociedade** Nº 100, Cortez: São Paulo, 2009.

CFESS, **Código de Ética Profissional**, 1993.

_____; **30 anos do Congresso da Virada**, São Paulo, 16 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>

_____; **O CFESS**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso: 20/02/2018.

_____; **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 25/02/2018.

_____; **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. Brasília, 2010.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

COUTO, B., YAZBEK, M. C.SILVA E SILVA, M. O. RAICHELIS, R. **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo(organizadora), 2012).

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo, Cortez, 1993.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA SALORD, Susana. Especificidad y rol em trabajo social. Buenos Aires: Humanistas, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. 1. Ed.,3º reimpressão - São Paulo,2010.

GONÇALVES, André de Menezes; SILVA, Nayana Rios Nunes da. **Monitoramento e Avaliação: Desafios Postos ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. In: Cinthia Fonseca Lopes; Erivânia Bernardino Cruz. (Org.). Política Social. Trabalho e Direitos Sociais: O Ceará em Questão. 1ed.Fortaleza: Premium Editora, 2015.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____; BACKX, Sheila. REPETTI, Gustavo. **O lugar da pesquisa na formação profissional**: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPPS. Rev. Temporalis, 2013.

_____; **Na contracorrente da Reforma do Ensino Superior**: nótula sobre o Curso de Graduação em Serviço Social para os Assentados da Reforma Agrária. Universidade, Movimentos Sociais e Serviço Social. Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano: 11, n.21 (jan./jun.2011). Brasília: ABEPSS, 2011.

_____; **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: ABEPSS e CFESS. (Org.). Direitos Sociais e competências profissionais. 1ª ed. Brasília: Universidade de Brasília-UNB CEAD, 2009.

_____; **Transformações societárias e Serviço Social**: repercussões na cultura profissional. In: Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pejejas e desafios. Recife. Ed. UFPE, 2014.

_____: **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: Cadernos do Programa de Capacitação continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CEFESS/ABEPSS- UNB. 2007.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____; **O Serviço Social na cena contemporânea: In Serviço Social: Direitos e competências profissionais**: Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. -29. ed.- São Paulo, Cortez, CELATS, 2009.

_____; **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios críticos. -12. ed. – São Paulo: Cortez, 1992 e a versão de 2013.

_____; **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008 e a 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

_____; **O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.111-28, 2000.

_____; **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL. **Perfil de Sousa-PB.** 2013, http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_sousa_pb.pdf.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil.** Comunicados do IPEA. n. 58, 2010a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa.** 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

LARA, Ricardo. **Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica.** R. Katálysis. Florianópolis, Santa Catarina, 2007.

_____; **A Pesquisa no Serviço Social e a Tradição Materialista-Dialética.** In: José Fernando Siqueira da Silva. (Org.). Sociabilidade Burguesa e Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

LENIN, V. I. Obras escolhidas em três tomos. Lisboa- Moscou: **Avante! - Progresso**, 1989. T.6.

LESSA, S. **Serviço Social e trabalho: do que se trata?** Temporalis, Brasília, ano 1, n.2, p.35-58, jul./dez. 2000.

_____; **Trabalho e trabalho abstrato, trabalhador e proletário.** Maceió, [mime] 2005.

_____; **Serviço Social e Trabalho: porque o serviço social não é trabalho.** 2ª Edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____; **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____; **Introdução à filosofia de Marx/ Sérgio Lessa, Ivo Tonet.** 1ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Boris Alexis. Epistemologia del trabajo social. Buenos Aires: Humanistas, 1986. Versão em português: **Contribuição a metodologia do Serviço Social**, Belo Horizonte: interlivros, 1987.

LUKÁCS, Georg. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MANDEL, E. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Ed. Veras, 1999.

_____; **Modelos de ensino de Serviço Social: Uma análise crítica**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

_____; **Serviço Social: identidade e alienação**. -14. ed. –São Paulo: Cortez, 2009.

_____; **Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa**. *Temporalis* (Brasília), v. 5, p. 117-130, 2005.

_____: KOUMROUYAN, Elza. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social**. *Revista Serviço Social & Sociedade*. N.º 54. São Paulo: Cortez, 1994.

MATOS, Maurílio Castro. **O debate do Serviço Social na Saúde nos Anos Noventa**. In: *Serviço Social e Sociedade*, v. 74, p. 85-117, Rio de Janeiro, 2003.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia política**. Volume I. Tomo I. RJ: Tradução: Reginaldo Sant’Anna. Civilização Brasileira, 2011.

_____; Posfácio à segunda edição. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____; **O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant’Anna- 33ª ed.** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____; MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____; **Trabalho Estranhado e Propriedade Privada**. In: *Manuscritos Econômicos filosóficos*. 1ª ed. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

_____; **Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1985b.

MEDEIROS, Juliana. **O papel do assistente social na mediação de conflitos**, 2017, blog: excelência na gestão do SUAS.

MENDES, J. M. R; ALMEIDA, B. L. F. **As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social**. *Serviço Social & sociedade*, São Paulo, n.120, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Mussite – Abrasco, 2010.

_____; **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, 2017.

MORAES, C. A. de S. **A “viagem de volta”**: significado da pesquisa na formação e prática profissional do Assistente Social. *Serviço Social & sociedade*, São Paulo, n. 114, 2013.

MONNERAT, Giselle Lavinias. SOUZA, Rosimary Gonçalves. **Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil**. In: R. Katál. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011.

MONTÃO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. -2 ed. -São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Um projeto para o Serviço Social crítico**. Revista Katálysis v. 9, n. 2. 2006.

MOTA, Ana Elizabete. **O feitiço da ajuda**. As determinações do Serviço Social na empresa. São Paulo, Cortez, 1991.

_____; **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. São Paulo: Expressão Popular, 2009 e versão: 2011.

_____; **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____; **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Serviço Social: ética, deontologia e projetos profissionais. Lisboa/Madrid/S. Paulo, 1999.

_____; **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64/ José Paulo Netto- 16 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____; **Transformações Societárias e Serviço Social**: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XVII. Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Assistência Social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 2002.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2006.

PRATES, Jane Cruz. **A produção de conhecimento e a contribuição dos períodos para o amadurecimento teórico do Serviço Social**. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, V. 12, 2013.

RAICHELIS, R. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. Serviço Social & Sociedade, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROS, A. C. P.; SILVA, J.F.S.; Brant, N.L.C. **a expansão da política de Assistência Social**: o Sistema Único de Assistência Social e a ordem regida pelo capital. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luís. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza**. Editora Garamold Ltda. Rio de Janeiro, 1999.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, Luciana Sátiro. Dissertação de Mestrado: **Ética e Serviço Social**: a percepção das assistentes sociais sobre suas práticas profissionais nos centros de referência de assistência social de Fortaleza- CE. 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. -4. ed –São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Solange dos Santos. **O processo de materialização do projeto ético político do Serviço Social no trabalho do Assistente Social**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. Rev. Katálysis. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25, 2007.

_____; **Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva**: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil. Brasília: MDS; UNESCO, 2009.

TEXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo, Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. ABEPSS, 2009.

_____; **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, 2010a.

<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=251620&search=Ilficos:-hist%F3rico>

<https://mega.nz/#F!Hk1BhZJB!9BFUkngtj2E2LiYMbXV0Jg!25cilIqI>

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

APÊNDICE A- ENTREVISTA ESTRUTURADA

Nº da Entrevista: _____

1. DADOS PROFISSIONAIS

1.1 Instituição de ensino que se formou: _____

1.2 Ano de Formatura: _____

1.3 Pós-Graduação () Sim () Não

Se Sim, em qual instituição: _____

1.4 Instituição de Trabalho:

() SAS

() CREAS

() CRAS

() CASA LAR

1.4 Forma de Contratação:

() Concursado/a

() Contratação Temporária

() Terceirizado/a

() Cargo Comissionado

1.5 Faixa Salarial:

() 1 a 2 SM

() 2 a 3 SM

() 3 a 4 SM

() Acima de 5 SM

1.6 Função que desempenha na instituição: _____

1.7 Tempo de Trabalho: _____

1.8 Trabalha em outro local? () SIM () NÃO

Se sim, qual? _____

2. SOBRE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

2.1 Para Você o que é o projeto ético-político do Serviço Social?

2.2 Você consegue efetivar o projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano de seu trabalho profissional?

() SIM

Se sim, quais as estratégias utilizadas? _____

() NÃO

Se não, por quê? _____

2.3 No seu ponto de vista quais são os principais desafios postos a materialização desse projeto no exercício profissional? _____

3 TRABALHO PROFISSIONAL

3.1 A instituição de trabalho, na qual, está inserida/o dispõe de condições éticas e técnicas previstas pela resolução do CFESS de nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, adequadas para o desenvolvimento de seu trabalho profissional? Por quê?

3.2 Na sua opinião, qual a relevância do seu trabalho profissional na garantia de direitos nesta instituição?

4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 o que você entende por Assistência Social?

4.2 Na sua opinião, a política de Assistência Social local tem conseguido promover a proteção social dos/as seus/as usuários/as por meio da materialização de direitos sociais? Sim ou Não? Por quê?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**

O/a Sr./a está sendo convidado/a a participar da pesquisa **“A dimensão ético-política do trabalho profissional do/a assistente social inserido/a no âmbito da política de Assistência Social no município de Sousa-PB”**. A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar as compreensões e as estratégias de materialização do projeto ético-político do Serviço Social a partir do trabalho profissional de assistentes sociais inseridos/as na política de Assistência Social do referido município. O estudo foi desenvolvido pela estudante Janielly Carneiro de Andrade, do curso de Serviço Social do CCJS, sob a orientação do Prof. Me. André de Menezes Gonçalves, caracterizando-se como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

O pesquisador se compromete tratar com o devido respeito, procurando minimizar qualquer risco que possa ocorrer durante a pesquisa. Dessa forma, pedimos a sua colaboração, respondendo a um questionário e uma entrevista sobre o tema acima proposto que deverá ser gravada se o/a Senhor/a concordar participar. Garantimos que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles que participarem. Todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Vale ressaltar, que sua participação é voluntária e o/a Senhor/a poderá a qualquer momento deixar de participar deste, sem qualquer prejuízo ou danos. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para análise do estudo e os resultados poderão ser veiculados através artigos científicos e/ou revistas especializadas e/ou encontros científicos, congressos e outros, sempre resguardando sua identificação.

Todos os participantes poderão receber quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa e terão liberdade para não participarem quando assim não acharem mais conveniente.

Contatos e esclarecimentos da pesquisa com o Prof. Orientador André de Menezes Gonçalves e com a pesquisadora Janielly Carneiro de Andrade, (83)99335-0395 e janiellyandrade2017@gmail.com. Este termo está elaborado em duas vias, sendo uma para o sujeito participante da pesquisa e outra para o arquivo do pesquisador.

Eu,

tendo sido esclarecido/a a respeito da pesquisa, aceito participar dela.

Sousa, _____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisadora